

ADILTON LUÍS MARTINS

*O Agenciamento das Origens, a Antigüidade e o
Anti-absolutismo no século XVIII*

Franca
2007

*O Agenciamento das Origens, a Antigüidade e o
Anti-absolutismo no Século XVIII*

ADILTON LUÍS MARTINS

**O Agenciamento das Origens, a Antigüidade e o
Anti-absolutismo no século XVIII**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Faculdade de História, Direito e Serviço Social –
UNESP/*Campus* de Franca, sob a orientação da
Prof^a Dr^a Margarida Maria de Carvalho.

**Franca
2007**

Martins, Adilton Luís

**O agenciamento das origens, a Antigüidade e o anti-
absolutismo no século XVIII / Adilton Luís Martins. – Franca:
UNESP, 2007**

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de
História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. França – História antiga – Século XVIII

CDD – 944.01

Adilton Luís Martins

O Agenciamento das Origens, a Antigüidade e o Anti-absolutismo no século XVIII

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Campus de Franca – Área de História e Cultura Política.

Banca Examinadora

Presidente: _____

Profª Drª Margarida Maria de Carvalho (UNESP/FRANCA)

1º Examinador: _____

Profº Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

2º Examinador: _____

Profº Dr. Lélío Luiz de Oliveira (UNESP/FRANCA)

3º Examinado (suplente): _____

Profº Dr. Glaydson José da Silva (UNICAMP)

Franca, 31 de janeiro de 2007.

Dedicatória

Para Glaydson

Tenho dó das estrelas

Tenho dó das estrelas
Luzindo há tanto tempo,
Há tanto tempo...
Tenho dó delas.

Não haverá um cansaço
Das coisas,
De todas as coisas,
Como das pernas ou de um braço?

Um cansaço de existir,
De ser,
Só de ser,
O ser triste brilhar ou sorrir...

Não haverá, enfim,
Para as coisas que são,
Não morte, mas sim
Uma outra espécie de fim,
Ou uma grande razão –
Qualquer coisa assim
Como um perdão?

Fernando Pessoa

Esta pesquisa versa sobre o *agenciamento das origens* e a cultura política na primeira metade do século XVIII. Neste estudo, pretende-se pensar o estatuto da Antigüidade frente às formas de experiências do político no Mundo Moderno. Trata-se, portanto, de uma dobra disciplinar, História Antiga e História Moderna em uma mesma interface. Os autores trabalhados foram Simon Pelloutier e Henri de Boulainvilliers, que escreveram livros de História preocupados em definir as origens da França. Tais livros inferiram críticas ao Absolutismo Monárquico.

Palavras-Chaves:

História Antiga – Teoria da História – Historiografia Moderna – Henri de Boulainvilliers – Simon Pelloutier

Abstract

This research analyses the origins agency and the politic culture at the first half of the eighteenth century. In this study intends to think statute of Antiquity in front of the politics experiences ways during the Modern World. Therefore, it is a disciplinary fold between Classical Studies and Modern History on the same interface. The authors studied were Simon Pelloutier and Henri de Boulainvilliers, who wrote History books with the purpose to define the France origins. This works forged critics to the Monarchical Absolutism.

Key Words:

Antique History – Theory of the History – Modern Historiography – Henri de Boulainvilliers – Simon Pelloutier.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – Pelloutier e o Agenciamento das origens	19
1.1 O agenciamento das origens	20
1.2 - Agenciamento das Origens em Pelloutier	27
1.3 - A Origem dos Celtas	40
1.4 - Os Celtas, os seus vizinhos e os antigos	44
1.5 - Quem eram os Celtas?	51
Capítulo II – Desdobramentos das Origens	56
2.1- As origens como forma do pensamento	57
2.2 - “O fim da História Sagrada”,	61
2.3 - A História como forma do Político	69
2.4 - As Origens como forma do Direito	78
Capítulo III – Boulainvilliers: o passado e o presente	90
3.1 - Por uma História da Ciência Histórica	91
3.2 - A História Antiga e a História Natural	98
3.3 - O passado e o presente em Boulainvilliers	101
3.4 - O Anti-absolutismo	119
Conclusão	125
Fontes e Bibliografia	130
Fontes	131
Documentos consultados	132
Bibliografia	134

Anexos		I
Anexo 01	Debate na Academia	II
Anexo 02	Dados Biográficos de Pelloutier	III
Anexo 03	Tabela comparativa da Cultura Sárмата e da Cultura Celta	IV
Anexo 04	Cronologia Universal de Bossuet	VII
Anexo 05	Quadros e Figuras de Lafitau	XIX
Anexo 06	Primeira Página do Discours Sur l'Histoire Universelle	XXX
Anexo 07	Número de Autores da Antigüidade	XXXI
Anexo 08	Quadro Comparativo da Taxiomania da História Natural e das Antigüidades	XXXII

INTRODUÇÃO

1. Esta pesquisa versa sobre o *agenciamento das origens* e a cultura política na primeira metade do século XVIII. Neste estudo, pretende-se pensar o estatuto da Antigüidade frente às formas de experiências do político no Mundo Moderno. Trata-se, portanto, de uma dobra disciplinar, História Antiga e História Moderna em uma mesma interface.

2. Esta interface foi aplicada à historiografia anti-absolutista da primeira metade do século XVIII, particularmente em dois autores, Simon Pelloutier e Henri de Boulainvilliers. A questão principal no trato destes textos foi compreender como posicionamentos distintos podiam produzir uma história em oposição a um sistema político, ou seja, a partir do pressuposto que os grupos com hegemonia política forjam uma História ao seu serviço – algo muito debatido nas questões de identidade nacional (ANDERSON 2005; GELLMER 1993; GREENFELD 1998; HOBBSAWM 2004; JONES 2002; SCHULZE 1997; SMITH, 1999, 1999b). Pensou-se aqui em perguntar se a oposição aos sistemas hegemônicos, feita por historiadores, não teria a mesma propriedade de fazer uma História para seu uso político ou identitário.

3. O primeiro posicionamento frente ao tema abordado foi conceber a situação da Antiguidade como um objeto inserido na formação da noção identitária e epistemológica da modernidade, (SILVA 2004, 2006, 2004b; TRABULSI 1998, 1997, 2001, 1998b 2004), ou seja, a Antiguidade em meio ao mundo moderno tinha uma especificidade. O seu papel não era o de mais uma historiografia, outro corte disciplinar, ela estava inserida no imaginário da

produção da “experiência” moderna. Em outros termos, para ser moderno era necessário pensar nos antigos em detrimento da Idade Média.

4. Esta condição “antiga” da modernidade estava presente na construção quer da memória coletiva da matriz civilizatória e cultural, quer na criação e no condicionamento do pensamento racional. Por outro lado, a própria criação dos termos Idade Média e Idade Antiga era moderna. No Mundo Medieval não havia essa divisão, tudo parecia ser continuação do Império Romano, como por exemplo, Sacro Império Germânico Romano e Igreja católica Romana.

5. Se o Mundo Antigo consistia em uma criação do mundo moderno, então, não havia possibilidade de se pensar a Antigüidade em si, ou, pelo menos, sem a problematização do que esta seria uma criação moderna. Ao pensar a Antigüidade sem as discussões no campo das teorias da modernidade, incorre-se no problema científico da naturalização. Em outras palavras, sem a discussão de conceitos modernos como o de política, de sociedade, de sexualidade, de cultura, de imaginário, de amor, de dor, de poder, de guerra, de comunicação, de texto entre outros, criam-se quadros anacrônicos do passado.

6. Um agravante a esta naturalização, que se remete à desproblematização de termos que aparecem na documentação da Antigüidade, é a ontologização. O conceito de Império, por exemplo, tem servido para essencializar determinadas situações políticas tanto na Roma Antiga como nos discursos nacionalistas do século XIX; ao se naturalizar império tem-se, no caso, diferentes experiências políticas que acabam por estarem em tal similitude

que inviabiliza a cientificidade crítica do pesquisador. A Antigüidade, quando tomada desvincilhada de problematizações teóricas, passa a ser um constitutivo engajado na vida moderna.

7. O segundo posicionamento foi abordar a especificidade da produção do conhecimento no século XVIII, enfatizando a preocupação pela formação discursiva (PÊCHEUX 1990; FOUCAULT 1996). Como os discursos tomados por verdadeiros na primeira metade deste século eram constituídos? Quais os elementos, as fórmulas, os signos e os enunciados que se aglutinaram em uma determinada ordem discursiva? Quais as regras para o historiador do século XVIII?

8. Para tanto, procurou-se tomar os regimes de historicidade (HARTOG 1996) de maneira deshierquizada. Isto quer dizer que os historiadores do século XVIII foram abordados como pesquisadores e não como pré-cientistas. A erudição foi tomada como na tendo a mesma valia que a História disciplina. Dessa forma, procurou-se reconhecer o método e o esforço destes doutos, sem deixar de pensá-los nas formas de verdades de seu tempo.

9. A partir destes pressupostos, pode-se dizer que o objeto está firmado sobre discursos presentes em enunciados, ou seja, nas fontes. Mas, para efeito de periodização, a melhor maneira de pensá-la não corresponde às publicações nem mesmo às incertezas das redações dos textos pesquisados. Em ampla perspectiva, portanto, a periodização foi fixada a partir das últimas décadas do século XVII, momento de escrita de Henri de Boulainvilliers, Jacques Bossuet e

da fixação do Reinado de Luís XIV, até fins da primeira metade do século XVIII, onde se mapeou as publicações de Simon Pelloutier.

10. As fontes são livros de história que oferecem algo em comum: a necessidade política de se afirmar uma origem. A leitura de Simon Pelloutier e de historiadores que estudaram a temática da Antigüidade no século XVIII levou a outra abordagem e a outro arquivo. As fontes principais, portanto, são: de Simon Pelloutier: *Histoire des Celtes, et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois*. Paris: A.-U. Coustellier, 1740; de Henri de Boulainvilliers, *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*. Amsterdam: La Haye: aux dépens de la Compagnie, 1727; estas duas obras corresponderam ao anti-absolutismo legitimado pela história, estudado nesta pesquisa.

11. No primeiro capítulo há a preocupação em discutir o conceito de *Agenciamento das Origens*, que significa a herança da teologia cristã na história moderna. Ele define o valor das representações a partir da idéia que a origem foi sempre boa, porém, havia sempre uma ruptura ou queda e a promessa de uma restauração.

12. Em seguida, apresenta em Pelloutier a forma de escrever segundo este agenciamento. Para o autor, o direito à liberdade era a razão das nações européias, segundo a herança dos celtas, e que a dominação romana fora o grande mal a toda Europa. Por isso, todo regime que lhe fosse semelhante seria um mal destinado à queda, como era caso do Absolutismo francês. Na sua

leitura, este regime era escravizador até mesmo do pensamento, algo configurado na ausência da liberdade de culto.

13. O anti-absolutismo de Pelloutier era traduzido no seu germanismo céltico, no seu combate à Roma e no que este signo representava. A origem da Europa, segundo o autor, era céltica, sua ruptura ou queda foi a dominação do Império Romano, e a sua restauração ou redenção estaria na imposição da cultura germânico celta que representava o protestantismo.

14. O segundo capítulo discute a tentativa de se legitimar o Absolutismo francês. Ele se inicia abordando a idéia do pertencimento a uma mesma identidade. Em seguida, apresenta as transformações produzidas pela crítica à Bíblia e seu desdobramento na teologia de Estado de Bossuet.

15. A partir do quarto tópico deste capítulo, analisa-se uma estrutura de longa duração: a necessidade de se conceber o direito monárquico em relação ao direito romano. Em outras palavras, analisa-se a constituição de uma forma jurídica e histórica de inventar e produzir poder para a monarquia francesa ao longo da modernidade.

16. Enfim, o último capítulo trata da obra de Boulainvilliers, cujo discurso consistia em uma reação nobilitária contra *“les recherches de noblesse”*. Imputava, portanto, um direito aristocrático originado nos Francos, invasores e detentores por herança e por conquista do poder. A história, nesta ótica, explicaria, por meio da “luta das raças”, os problemas que a França enfrentava no século XVIII sob o absolutismo.

17. Ademais, este capítulo procura inserir as discussões das duas fontes em meio a um processo epistemológico do início do século XVIII, que percebia a história como capaz de produzir o conhecimento científico. Isto pode ser observado, por exemplo, nas leituras que se fez de Tácito, em especial, da Germânia .

18. Por isso, ainda que em perspectivas diversas, ecoam nesta pesquisa os estudos de História Antiga que se debruçam sobre o tema das leituras da modernidade a respeito do Mundo Antigo, entre eles destacam-se Paul Vidal-Naquet (2002), Arnaldo Momigliano (2004), Finley (1988) e outros desdobramentos Richard Hingley (2002), José Antônio Trabulsi (1998, 1997, 2001, 1998b 2004), Glaydson José da Silva (2004, 2006, 2004b), Laurent Olivier (2002) e outros.

CAPÍTULO I

Pelloutier e o Agenciamento das Origens

1.1 – O *agenciamento das origens*

19. Esta pesquisa se comprometeu inicialmente em discutir o processo de representação dos celtas na historiografia anti-absolutista de Simon Pelloutier. Entretanto, as fontes, abordadas metodologicamente pela genealogia, permitiram uma associação epistemológica. Em todas circundavam o tema das origens, ou melhor, todas produziam seu determinado conhecimento histórico com base nas origens. Os conhecimentos históricos e seus comprometimentos sócio-políticos e culturais eram forjados a partir da importância dada às origens nas fontes modernas – numa prática de *agenciamento das origens*.

20. Este conceito consiste em uma relação epistemológica cultural com o tema das origens presente na historiografia moderna. Ele é pensado, neste estudo, como a identificação de um substrato religioso na noção profunda do sentido de historicidade, que o investe, de modo quase genealógico, com todo o processo de racionalidade erudita. Isto é,

(a) ... uma referência a uma cultura teológica (...), pela origem, começo absoluto que é o que traz em si a história futura e determina o curso de todas as coisas (CHANTAL GRELL 1993, 128).

21. O *passado original* como memória do início dos tempos, origem de todos os valores, de todas as instituições, todas as línguas, todas as experiências políticas, todas as dominações, todas as conquistas, todas as guerras, todos os costumes; estas origens particulares, narradas na história de

um ou de outro *passado original universal*, nesta perspectiva, era influenciado pela *economia da salvação cristã*, em especial, a providência divina sobre a história humana. Tema que, por exemplo, pode ser encontrado no pensamento tomista (WOORTMANN 2005, 259-314) e medieval da relação entre providência e liberdade.

22. Para a o Cristianismo, em geral, após a Criação – harmônica e boa, do mundo e do homem, aconteceu a Queda original, por meio da imoralidade, que é o pecado, a *descontinuação originária da origem*, logo, segundo a economia da Salvação, encontrar-se-á a Restauração Final. A Nova Jerusalém do “Livro do Apocalipse” nada mais é do que a plena e superior expressão do Jardim do Éden, a história é o espaço do homem em busca do seu fim, sob a graça de Deus.

23. Os conceitos *Criação*, *Queda* e *Restauração* consistem no tripé epistemológico basilar da experiência da temporalidade teológica. A *Queda do Homem* é sempre um distanciamento original da *origem universal*, ao passo que a Criação e a Restauração são efeitos imediatos circunscritos a esta mesma origem. Início e fim surgem como os limites da linear narrativa da história do *Deus-verdade* cristão, que se *revela* para uma determinada cultura, e acaba por colonizar o *eterno retorno* arcaico. Uma nova forma de produção de um sentido para todas as coisas tem sido protagonizada pela História judaico-cristã, sempre teológica e hermenêutica.

24. Se, por um lado, a compreensão do tempo para o mundo arcaico se estabelece pela solidão ou angústia do *dasein* heideggeriano (HEIDEGGER

2002,1) em relação ao cosmo e aos os ritmos cósmicos, por outro lado, no mundo judaico-cristão, a compreensão do tempo estratifica-se, em sua formulação histórica, na solidão diante da história (FORTE 1995, 09-10; ELIADE 1992, 11). Ou seja, enquanto que o *eterno retorno* poderia ser visto como uma explicação para dar sentido à mudança da natureza, a história judaico-cristã seria uma explicação para dar sentido ao homem em relação ao homem, e com o tempo, sob a égide da providência divina.

(b) O tema da minha pesquisa centraliza-se sobre a imagem de si mesmo, formada pelo homem das sociedades arcaicas, e sobre o lugar que ele ocupa no Cosmo. A mais importante diferença entre o homem das sociedades arcaicas e tradicionais, e o homem das sociedades modernas, com sua forte marca de judeu-cristianismo, encontra-se no fato de o primeiro sentir-se indissolivelmente vinculado com Cosmo e os ritmos cósmicos, enquanto que o segundo insiste em vincular-se apenas com a História (ELIADE 1992, 11).

25. A origem, para a experiência teológica da historicidade cristã, parte de alguns sujeitos da história e do pensamento histórico. Os sujeitos da história são a *providência divina* e os homens sob a *cruz do tempo* em relação ao Deus que se revela (FORTE 1995, 9-10). A interpretação dos *sinais dos tempos* e da história, por meio da narrativa, cabe aos profetas, que *anunciam* e *denunciam*. Em pauta, no profetismo, está a relação moral do povo e as suas conseqüências teológicas e teleológicas. Este sujeito-profeta da História, narrador onipresente, é uma metáfora para a sua função na historiografia moderna na erudição dos historiadores.

26. Este *agenciamento das origens* que produziu o conhecimento histórico se manteve na modernidade. Os historiadores, em geral, tratavam da origem, queda e restauração da origem em seus diversos campos de pesquisa histórica. No século XVIII francês, por exemplo, os romanistas monárquicos versavam da Origem, da Queda, e da Restauração do Império Romano na figura dos imperadores medievais, como Carlos Magno (DUBOS); ou, Origem, Queda e Restauração da Aristocracia Franca (BOULAINVILLIERS); ou, ainda, Origem, Queda e Restauração dos Celtas (PELLOUTIER).

27. Foram os historiadores eruditos que, ordinariamente, poderiam ser considerados profetas-narradores. A força simbólica (BOURDIEU 1989, 134) de seu discurso, sempre naturalizado socialmente, produziu poder segundo a adaptação dos elementos *Origem, Queda e Restauração*. O exercício do profeta-narrador era legitimado segundo a fidelidade ao discurso e à presença da graça divina, e, paralelamente, o exercício do historiador-narrador era legitimado com base na fidelidade às fontes que manifestavam a verdade antiga da origem. A graça divina do profeta antigo parecia ser substituída pela emergência da erudição. O erudito tinha o capital cultural da memória, sua força estava na naturalização do que dizia.

28. Por outro lado, o *agenciamento das origens*, da narrativa erudita, expressava um discurso sobre o presente. A glória da “Cidade de Deus” agostiniana presente na monarquia absolutista do Abade Dubos era a versão “restaurada” do decaído Império Romano, seu presente era “Restauração”. A queda da liberdade da aristocracia franca, entendida como a queda do

verdadeiro sustentáculo da França, era entendida pelo historiador-profeta-narrador Boulainvilliers como as dificuldades da nobreza sob o Absolutismo. Para ele, o presente era “queda”. Facilmente este discurso aristocrático poderia ser associado ao celtismo de Pelloutier.

29. Não obstante posições políticas contrastantes e até formações teóricas diferentes, estes autores produziram o conhecimento histórico por intermédio do agenciamento das origens, que tinha uma atividade auto-reguladora – a escatologia ou a teleologia – que impunham um rumo ou um objetivo político do “narrador-profeta-historiador”.

30. Na origem estava a história do homem universal inteira, a sua queda e a promessa de restauração – que deveria ser considerada em seus condicionantes morais e políticos. Na queda estava a origem e o homem vivia sob o peso das desventuras e a necessidade da restauração. A história se contava no interstício entre a queda e a restauração. Na restauração, origem e queda se justificavam e legitimavam o futuro – que era cumprimento, na história, dos condicionantes.

31. Para ilustrar o que estava sendo dito, pode-se dizer que, não sem razão, a história do Império Romano no século XVIII foi a raiz imaginária de toda a historiografia francesa. Ela era modelo e/ou referência modelar. Um conhecido debate na *Académie de Inscriptions et Belles Letres* tratou da discussão a respeito das origens de Roma.

32. Este debate, para Chantal Grell, não desempenhara apenas uma discussão a respeito do tema, mas também da capacidade da história erudita de

superar as fábulas e as lendas. Tal debate, entre 1722 –1725, não só suscitou novas discussões em meio ao universo erudito, como pode ter influenciado diretamente outros autores, como Simon Pelloutier.

33. Seria, portanto, a “Histoire de Celtes et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux jusqu’à la prise de Rome par les Gaulois” (1742) e “Dissertation sur l’origine des Romains” (1753), títulos-temas submetidos à influência desta discussão? De qualquer forma a presença dos romanos não era uma novidade para a historiografia classicista, pelo contrário, era a grande chave de leitura. Jean Marie Goulemont resumiu o espaço de sua importância:

(c) Pois para uma grande parte, que tratava da Antigüidade (romana, essencialmente) ou das Antigüidades nacionais, o trabalho da Academia traz como prioridade as origens. Uma análise das memórias apresentadas na cátedra acadêmica ilustra claramente este fato massivo: procura-se uma verdadeira origem, por vezes de uma maneira desinteressada, e, mais freqüentemente, que trata da história da França para refutar as pretensões germanistas, pois se sabia, em termos mais diretamente políticos, a sua oposição à monarquia absoluta (1996, 175).

34. Para além disso, a leitura das fontes elencadas para os fins desta pesquisa tratam das origens. Uma forma de compreendê-las é o estudo das suas maneiras de produção em relação à cultura em suas formações discursivas, ou seja, “aquilo que numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode ser dito” (PÊCHEUX 1996, 160).

35. Este trabalho versa sobre esta relação entre origens e política. Compreende que os enunciados históricos extremamente bem elaborados pela erudição de seus autores são realizados de maneira sempre parcial, a partir da experiência sócio-política e cultural do enunciador. Este tema, que se associa ao tema dos “usos do passado” e da metodologia arqueogenealogista, por meio do procedimento de leitura das fontes elencadas, estará presente em todo o trabalho, compreendidas no conceito de *agenciamento das origens*. Neste capítulo, introduz-se esta problematização a partir do trabalho de Pelloutier.

1.2 – *Agenciamento das Origens em Pelloutier*

36. Celto-germanista, Pelloutier, que se posicionava contra a experiência absolutista, cuja gênese epistemológica jurídica-política encontrava-se no Império Romano e na Igreja Romana produziu, por meio do “*agenciamento das origens*”, a desqualificação destas raízes. Para o autor, o tema da Queda do Império Romano era a restauração da origem obscura que ele apresentava.

37. Pouco pode ser dito a respeito da vida de Pelloutier, os dados biográficos são raros (Anexo 02), entretanto, alguns documentos, em geral do século XIX, permitiram pensar as influências de sua vida em sua obra. O que não quer dizer que são dimensões motoras ou causais necessárias.

38. Nasceu em 27 de outubro de 1694, sob o Absolutismo de Luís XIV, em Lion, foi conselheiro eclesiástico do Rei da Prússia Frederico II, Pastor de Werder, assessor do *Collège Français* em Berlim, membro e bibliotecário da *Académie des Sciences de Berlin*. Morreu em 03 de outubro de 1757.

39. Seu pai, Jean Pelloutier, era comerciante e sua mãe chamava-se Françoise Chaparéde. Devido à revogação do *Édito de Nantes*, seus pais foram para Leipzig, onde nasceu. Esta fuga se deu principalmente pela perseguição imediata aos protestantes franceses. O *Édito de Fontainebleau* (1685) declarava:

(d) IV – Ordenamos a todos os ministros da R.P.R.¹ que não queiram se converter e abraçar a Religião Católica Apostólica Romana a sair de nosso reinado e das terras de nossa obediência quinze dias após a publicação de nosso presente édito, sem poder residir além, nem durante o referido tempo da quinzena e não fazer nenhuma prece, exortação em outra função, sob pena das galés.

(e) VIII – Em relação às crianças que nasceram dos referidos R.P.R., desejamos que elas sejam doravante batizadas pelos curas das paróquias. Ordenamos aos pais e às mães enviarem-nas para as igrejas, para efeito de 500 libras de multa ...

40. Sua vida profissional parece ter sido toda dedicada aos estudo dos celtas e à teologia, eis um retrato pintado de Pelloutier no século XIX por historiadores do protestantismo francês:

(f) Pelloutier descansava de seus trabalhos e da jornada diária percorrendo a noite em algumas páginas amarelas de algum historiador da Antigüidade. Suas leituras, inicialmente sem um plano final, não deixaram de ter seus frutos. Refletindo sobre o que tinha lido, comparando os testemunhos dos escritores, ele se persuadia que existira em um tempo remoto um povo poderoso do qual descendia a maior parte das nações européias, e que este povo era os celtas. A partir disso, suas leituras não foram apenas uma forma de descanso, elas tiveram um objetivo em torno o qual se dirigiram todos seus estudos, todas as suas pesquisas: este objetivo era de acumular bastante provas para fazer compartilhar aos outros suas convicções (EMILE HAAG 1873-1882: 112).

¹ Religion Prétendue Réformée. Nota do tradutor e autor da dissertação.

41. Seu objetivo, no entanto, enfrentava problemas extremamente sensíveis à historiografia do século XIX, que, para Emile Haag, foram superados; apesar dos celtas não terem deixado monumentos de sua existência, a não ser algumas pedras isoladas, cantos populares de uma autenticidade duvidosa, narrativas incompletas e vagas, por vezes contraditórias, Pelloutier venceu esta problemática com imensas leituras, “livre de preconceitos” para discernir o verdadeiro, do verossimilhante e do falso. Assim, pôde determinar os graus de probabilidade de cada asserção (HAAG 1783-1882: 113).

42. A conclusão desta pesquisa versa exatamente sobre o pensamento e a pesquisa histórica de Pelloutier, associado a uma disputa historiográfica ocorrida na França, na primeira metade do século XVIII, entre Boulainvilliers e o abade Dubos. Apesar de longínquos e de abordarem objetos diferentes, parte-se para uma compreensão a partir do *agenciamento das origens*, que foi o meio pelo qual o pensamento histórico obteve sua autoridade de legitimação jurídica, em relação à França Absolutista. Por isso, excluíram-se interpretações centradas no meio social de cada um dos autores. Não é uma discussão da história das idéias, nem de história social, tão pouco marxista. O que se pretende aqui é um estudo pós-estruturalista mesclado à História Cultural. A pesquisa limitou-se a Pelloutier, em especial, a quatro textos presentes nos dois primeiros tomos da “*Histoire de Celtes*” (1740).

43. Como enunciado, para Pelloutier a origem da Europa estava no mundo celta. Assim, ele se posicionava contra a idéia de Roma ou da Grécia como origem primeira, fundacional da cultura européia. Antes de discutir os

desdobramentos deste enunciado, sem perder o fio condutor deste capítulo, as seguintes questões devem ser consideradas: Quem eram os celtas de Pelloutier? Por que os celtas? Como escreveu as suas histórias?

44. Para introduzir a discussão observa-se o prefácio da “*Histoire de Celtes*”. Entretanto, não se pode ponderar a “*Histoire de Celtes*” sem considerar seu retro-espelho que é a história de Roma. Também, deve-se levar em consideração que apesar de Pelloutier ser um autor cristão, o tema da providência divina estava ausente em seus escritos históricos. A História era o lugar da liberdade, o que queria dizer que tudo poderia ser transformado: cultura, governo, religião. Deste modo, os celtas não eram apenas o povo escolhido como instrumento divino. Eles eram a origem da Europa e da civilização europeia. O terceiro tomo da “*Histoire des Celtes*”, que não será analisado aqui, trouxe esta idéia com maior clareza. A liberdade dos celtas era a liberdade abençoada por Deus, a experiência mística da história pertence ao homem.

45. É possível visualizar estas considerações no prefácio:

(g) Para bem reconhecer os celtas em todos os seus diferentes aspectos, é preciso considerá-los como eram antes que os fenícios, os gregos e os romanos entrassem em seu país, quando eles foram submetidos em parte. O comércio e a dominação dos estrangeiros produziram, como eu mostrarei, as grandes mudanças nas suas leis, na sua religião e, em geral, em toda a maneira de viver. É preciso tomar estes povos no bruto, sim eu ousou me servir deste termo, e descobrir se é possível saber o que eram antes de adotarem

as idéias e os costumes estrangeiros (PELLOUTIER 1740: XXXVII).

46. Era a relação com outros povos que fazia as mudanças culturais e não a providência divina. Segundo Georges Lefebvre, o pensamento historiográfico do século XVIII seria influenciado pelas suas necessidades sócio-políticas próprias e pela herança do século XVII. O que se entendia por esta herança seria o racionalismo, que destituiria a História de seu aspecto científico, considerando as influências de Isaac Newton, René Descartes e Benedito Espinosa, que afetaram a historiografia francesa, assumindo um aspecto de *História Novelesca – de verdades despreocupadas com as fontes* (1971: 172). Por outro lado,

(h) as polêmicas religiosas alimentaram a erudição, mesmo durante o século XVII – protestantes x católicos, jesuítas x jansenistas. Todos evocam a história, queriam perpetuar a tradição do conflito “Centuries de Magdebourg” e de “Baronius” (1971: 173).

47. Em Bossuet identifica-se uma resistência severa contra estes posicionamentos racionalistas. Estes problemas serão discutidos de maneira mais elaborada posteriormente.

48. Entretanto, há uma diferenciação entre as fábulas e as lendas das referências críticas às fontes antigas, esta era uma marca de Pelloutier e da erudição do século XVIII:

(i) É isto que me determinou a tomar a história dos celtas como tão elevada, que o pouco das passagens que nos

restam me permitiu remontar. Mas, como a primeira Época desta história, que começa nos tempos fabulosos e termina no ano da tomada de Roma pelos gauleses, não suscetível a uma ordem cronológica, eu tomo a parte a seguir na ordem das matérias, a antiga barbárie dos povos celtas. Vendo-lhes sair sucessivamente, muito cedo, e outros mais tarde de acordo com a sua vizinhança coma as Nações policiadas (PELLOUTIER 1740: XXXVIII).

(j) Pode-se, pois, fazer algo bastante aprofundado sobre os historiadores que escreveram desde as expedições das quais venho falar. Os países Celtas eram abertos em seu tempo: viajava-se aí livremente, de modo que eles estavam ao alcance de receber boas memórias. Júlio César, por exemplo, merece muita fé quando fala das Gálias, onde tinha residido por dez anos; mas não diz quase nada sobre os germanos, o que me prova que estava mal informado. Plínio o Velho, ao contrário, e Tácito, são os que melhor conhecem a Germânia. Eles fizeram aí (Plínio Hist. Nat IV cap (4 p477-478), um e outro, uma longa estadia (PELLOUTIER 1740, LII).

49. Esta última citação, não apenas permite ter uma idéia da necessidade de textos antigos para a erudição poder superar as exigências do racionalismo, mas, também, autoriza ponderar a respeito da hierarquia dos textos da Antigüidade. Não bastava ter em mãos uma citação antiga, elas poderiam ser contraditórias ou fabulosas. A questão para a erudição, influenciada pelo racionalismo, em especial, a partir de Espinosa e de Richard Simon, era como estabelecer a verdade e a legitimidade.

50. Uma primeira hipótese norteou esta pesquisa: para Pelloutier, os autores que estiveram entre os gauleses e os germanos eram mais importantes que os autores que não estiveram entre eles. O argumento que sustentava esta

hipótese era o da presença da influência do empirismo no pensamento da Europa continental. Mas, este argumento possuía alguns problemas, o primeiro era que basicamente confundia racionalismo com empirismo. Racionalismo deveria ser entendido como a ordenação do conhecimento segundo a razão, ordem do mundo, subjugando os sentidos à lógica. O empirismo, pelo contrário, tanto em John Locke como em David Hume, procurava dar a experiência dos sentidos a primazia, fazendo com que a dedução e a indução fossem efeitos de dimensões psicológicas.

51. Sabe-se, também, da resistência do Cristianismo ao empirismo. O realismo cristão aceita com maior facilidade a lógica racional ao empirismo sensualista. Enfim, o argumento da influência do empirismo foi deixado de lado.

52. Para dar uma explicação às escolhas de Pelloutier para a hierarquia das fontes da Antigüidade, optou-se aqui por outro argumento epistemológico, que, no entanto, está mais associado às práticas culturais do século XVIII.

53. Não é um bom procedimento justificar estruturas epistemológicas apenas em dimensões filosóficas, e o mesmo deve ser dito da exclusão total da influência de modelos filosóficos na estrutura da pesquisa histórica. Primeiro porque raramente se encontra um cientista radicalmente orientado por um modelo de pensamento. Segundo, porque a ciência está inserida em uma dinâmica heterogênea que ultrapassa o mero racionalismo, ou melhor, porque compõe formas racionais heterogêneas, associando-se a elementos não racionais.

54. Sem se deter nos críticos da racionalidade moderna, como Jean François Lyotard e o seu tripé “lei, forma e acontecimento”, ou Gilles Deleuze e o pensamento nômade, a pesquisa a respeito de Pelloutier preocupa-se em justificar a hierarquia das fontes nas práticas culturais, que são práticas epistemológicas também.

55. Neste período, as práticas culturais referidas eram as narrativas de viagem. Estas crônicas permitiam uma compreensão da hierarquia das fontes. Neste aspecto, os viajantes narradores da Antigüidade, como Estrabão (1740, XLIV), Júlio César, Tácito, Plínio (1740, LII), Possidônio (1740, LV), Agátias (1740, LVII) tinham o mesmo valor que os viajantes narradores modernos.

56. O valor destas narrativas de viagens era mais que socioeconômico, estava longe de ser apenas efeito da curiosidade ou instrumentalização de empresas coloniais e missionárias. A importância delas não devia, portanto, ser reduzida a conhecer para colonizar, conhecer para converter, ou conhecer pelo prazer de se saber. Estas narrativas impunham no espaço epistemológico preocupações teológicas, históricas e identitárias, assim como políticas e econômicas.

57. Preocupação teológica porque era necessário explicar a razão de Adão ser pai de todos, dos europeus, dos negros, dos asiáticos e dos povos americanos. Preocupação histórica, porque submetia a própria compreensão do tempo ao se olhar os selvagens, que traziam as origens remotas da história na contemporaneidade. Identitária, porque fazia com que o europeu se impusesse diante do que estava fora de sua civilização (forma esta que correspondia ao

domínio do olhar que será discutido no Capítulo III). A comparação tornava-se meio explicativo para a moral europeia, como, por exemplo, os males da civilização e a felicidade primitiva, relacionados aos conceitos de “bom selvagem” e de “homem natural”. Um exemplo clássico é o do Padre Lafitau, que, para Michele Duchet,

(k) Comparando termo a termo as crenças e os usos dos povos, separados um dos outro pelos séculos, no tempo ou por obstáculos insuperáveis, no espaço, lança as bases de uma ciência do homem universal, a uma perspectiva antropológica. Certamente, ele se propõe demonstrar que talvez não possa existir um povo ateu, que toda a sociedade humana em face dos deuses dos cultos, testemunham pela sua essência divina (1970, 9).

58. Para o padre Lafitau, o homem era um ser único, o que diferenciava era o grau de civilização, representada pela cultura e religião. Suas pesquisas eram uma busca constante de paralelos, que variavam em suas determinações, mas que destacavam, sobretudo, símbolos culturais, procurando dar sentido a uma idéia universal de homem religioso.

(l) Eu não estou contente em conhecer o caráter dos selvagens e de me informar de seus costumes e suas práticas, procurei em suas práticas e em seus costumes vestígios da Antigüidade mais recuada; li com cuidado aqueles autores mais antigos que trataram dos costumes e das leis, e dos usos dos povos dos quais tiveram algum conhecimento; fiz a comparação deste costumes com os outros, e confesso que se os autores antigos me dão luzes para apoiar minhas conjecturas felizes tocando os selvagens, os costumes selvagens, me dão luzes para entender mais

facilmente, e para explicar muitas coisas que estão nos autores antigos (LAFITAU 1724, I, 3).

59. Com base nestas afirmações, confere-se mais credibilidade à hipótese da preferência que Pelloutier tinha por autores antigos que visitaram, ou melhor, viveram nos países de sua narrativa e que isso não era por influência do empirismo inglês, mas sim pela necessária confiabilidade nas narrativas de viajantes, que justificavam a identidade europeia frente aos “selvagens”. Em Pelloutier, pode-se encontrar várias referências aos povos americanos, por exemplo, quando este precisava discutir se os antigos europeus eram antropófagos:

(m) Não é necessário se surpreender que os antigos habitantes da Europa fossem antropófagos. Muitos povos americanos o são ainda hoje (PELLOUTIER 1740, 63).

(n) Não provam nada, acusam mal a respeito, sem nenhum fundamento, os celtas de comerem homens. Os viajantes, que nos dão relatórios da América, são dignos de fé, pois eles relacionam os povos antropófagos que se encontram em diferentes partes deste vasto continente: degolar, assar, comer seus prisioneiros. Eles produziram uma infinidade de exemplos. Ao contrário, ninguém diz ter visto os celtas nestes excessos (PELLOUTIER 1740, 67).

60. Por isso, uma vez que a confiança às narrativas era um *a priori* cultural que Pelloutier depositou na distribuição da autoridade das narrativas antigas, este trabalho deriva daí sua conclusão a respeito do empirismo.

61. Alguns trechos de Pelloutier permitem uma maior clareza a este respeito:

(o) Estrabão (...) há um bom tempo, desejou enriquecer sua Geografia de uma exata descrição de todos os países que eram ocupados pelos povos celtas (LV).

(p) Este geógrafo, extremamente desacreditado entre os Antigos, não tinha deixado de bem contar, em diversas ocasiões, que ao menos se deveria conhecer os gauleses, vizinhos de sua pátria (LVII) (referindo-se ao livro IV de Estrabão).

(q) Possidônio de Apaméia tinha viajado pelas Gálias e tinha, por conseqüência, em estando aí, dado uma exata descrição (LV).

(r) Nós perdemos ainda as obras de Agripa. o que tinha feito uma descrição da Germânia, citada por Plínio o Velho (LVII).

62. Enfim, em um contexto mais geral da pesquisa, este argumento permite compreender a influência do universo cultural no trabalho de Pelloutier. Para ele, a hierarquia das fontes era realizada em virtude da credibilidade das narrativas das viagens modernas. Ele aliava metodologia e sua experiência cultural na produção de seu texto.

63. A rigor, o argumento não deve ser considerado como suficiente. É necessário observar este encontro em uma dimensão mais epistemológica ainda. Se, por um lado, a credibilidade das narrativas de viagem promovia no intelectual europeu discussões de cunho teológico, histórico e identitário, que acabavam em práticas políticas como a legitimação da escravidão negra, a divisão das colônias, a catequização dos selvagens, por outro lado, as reflexões

morais a respeito do homem europeu produziam os primeiros passos de uma Antropologia (DUCHET 1975, 7-28; LEMAY 1975, 29-40).

64. O *agenciamento das origens*, certamente, está implicado no conceito de *agenciamento*. Para Deleuze, um agenciamento seria um território de signos. Este território proporia uma dupla articulação, um sistema semiótico (*expressão*) e um sistema pragmático (*conteúdo*). Em suma, num agenciamento dever-se-ia perguntar o que se fala e o que se faz. (DELEUZE (5) 1997,218).

65. O que se diz seria a sociedade europeia moderna. O que se faz seria narrativas e estudos sobre as origens da Europa. Fazer a história dos celtas, por exemplo, não seria dizer que os celtas eram europeus, mas que eles eram a autêntica origem da civilização e o “verdadeiro sentido” de ser civilizado. Fazer uma narrativa sobre como viviam os americanos selvagens permitiria entender os “avanços da civilização europeia” e a própria origem desta civilização.

66. Outra articulação do agenciamento consistiria na *territorialização* e na *desterritorialização*. Na dinâmica da *territorialização*, tudo caminhava para um conjunto verdades, a saber, o homem europeu, do qual se deduzia a caracterização de outros homens e, assim, construía-se um “homem universal”, com diferenças apenas em relação à cultura civilizada ou a sua falta. Na *desterritorialização*, encontrar-se-ia a crítica imediata a este homem civilizado, sua fraqueza viciosa (Rousseau), seu sistema absolutista fadado ao fracasso (Montesquieu), suas superstições cristãs (Voltaire) que retardavam o progresso. Falar das origens seria inscrever certezas identitárias e também produzir a sua crítica.

67. Seria importante uma pesquisa mais rigorosa comparando a origem da Europa e a origem de outros povos. Entretanto, esta pesquisa parte da hipótese geral de que havia um mesmo processo nestas construções narrativas, elas partiam de um mesmo espaço simbólico para se traduzirem em identidade de civilizados. Este complexo jogo de signos estava agenciado na idéia de origem.

1.3 – *A Origem dos Celtas*

68. Como em Lafitau, preocupado com as origens, o primeiro capítulo da *Histoire des Celtes* tratou da origem dos celtas. O livro primeiro se intitulava *A origem dos Celtas*, e seus conteúdos eram: “dos países que seus povos ocupavam antigamente”; “dos diferentes nomes que eles traziam” e “da língua que falavam nos primeiros tempos”.

69. O capítulo X do primeiro tomo definiu as origens, após isto o autor percorreu inúmeros documentos da Antigüidade greco-romana para definir os costumes de cada povo celta, a saber, sauromatas, celto-citas, íberos, gauleses e germanos, getas, para provar que eram todos o mesmo povo.

(s) *Poderá parecer estranho que se detenha para examinar os diversos nomes que os povos celtas tinham, por todos os lugares, em outros tempos, mas o choque desaparecerá se considerar que esta pesquisa é pouco interessante em si mesma; deve ser de uma grande utilidade para descobrir certos costumes das nações célticas pelos nomes mesmos que lhes eram dados forçosamente (PELLOUTIER 1740, 242).*

70. A adaptação cultura-ambiente e ambiente-sociedade explicaria as diferenças em todo o mundo; o nomadismo e o sedentarismo eram as formas pelas quais as sociedades procuravam o melhor ambiente as suas necessidades, sobretudo segundo a vontade de Deus. Com isto não se ausentaria o aspecto físico, mas a explicação não poderia ser desenvolvida em

termos naturais. O objeto de diferenciação não era, necessariamente, apenas o corpo, mas o ambiente (clima) e a sociedade (cultura e aspectos bio-físicos).

71. Estes determinantes permitiram que Pelloutier afirmasse:

(t) I - É certo que a maior parte dos celtas era antigamente nômade (PELLOUTIER 1740, 243).

(u) II - Quando os povos celtas começaram a se fixar em um país, eles não julgaram a respeito de construir cidades, nem aí se fecharam. Cada um em particular se estabeleceu em uma floresta, ao pé de uma colina, ao longo de um riacho ou em meio a um campo (PELLOUTIER 1740, 244).

(v) III - Os povos Celtas que tinham uma moradia fixa, eram ordinariamente divididos em cantões, em povos e nações... (PELLOUTIER 1740, 244).

72. Estes nômades que se estabeleceram se originaram, geografica e teo-historicamente, segundo uma narrativa em que o milagre era o meio explicativo da diversidade de pessoas e a diversidade de localizações:

(w) Deus não se apraz enquanto não revogar a dúvida de que nos diz a Escritura Santa, quando nos apresenta o gênero humano, contudo, descendente de um só homem. Mas a criação de um homem, a longa vida dos patriarcas, a conservação do homem, das plantas e dos animais em meio ao dilúvio universal, são os milagres do poder divino. Deus pôs uma diferença sensível, entre os diversos descendentes de Abraão, ou de Noé, que se poderia distinguir até o fim do mundo, os germanos dos lapões, os povos brancos dos povos negros, daqueles que têm cabelos crespos daqueles que os tem longos e soltos ao vento (PELLOUTIER 1740,14).

73. Ainda em 1770, o reeditor da “*Histoire des Celtes*”, Pierre de Chiniac, comentava em nota este parágrafo, a posição do comentador talvez estivesse muito próxima ao Iluminismo, quando preferiu dar uma interpretação mais racional às diferenças. Certamente, para ele, as diferenças físicas entre os homens não procediam de um milagre posterior ao dilúvio, mas, sim, da adaptação física ao clima pelos séculos.

(x) O Senhor Pelloutier era muito influenciado para não compreender mudanças de opinião opostas à história de Moisés. Ele acreditava e se colocava em um embaraço ao recorrer a um milagre; (...). Por outro lado, se admitir as idéias de Pelloutier, como poderia que os indivíduos da mesma espécie estivessem todos reunidos? Teriam escolhido o clima que convém a sua espécie? Contudo, os pigmeus estão ainda na Lapônia; os negros habitam países queimados pelos ardores do sol. As exportações e as viagens produzem, certamente, algumas diferenças; mas, em geral, respondem ao físico e ao clima, e esta é a lei que o criador imprimiu, a terra parece ser eterna. Os homens transplantados de um país para outro não perderiam mais que graus insensíveis do que tinham do clima que eles habitavam; é preciso séculos para operar uma mudança considerável, se o concurso dos sexos nisto não contribui; mas, enfim, esta mudança se operará. É assim que os transportados de um país para outro se degeneram ou tornam-se mais belos, com esta diferença de ação do clima se manifesta mais prontamente; a razão não é difícil de dar (...) o senhor Pelloutier está livre sem reserva em sua opinião (PELLOUTIER 1770, 14-15).

74. A tese de Pelloutier afirmava que os celtas foram criados para se encontrarem na terra preparada para eles pelo criador. A associação entre terra e povo era o agenciamento de legitimação muito conhecido para designar a

posse das terras. Um exemplo de aplicação, estava na guerra contra a Holanda, anexação da Alsácia, sob Luís XIV, e a destruição da ponte sobre o Reno, em 1672, justificadas pelo *De Bello Galico (A Guerra das Gálias)*. Portanto, era o texto antigo que determinava as regiões dos gauleses, assim, sob o ponto de vista da história absolutista, a Germânia ficava além do Reno. A apresentação dos gauleses era geográfica e também inserida no binômio terra e povo. Enfim, para Pelloutier, os celtas eram originados no milagre da diferenciação dos homens após o dilúvio. Eles se encontravam na terra criada para eles, que era a Europa.

1.4 – Os celtas, os seus vizinhos e os Antigos

75. Para Pelloutier, os celtas foram conhecidos primeiramente pelo nome de *citas*, nome que os gregos deram a todos os povos que habitavam ao longo do Danúbio. Entretanto, Pelloutier desconfiava, constantemente, da precisão de suas fontes históricas.

76. Sua empresa precisava definir a Antigüidade dos celtas para fixar sua identidade, que era geográfica, e que tinha seu correspondente jurídico no direito à posse da terra. Entretanto, havia uma dificuldade real para definir, por meio dos textos antigos, esta identidade. Ele, então, procedia da seguinte maneira, usando Estrabão para anunciar o problema:

(y) Estrabão nos ensina que os autores (Estrabão. Liv. XI, 507) da primeira Antigüidade distinguem os citas estabelecidos sobre o Ponto Euxino, do Danúbio e o mar Adriático, em hiperbóreos, sauromatas e arismaspes; e aqueles que estão para além do Mar Cáspio, em Sacas e Massagetes. Os primeiros estavam, pois, estabelecidos na Europa. Os outros tinham sua residência na Ásia (PELLOUTIER 1740, 2).

77. Em seguida, localizava, para o seu leitor, os povos que estavam próximos aos seus celtas, explicando os nomes antigos e os referenciando no mundo moderno:

(z) Os Sauromatas, ou Sármatas, são conhecidos ainda hoje sob o mesmo nome: ele serve para designar os

povos que falam a língua eslava, os moscovitas, os poloneses, os boêmios, os vênnetos e muitos outros (3).

78. Seu próximo argumento era explicar que não havia hiperbóreos. Na verdade, este era um erro daqueles que não haviam visitado a Europa para além do Danúbio:

(aa) Os hiperbóreos são os celtas estabelecidos ao redor dos Alpes e do Danúbio; provar-se-á após algumas reflexões preliminares que convém fazer a este tema. Os antigos os deslocaram para além dos Montes Ripheéns (Solino cap XXXVI; Plínio. Hist. Nat. Lib IV cap XII p. 471; Estrabão Lib I p. 62; Pomponio Nela lib III cap XV p. 305 Stephano de urb² p 654-727), para os mais antigos autores os Montes Ripheéns. (3)

(bb) Desejava-se ainda que os hiperbóreos fossem situados sob o pólo Ártico, e que, por conseguinte em um clima extremamente frio, onde o ar era sempre emplumado (Παεροφορος Solino cap XXXVI), ou seja, pleno de neve, e onde, o sol não aparece mais que seis meses do ano. A opinião comum era que o vento do norte [boreal] sobretudo dos Montes Ripheéns (Apolônio diz que as fontes do Danúbio ὑπέρπνσιῆς βορέας, Πίπαισις ἐνὸρειν, que quer dizer, além do sopro do vento boreal nos montes Riphéens. Hyperborei Supra Aquilonis Flatum habitatis [ver Apolônio liv IV v 285; Festus P. Dica, 297; Virgílio Geo.. III v. 196]. Nisto, conclui-se que este vento não soprava no lugar dos povos que habitavam além. É por esta razão que lhes deram o nome de Hiperbóreos ou de pessoas que residiam além do vento norte. (3).

² Autor ainda não encontrado.

79. Para Pelloutier, somente após a presença dos autores nas Gálias e na Germânia pôde-se observar o erro dos antigos:

(cc) Esta falsa idéia foi uma fonte de erros para os geógrafos e para os historiadores que escreveram nos séculos seguintes. Quando os gauleses e os germanos foram descobertos, percebia-se que o vento norte aí soprava como por alhures, não se encontrava aí nem aquela terra vizinha do pólo e sempre coberta de neve, nem aquele dia e aquela noite que alternavam apenas a cada seis meses como os antigos falaram. Precisou-se, pois, sempre recuar para o norte estes Montes Ripheéns e os povos que eram assentados aos pés destas montanhas, as colocavam em qualquer país desconhecido, num clima onde ninguém havia ainda penetrado (3).

80. Outrossim, apresentou o problema nos documentos da Antigüidade a respeito dos hiperbóreos com o auxílio dos escritos de Etienne de Byfance, autor moderno cuja referência não foi encontrada, em que ele estabelecia o seguinte quadro: para Stephano de Urb (7,27), os hiperbóreos habitavam em torno do Danúbio; outros autores, que viveram em seguida, colocaram os hiperbóreos nas extremidades setentrionais da Europa, é o caso de Plínio (História Natural liv IV cap XII 464-471), Virgílio (Geórgicas liv III 381, liv XIII 517), Pomponio Mella (liv III cap V p77), Solino (cap XXXVI), Lucano (liv III v 272) e Estrabão (I p.62), outros colocaram os hiperbóreos em uma ilha do oceano, como no caso de Diodoro de Sicília (liv II p.130). Outros, ainda, colocaram ao norte, como Valério Flaco (liv II, v 519), Marcial (liv VII p 91 IX 127, 36) e outros.

81. O fato de não terem convivido com os hiperbóreos indicava sua impossibilidade de justificar sua localização. Logo, a diversidade de lugares que eles poderiam viver era proveniente das próprias viagens e da colonização romana, que não os encontravam. Estas viagens localizavam apenas os celtas, logo, era necessário redirecionar a sua região. Portanto, o valor ou o direito da narrativa verdadeira possuía aquele que conviveu com o povo narrado. Apenas no século XVI, com Philipp Cluver, em sua *Germania Antiqua*, não restaria mais dúvida dos erros dos antigos, para Pelloutier:

(dd) Ele prova também que os verdadeiros hiperbóreos, os povos que não viam o sol durante seis meses do ano, deveriam ser colocados ao lado da Groenlândia ou da Nova Zelândia, isto quer dizer, em um país que os antigos não conheceram (PELLOUTIER 1740, 7).

82. Assim, o convívio em meio ao um povo era a fonte da legitimidade da história ou das narrativas. Ao se referir a Posidônio de Apamea, que, segundo Cluvier, entendeu que os *Montes Riphèens* eram, na verdade, os Alpes, escreveu: “A autoridade deste deve ser de um peso muito grande, pois ele viajou nas Gálias” (PELLOUTIER 1740, 8). Observa-se, novamente, aqui o domínio do olhar.

83. Ao contrário, quando tratava da narrativa de Aristeu de Preconésia, que Heródoto citou no livro IV, em que o autor a descreveu a terra dos Arimaspes, compreendido como a primeira referência aos Hiperbóreos, Pelloutier o chamou de charlatão e impostor:

(ee) (...) um homem que desejou fazer passar uma obra tão extravagante por uma história verdadeira, que se vangloriava por ter percorrido o país dos arimaspes de um lado a outro, merecia bem que o chamassem assim de charlatão (PELLOUTIER 1740,15).

84. Destarte, ele resolveu o problema das citações antigas, Hiperbóreos e Arismapes eram referências fabulosas. As pesquisas referenciadas nestas fábulas acabaram por confundir povos como os celtas, que circundavam os Alpes pelos hiperbóreos, como era o caso de Posidônio de Apaméia, ou os Evergetas, pelos Arimaspes.

85. Uma vez determinadas as confusões e se mostrando iconoclasta das fábulas, ele procurou, utilizando-se dos sármatas, a identidade dos celtas. Os sármatas, que não eram culturalmente celtas, viviam no oriente, eram os hunos.

(ff) Na primeira Antigüidade, via-se uma diferença sensível, e uma espécie de oposição entre seus costumes e os de outros celtas, iam todos à guerra, mas eles não tinham mais que a cavalaria, ou melhor (Tácito Germ. 46), eles estavam sempre sobre o cavalo, onde viajavam, vendiam, compravam, tinham suas reuniões, faziam suas refeições e seus sonos sobre os cavalos (Amiano Marcelino liv XXXI cap III 615; Zózimo liv IV cpa XX) (...), eis a verdadeira origem dos Centauros (PELLOUTIER 1740, 23).

86. Depois disto, para evidenciar a existência dos celtas como portadores de uma cultura única, por meio da erudição, usou de inúmeras citações para criar uma comparação das culturas (Anexo 03), algo comum nos relatos de viagens. Entretanto, não apenas nestes aspectos, ao longo do texto de

Pelloutier estabeleceu outras comparações. Uma das mais repetitivas era aquelas que fazia uso da filologia.

87. É preciso, no entanto, notar aqui as dificuldades na definição da identidade celta em Pelloutier. Na verdade, o mosaico de autores da Antigüidade e de referências culturais aos diversos povos na extensão de toda a Europa impedia o uso de um só termo para designar os seus celtas. Para provar que os celtas eram um povo único, com pequenas distinções regionais, com nomes diferentes devido a confusões dos antigos, era preciso comparar a outros povos cuja diferença era ainda maior. A diferença com estrangeiros era o meio estratégico de identidade para os Celtas.

88. Ao usar os sármatas como o “outro” dos celtas, e sem acesso a informações homogêneas dos textos da Antigüidade, Pelloutier precisou fazer comparações entre os não celtas e os celtas. Não a partir de celtas em geral, mas sim com povos fragmentados a quem ele chamou de celtas.

89. Sua única documentação era heterogênea e o critério do convívio não era capaz de impedir as contradições. Como fazer dos gauleses e dos germanos um mesmo povo? Os documentos antigos assinalavam entre eles muitas diferenças. Sua saída era contrapor os seus celtas aos povos muito mais diferentes deles, como os Sármatas e Romanos. O seu trabalho filológico referia-se a isto. Ao comparar a língua dos Sármatas e a língua dos Getas seu argumento fazia com que o leitor pensasse que os celtas tiveram uma língua apenas (PELLOUTIER 1740, 26). Todos os povos celtas, que ele fazia menção em seu livro (Plínio), tinham originariamente a mesma língua, mas se dividiram,

em seguida, em uma diferença. Assim, concluía que a língua alemã era um resto da antiga língua dos celtas.

(gg) É preciso, inicialmente, estabelecer que os povos celtas falavam, antigamente, a mesma língua. Isto está provado pelo testemunho de autores que o asseguram positivamente: (Tácito, Agrícola p. 172 cap 2, Germânia, 45; Plínio Historia Nat. Liv. XXXVII cap III) (PELLOUTIER 1740, 246).

90. Os celtas eram um povo que Deus criou para habitar a Europa, cuja cultura e instituições originárias eram por direito a verdadeira liberdade.

(hh) Pode-se dizer, em geral, que os celtas ocupavam as partes ocidentais da Europa: a Espanha, as Gálias, os três reinados da Grã-Bretanha e da Germânia, os Reinados do Norte, com uma parte da Itália (PELLOUTIER 1740, 21).

91. A obra em três tomos de Pelloutier queria dizer isto. O título, traduzido aqui, *História dos Celtas, e particularmente, dos gauleses e dos germanos, desde os tempos fabulosos, até a tomada de Roma pelos gauleses* possibilita uma compreensão. A idéia consistia, realmente, em contrapor a Roma ao o mundo celta.

92. O mundo celta de Pelloutier era composto pelos reinados do Império Germano e pela França. O mundo Romano era a presença do catolicismo sediado em Roma e suas instituições; seu objetivo, libertar os celtas, restituí-los à condição original; sua primeira tarefa, legitimar, historicamente, a religião protestante, vinculando-a às origens da Europa e justificar a prática da eleição do governante.

93. Não se pode afirmar que o texto defendesse a aristocracia, mas, certamente, era um texto anti-absolutista. Seu projeto político estava configurado, por exemplo, nestas passagens:

(ii) (os celtas) eram divididos em cantões, em povos e nações. Chamava-se Cantão (Pagus) um distrito ocupado por certo número de famílias, que tinham seu juiz particular, e um Mallus, quer dizer, um tribunal onde a justiça se administrava por todo o Cantão. Um povo (civitas, populus) era um Estado independente, soberano, formado pela união de diversos cantões. Por exemplo o povo dos Helvéticos (Cesar I,12) era composto por quatro cantões (PELLOUTIER 1740, 243).

(jj) Estes povos tinham ao começo de cada primavera uma assembléia geral; todo homem livre e capaz de portar armas, era obrigado a aí tomar parte: aí se decidia, sob a pluralidade de vozes, todos os assuntos que poderiam interessar ao bem do Estado (PELLOUTIER 1740, 245).

94. Os celtas desqualificavam Roma. O ataque a Roma era o ataque às instituições que se legitimavam em suas imagens. As origens de Roma eram obscuras, assim como os impérios,

(kk) Não precisa estar surpreso que a origem dos maiores impérios seja, ordinariamente, obscura e incerta. Os primeiros começos eram pequenos e quase imperceptíveis. O valor, a prudência, a equidade e a temperança tiram os povos da poeira, e os tornam dignos e capazes de dominar os outros. Mas elas são insensíveis para o progresso, no lugar delas, o luxo, a moleza, a violência, são capazes de reverter ao término de alguns anos, o que a virtude não produziu mais que em uma longa continuidade de séculos. Isto é o que eu desejo dizer, seu destaque, particularmente, na História do Império Romano. A ruína deste Império e as causas que lhe são atribuídas não são ignoradas por ninguém. Sua origem, sem remontar aos tempos fabulosos, não deixa de ser a das mais incertas (PELLOUTIER 1772, 155-156).

95. Valor, prudência, equidade e temperança eram características pertinentes ao mundo dos “bárbaros”, em especial, aos celtas. O valor da liberdade, a prudência da aristocracia guerreira, a equidade dos direitos entre os guerreiros e a temperança de optar pelo melhor de sua tribo eram as marcas dos celtas em *Histoire des Celtes*, e eram apresentadas como a grande origem de todos os povos europeus.

96. A instituição imperial não pertencia ao universo da cultura bárbara, nem mesmo grega, para Pelloutier. As virtudes que desenvolviam um povo, na sua leitura, poderiam se perder nas desventuras do luxo das cortes, na moleza da civilização e na violência gratuita como espetáculo. A origem do império romano não era a mesma que a dos povos bárbaros e gregos. O império seria uma “queda” da cultura original; seu início obscuro, seu fim, a ruína. No entanto, a origem dos povos bárbaros teria sua restauração na queda dos impérios: o tema da invasão. Então, cada historiador utilizava-se, várias vezes, do mesmo agenciamento da origem, a ponto de produzir, no interior de uma grande narrativa, pequenas narrativas. Compunham-se, portanto, um mosaico de acontecimentos.

97. Se, por um lado, os celtas foram antecessores dos troianos como pensava Pelloutier, os antigos troianos eram um povo *cita*, que tinham passado da Europa para Ásia menor, e aí fundado o Reinado de Tróia. (1772, 195), por outro lado, os gregos e os romanos não tinham uma origem bem definida, eram apenas considerados inimigos dos celtas,

(ll) Inimigos das nações estrangeiras, (os celtas) se dizem, sobretudo, dos gregos e dos romanos, que desejavam a sua liberdade, eles os olhavam raramente com bons olhos. Desde que eles saíram da barbárie, perderam este olhar orgulhoso e terrível ao qual se reconheceria outra vez (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 19).

98. Diante dos celtas, os romanos lamentavam ter perdido as virtudes dos bárbaros,

(mm) O temperamento robusto e vigoroso dos celtas deve, ao menos, ser olhado como um presente da natureza, como fruto da educação que eles recebiam e da sua maneira de viver (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 23).

99. Pelloutier contrapunha a civilização greco-romana à cultura celto-bárbara.

(nn) Os celtas descendem verdadeiramente dos citas, isto quer dizer, de um povo selvagem e bárbaro. De um povo que não havia, ainda, conhecido as vantagens que o homem pode tirar de sua indústria ou do país que ele habita. (...) tinham uma vida simples e frugal, (...) sem agricultura, (e) ocupação baixa e servil (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 27).

(oo) Os celtas eram grandes dorminhocos. Isto parece comum a todos os povos celtas, até que eles fossem desfabulados deste preconceito estrangeiro, que lhes fazia olhar todo trabalho do corpo e do espírito, como uma coisa baixa e servil (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 83).

(pp) (Os celtas) consideravam os romanos afeminados por tomarem banhos quentes (...), pelo uso de cisternas para urinar (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 88).

100. A oposição dos celtas, que para Pelloutier era formada por toda a Europa, com exceção da Grécia e de Roma, contra a civilização romana, pertencia ao um mesmo dispositivo. As origens européias eram virtuosas ao passo que as origens do império romano eram obscuras e dobráveis aos vícios. A origem de um império era a queda da origem bárbara. A queda do império era a restauração do mundo celto-bárbaro. Eram ciclos não dialéticos, mas heterogêneos de origem, queda e restauração.

CAPÍTULO II

Desdobramentos das Origens

2.1 – *As Origens como Forma do Pensamento*

101. No primeiro capítulo introduziu-se a idéia do “*agenciamento das origens*”. Neste segundo, problematizar-se-á a relação íntima entre o político, as origens e a formação do conhecimento.

102. O pressuposto de análise apóia-se na idéia de pertencimento, que orienta para um aspecto sociológico, que se realiza no reconhecimento de uma identidade social do *habitus* incorporado em um campo gestando o poder simbólico (BOURDIEU 1989), mas também no sentido da Escola de Chicago, como territorialidade e busca pela comunidade original inocente cuja perda está envolvida na memória (BAUMAN 2003). Como o conceito de pertencimento é muito abrangente, seus desdobramentos alcançam tanto a lingüística como identidade epistemológica (BARONAS 2005). Uma experiência já vivida em um mesmo espaço geográfico.

103. Zigmunt Bauman, ao desdobrar-se sobre os aspectos mitológicos do paraíso perdido, tanto no imaginário greco-romano quanto no bíblico, aproximou-se mais das reflexões de Chantal Grell, corroborando para as leituras, análise das leituras da Antigüidade no mundo moderno. De maneira especial, estes autores pensaram a memória como nostalgia do paraíso perdido e, assim, viabilizaram a formulação do conceito de “*agenciamento das origens*”. Se os sujeitos procuram de forma até mesmo inconsciente um paraíso perdido, então, criar um paraíso perdido por meio de documentos viabilizaria um projeto político em meio à subjetividade dos leitores.

104. Em Pelloutier, o pertencimento apontava para a comunidade original. Se a comunidade original era uma aristocracia guerreira produzir-se-ia, segundo a ordem do discurso erudito, um estranhamento a uma forma política diferente. O estranhamento seria o duplo do pertencimento, contrário apenas nas arestas. Pertencer a um campo norteador da liberdade seria estranhar a obrigação a um culto. Pertencer à liberdade celta seria estranhar a França sob o Absolutismo.

105. No pensamento de Bossuet percebe-se a evocação de um pertencimento à teocracia cristã. O que faz um povo ser legítimo? O que legitima a nação? Para ele, Deus na figura de seu rei. Ao escrever a cronologia universal, a felicidade aparecia como fruto da obediência a um governante sábio e inspirado, mas também, uma obrigação do monarca. Era dever do rei a felicidade dos seus súditos. Portanto, haveria uma continuidade histórica entre Moisés (rei-profeta), as mudanças dos grandes impérios e a permanência da fé no Deus cristão.

106. É importante notar uma diferença epistemológica nas formas de produzir pertencimentos que seria, neste caso, a realização política do “*agenciamento das origens*”. A diferença fundamental é a eleição do sujeito da História. O sujeito da História de Bossuet seria a religião e o político, cujo herdeiro seria o monarca. Por outro lado, o sujeito da História de Pelloutier seria o povo celta, cujos herdeiros seriam os europeus privados da liberdade pelo monarca. A eleição de um sujeito produziria não apenas uma narrativa diferente, mas a própria leitura e escolha das fontes. O espaço empírico da fonte dependeria do manuseio do seu leitor. Sujeito-leitor e fonte seriam o duplo da

erudição. O último capítulo tratará desta questão. Por hora, observar-se-á os desdobramentos do “*agenciamento das origens*”.

107. O tema das origens em uma macro situação funda o “*agenciamento das origens*”, que se dinamiza pela prática cultural da leitura cristã da origem do universo. Esta macro situação é o que se chama, nesta pesquisa, de cultura européia. O símbolo das origens define, empiricamente, a territorialidade desta cultura. Na escrita da História, o tema se objetiva com o começo ideal e o fim dele derivado. Na relação com os outros povos, em especial os não cristãos e não europeus, produz-se as categorias analíticas civilizatórias, que se fundamentam no homem universal, filho de Adão. Mesmo em Lafitau, por exemplo, os americanos pertenciam ao universo cristão, pois partilhavam dos mesmos símbolos que os antigos. Eram religiosos e, por isso, tinham sentimentos universais. Ao reconhecer os americanos com os mesmos sentimentos universais expressos em seu próprio povo (europeu), reconhecia-se a superioridade de um sobre o outro. Se o homem era universal, o europeu era o irmão amadurecido.

108. A forma de pensar que se associa às origens, o *agenciamento das origens*, ultrapassa a simples crença no documento sagrado, está para além do documento que funda as suas bases epistemológicas, concentra-se nas formas de pensar e de ser racional. A cultura com suas experiências de pensar e sentir *a priori* se inter-relaciona em uma interdependência com a razão. A aparente independência entre uma e outra ou a livre descontextualização histórica da racionalidade deve ser desconsiderada devido à historicidade mesma da razão.

109. Dois textos do século XVII introduziram questões à autoridade Bíblica. A partir de Espinosa e Simon, a leitura da Bíblia granjeou outros aspectos. Se até o século XVII a Bíblia tinha a função de mestra da história e das “ciências” do homem universal, como imagem do criador, as proposições críticas à Bíblia, fundadas sob a verdade do sujeito racional, impingiram severas mudanças aos estudos sobre o Mundo Antigo.

110. Estas mudanças ganharam força e críticas na medida em que traziam discussões ao pertencimento epistemológico europeu. No entanto, a constituição antropológica da identidade do homem universal resistiu por outros estatutos, como por exemplo, aquele do regime do *agenciamento das origens*, que se revestia pela obrigação de se fazer a História das origens.

111. Todavia, nesta pesquisa, preocupou-se com uma abordagem ao tema centrada na formação do pensamento histórico mais imediato, relacionada aos aspectos da cultura. Por isso, ela se distânciava das abordagens mais comuns como a de Emilio Mitre, que entendia a formação do pensamento histórico moderno como uma produção que surgiu a partir de Férnan Peres de Guzmán (“*Generaciones y semblanzas*”) e Nicolau Maquiavel (“*O Príncipe*”), passando por Jacques Bossuet (“*Discours sur l’Histoire Universelle*”) e Giambattista Vico (“*A Ciência Nova*”) e encerrando com os iluministas, em especial, Voltaire.

112. Seja como for, a relação de dependência do pensamento moderno com a história é um pressuposto basilar desta pesquisa. Para tanto, este capítulo procura discutir estas suposições.

2.2 – “O Fim da História Sagrada”

113. Este subtítulo é uma criação de Chantal Grell (1993: 55), o que não quer dizer que a vontade de escrever uma História Universal iniciada na criação de Adão e que se encerraria na consumação dos tempos tivesse encontrado seu termo.

114. O que está sendo problematizado com e sob esta expressão, “o fim da História Sagrada”, é a crítica para a deslegitimação da História realizada sob autoridade bíblica e a crescente valorização de outros textos da Antigüidade. Em especial, textos de romanos e gregos.

115. Em Espinosa encontra-se um dos textos mais conhecidos a este respeito, que é o “*Tractatus Theologico-politicus*” (1665). Sem deter-se muito a este universo da discussão espinosista, nota-se em algumas passagens o teor das críticas aos “Textos Sagrados”.

116. Para Espinosa, a superstição religiosa procedia do medo e da esperança, que evitavam, assim, a utilização de raciocínios valorizando o uso de metáforas. Seus argumentos tornaram-se ainda mais pesados na medida em que usava de forma literal o texto sagrado, permitindo, pois, uma comparação em interpretações literais.

117. Sua tese principal, segundo Diogo Pires Aurélio (1988, 11), consistia na separação entre a Filosofia e a Religião. Mas não só, Aurélio assumiu outra posição, que deveria ser considerada, ou seja, a despolitização da religião:

(qq) Se a Bíblia é a principal fonte de legitimação do poder, e se o poder se destina a garantir a segurança e a paz entre os indivíduos, há que explicar por que razão estes (católicos, judeus e protestantes) se combatem em nome da mesma Bíblia, tornando assim ineficaz a suposta legitimação (1988: 11).

118. Os posicionamentos filosóficos e políticos de Espinosa impunham uma ação contra o documento mais importante da epistemologia ocidental, a Bíblia. Antes de discutir os desdobramentos considerar-se-á alguns argumentos que o próprio Espinosa apontou como centrais. O primeiro pressuposto seria a superstição generalizada, cuja autoridade de seu argumento também seria buscada na Antigüidade, em Cúrcio Rufo Quinto, no Livro VIII:

(rr) Se, depois do que já dissemos, alguém quiser ainda exemplos, veja-se Alexandre, que só se tornou supersticioso e recorreu aos adivinhos quando, às portas de Susa, começou pela primeira vez a temer pela sua sorte (vide Q. Cúrcio, livro V § 7); assim que venceu Dário, desistiu logo de consultar os adivinhos e arúspices. Até ao momento em que, uma vez mais aterrado pela adversidade, abandonado pelos Bactrianos, atacado pelos Cítas e imobilizado devido a uma ferida, recaiu (como diz o mesmo Q. Cúrcio, Livro VII § 7) na superstição, esse logro das mentes humanas.

(ss) Os homens só se deixam dominar pela superstição enquanto têm medo; todas essas coisas que já alguma vez foram objecto de um fútil culto religioso não são mais que fantasmas e delírios de um carácter amedrontado e triste; finalmente, é quando os Estados se encontram em maiores dificuldades que os adivinhos detêm maior poder sobre a plebe e são mais temidos pelos seus reis (EPINOSA 1988, 112).

119. Em seguida, o seu argumento associou o regime monárquico à superstição religiosa:

(tt) Se, efetivamente, o grande segredo do regime monárquico e aquilo que acima de tudo lhe interessa de manter os homens enganados, sob o especioso nome de religião, o medo em que devem ser contidos para que combatam pela servidão, como se fosse pela salvação e acreditem que não é vergonhoso, mas sumamente honroso, derramar o sangue e a vida pela vaidade de um só homem, em contrapartida, numa República livre, seria impossível conceber ou tentar algo de mais deplorável, já que repugna em absoluto à liberdade comum sufocar com preconceitos ou coarctar de algum modo o livre discernimento de cada um (ESPINOSA 1988, 114).

120. Sobre as incoerências estruturais da religião cristã, Espinosa fez as seguintes observações:

(uu) Inúmeras vezes fiquei espantado por ver homens que se orgulhavam de professar a religião cristã, ou seja, o amor, a alegria, a paz, a continência e a lealdade para com todos, combaterem-se com tal ferocidade e manifestarem quotidianamente uns para com outros um ódio tão exacerbado que se torna mais fácil reconhecer a sua fé por estes do que por aqueles sentimentos. (ESPINOSA 1988, 114)

(vv) Com efeito, assim que começou na Igreja este abuso, logo se apoderou dos piores homens um enorme desejo de exercerem os sagrados ofícios, logo o amor de propagar a divina religião se transformou em sórdida avareza e ambição; de tal maneira que o próprio templo degenerou em teatro onde não mais se veneram doutores da Igreja mas oradores que, em vez de quererem instruir o povo, queriam era fazer-se admirar e censurar publicamente os dissidentes,

não ensinando senão coisas novas e insólitas para deixarem o vulgo maravilhado. (...) Não admira, pois, que da antiga religião não ficasse nada a não ser o culto externo (ESPINOSA 1988, 114-115).

121. Assim, preocupado com a relação entre religião e política, Espinosa decidiu por uma metodologia que questionasse as idéias basilares do Cristianismo expostas nos “Textos Sagrados”; suas primeiras questões foram: “o que é profecia?” (Capítulo I) e “como houve a revelação aos profetas?” (Capítulo II). Concluiu que as leis mosaicas não eram universais, porque elas pertenciam apenas ao “Estado Hebreu”. A escritura, uma vez deslegitimada, deixava a razão em absoluta liberdade. Ao analisar os procedimentos da superstição, conduziu a inscrição do direito natural na História. Quando o Direito Natural tornou-se uma categoria analítica para a escrita da História houve uma viabilização maior para comparação das civilizações. Sem a Bíblia, o Direito transformou-se numa variável e não um determinante. Portanto, ao invés de se “progredir” no conhecimento da justiça universal e divina, os costumes do Direito de outros povos e outras culturas, experiências jurídicas populares, códigos não cristãos ganharam legitimidade, sendo vistos como possíveis e inteligíveis.

122. Indubitavelmente, há muito que se dizer sobre o *Tratado Teológico-Político*. Devido à proposta deste trabalho, não será possível nem mesmo discuti-lo em meio ao conjunto dos trabalhos de seu autor. No entanto, consiste em uma das primeiras referências para se pensar a secularização da História.

123. Outra referência importante é Richard Simon. Diferente de Espinosa, este autor se preocupava com a constituição mesma do texto bíblico. Talvez, uma das perguntas mais interessantes provenientes de seus trabalhos tenha sido o que realmente significava traduzir a Bíblia?

124. Para ele, a Bíblia era um texto que se justificava apenas na tradição religiosa, e não em si mesma. A constituição da Sagrada Escritura era derivada da Igreja e não o contrário:

(ww) Quando os bispos estão reunidos em Concílios e em Assembléias para declarar a crença de sua Igreja, cada um traz uma declaração de que crê na sua Igreja, de forma que esta crença recue até as primeiras Igrejas e sirva em seguida como regra para explicar as passagens obscuras da Escrituras. É porque os Padres do Concílio de Trento ordenaram sabiamente que não se interpretaria a Escritura Santa contra o sentido uniforme dos Padres e, ademais, o mesmo Concílio deu tanta autoridade às verdadeiras tradições não escritas quanto à verdadeira palavra de Deus que está contida nos Livros Sagrados, porque se supôs ao mesmo tempo que as tradições não escritas procedem de nosso Senhor como as comunidades e seus Apóstolos, e que em seguida elas chegaram a nós. (SIMON 1780, 03).

125. Ou ainda:

(xx) Pode-se chamar estas tradições de um resumo da religião Cristã, que fôra fundada nos começos do Cristianismo, nas primeiras Igrejas independentes da Escritura Santa. É sobre este antigo breviário da religião cristã que se deve explicar as dificuldades da Escritura. (SIMON 1680, 03).

126. Mesmo qualificado como um católico fiel por Paul Hazard (1935, 125-136), por lutar contra o protestantismo atingindo seu maior fundamento que era a Bíblia, o trabalho de Richard Simon produziu uma divisão do paradigma historiográfico e teológico. Seu argumento de que a Bíblia não poderia ser interpretada uma vez que foi escrita em vários idiomas e que suas traduções a deturpavam, considerava a Igreja Católica a sua verdadeira luz interpretativa. No entanto, não em sentido de um *múnus* pastoral, mas como referência à qual não se podia contrariar, em outras palavras, a Igreja Católica era o fundamento do Cristianismo e a Bíblia deveria ser interpretada sem contradizer a sua tradição.

127. Sem a autoridade da Bíblia, a teologia fiou-se na tradição católica, enquanto que a história não teria o mesmo paradigma. A escrita da História no século XVII e XVIII perdeu o paradigma bíblico universal. Outros documentos da Antigüidade sem a submissão à autoridade bíblica receberam sua independência. Uma nova Antigüidade surgiu.

128. Quais os espaços empíricos para estas constatações? Muitos espaços permitem esta leitura, a Teologia de Jean Leclerc, o uso da diplomática em documentos da Antigüidade, as releituras e reedições da Heródoto, que entre 1651 e 1750 obteve cinco edições, na França.

129. As reedições da Heródoto encontraram sua importância em meio às contestações cronológicas. O desejo de produzir uma História Universal a partir de uma cronologia, que era a enumeração do tempo como forma de conhecimento verdadeiro, apareceu em Joseph Juste Scaliger (referente à *De*

emendatione Temporum (1583) e *Thesaurus Temporum Eusebbi Pamphili* (1606) (GRELL 1993, 58). A tradição cronológica procurou datar o início da História posterior ao dilúvio. A documentação comparada foi Heródoto e a Bíblia. Os textos de Issac La Peyrère publicados em 1655 eram sintomáticos à questão, *Prae Adamitae, sive exercitatio super vesibus duedemcimo, decimotertio, capituli quinti Espistolae Pauli ad Romanos, quibus inducitur primi hominies ante Adamun condidi e Systema Theologicum ex Prae Adamitarum hypothesis*. Os textos que imputavam a Heródoto uma autoridade maior do que o texto bíblico apareceram com explícita clareza sob a autoria de Pierre-Henri Larcher, em *Histoire d' Herodote*, publicado em 1802.

130. A impossibilidade de harmonizar textos não bíblicos com os textos greco-romanos e egípcios e a incapacidade de impor outro texto paradigmático abriram espaço para a o ceticismo inspirado no rigor das ciências nascentes, como a de Newton, que postulava que o cálculo numérico era capaz de explicar o movimento no tempo. A “história” de um movimento, necessariamente, passava pela aritmética. O que estava ausente desta formulação era desnecessário, como o caso da História, em seus movimentos incalculáveis e indatáveis.

131. Para enfrentar o ceticismo, os escritores tradicionalistas defendiam, no século XVIII, a História Universal a partir de comparações culturais, o que era o caso de Lafitau. Ao estabelecer o progresso máximo da cultura na idéia de uma Europa católica, pôde derivar as origens mais remotas, utilizando-se dos americanos, resguardando, assim, o homem universal sob a experiência

religiosa que se encontrava em vários símbolos equivalentes em outros tempos e lugares (Anexo 05).

132. Mas não só os modelos que associavam a cultura estavam na luta pela permanência do homem universal filho de Adão. Bossuet procurou pela História Universal sob a égide de Louis XIV, sua crença na verdade imutável o colocava em oposição ao padre que, segundo ele, tratava tão mal a Bíblia, Richard Simon, e o judeu impiedoso, Espinosa (HAZARD 1935, 145).

133. Quando a Bíblia “perdeu” sua hegemonia, faz-se necessário salientar que seu poder não foi anulado. Na história proposta pelo catolicismo, que na França era predominante, ela era protagonista. No entanto, sua autoridade dependia de outros fatores. Para Lafitau, era a comparação cultural, para Bossuet era a queda dos impérios e a resitência do monoteísmo. No próximo tópico este tema será discutido.

2.3 – *A História como Forma do Político*

134. No final do século XVII, Bossuet publicou “*Discours sur L’Histoire Universelle*” (1681), e na primeira página (Anexo 06), após a capa, ele escreveu a sua intenção de explicar ao príncipe (futuro Louis XV) a *continuação da religião e das mudanças dos impérios*. Propunha trazer um tema agostiniano, pautado nas contradições entre a “Cidade de Deus e a cidade dos Homens”.

135. Bossuet parecia intangível diante das críticas ceticistas e profanas à história. Ele escreveu uma cronologia universal para explicar que a verdadeira religião era a católica e o verdadeiro império era o que estava em sintonia com este dogma. Resumidamente, o Anexo 4 permite visualizar a cronologia do seu livro.

136. Seu posicionamento a respeito da história pode ser observado nas seguintes passagens:

(yy) Enquanto a história seria inútil aos outros homens, ela é necessária para que os príncipes a lessem. Não há melhor meio deles descobrirem o que podem as paixões e os interesses, os tempos e as conjunturas, os bons e os maus conselhos. As histórias não são compostas mais do que por ações que os homens se ocupam, e todo o conjunto é para o seu uso (BOSSUET 1691, 1-2).

137. A crítica, neste primeiro parágrafo de Bossuet, tinha um endereço certo, a ciência inspirada em Descartes e Newton, os quais viam a inutilidade da

História. Para eles, o importante consistia no que estava sendo experimentado naquele instante imediato (GRELL 1993; KRIEDEL 1988; LEFEBVRE 1971).

138. Para Bossuet, a História era o lugar do político, somente por ela o príncipe teria condições de elaborar um projeto sensato de governo, justificado no direito escrito e inspirado pela religião. Diferente de Maquiavel, o príncipe de Bossuet tinha seu reinado legitimado pelo direito divino; a História era lugar empírico do político, dela procediam todos os modelos e exemplos:

(zz) Sim, a experiência lhe é necessária para adquirir a prudência que faz bem reinar, nada é mais útil à sua instrução que juntar aos exemplos dos séculos passados às experiências que eles fazem todos os dias (BOSSUET 1691, 2).

139. A História instrutora do príncipe servia para corroborar o poder na ordem do tempo, originado nas mudanças dos impérios. Além disso, ela organizava os homens segundo o Direito, os primitivos sob a Lei da natureza e os civilizados sob a Lei escrita, sobretudo a Lei Evangélica.

(aaa) Aprende-se da História a distinguir os tempos, assim, representará os homens sob a Lei da Natureza, ou sob a Lei Escrita, tal qual são sob a Lei Evangélica; falará dos persas vencidos sob Alexandre, como se fala dos persas vitoriosos sob Ciro; fará a Grécia também livre nos tempos de Felipe como no tempo de Temístocles, ou de Milcíades; o povo Romano também, mais orgulhoso sob os imperadores do que sob os cônsules; a Igreja também tranqüila tanto sob Diocleciano, quanto sob Constantino; e a França agitada por guerras civis no tempo de Carlos IX e de Henri III, mas também poderosa como no tempo de Louis XIV, onde reuni-se

***sob um grande rei, só ela triunfa sobre toda a Europa.
(BOSSUET 1691, 3)***

140. O objetivo principal da História Católica era o de contar a saga do povo de Deus na figura de seus governantes, desde Moisés até o presente rei, sem deixar, contudo, de elencar contribuições externas a esta História, como o caso dos gregos e dos romanos. Também, afirmava que sua intenção era impedir que os textos históricos e historiográficos confundissem o príncipe, por isso a boa história deveria ser contada sob a perspectiva bíblica:

(bbb) Meu Senhor, para evitar os inconvenientes que vos têm dado, tantos os historiadores antigos quanto os modernos, tem sido necessário, antes de todas as coisas, ler na Escritura a História do povo de Deus, que faz o fundamento da Religião. Não se tem vos deixado ignorar a História dos gregos nem a dos romanos; e esta que vos seria a mais importante que se tem vos mostrado com cuidado a História deste grande Reinado, que vos é obrigado a torná-lo feliz (BOSSUET 1691, 3).

141. Nesta passagem, Bossuet resumiu também os aspectos da historiografia monárquica, a saber: história bíblica, história clássica (greco-romana) e história da França, todas em sentido moralizante e estratégico-político, e, sobretudo, com a finalidade de legitimar a monarquia, quer por sistema jurídico, quer pelo processo de sentimento religioso-nacionalista. Sobre isto se tratará posteriormente.

142. Bossuet também defendia a sua cronologia universal como capaz de oferecer ao príncipe uma visão geral da história.

(ccc) Considerando como um mapa universal, vós saireis do país onde vós nascentes e do lugar que vós estiveres recolhido, para percorrer toda a terra habitada para que abraçais pelo pensamento todos os mares e todos seus países: assim considerando o resumo cronológico... (BOSSUET 1691, 5)

143. No seu quadro cronológico deveriam ser encontrados os seguintes pontos:

(ddd) É preciso, inicialmente, anexar um pequeno número de épocas, tais quais são nos tempos da História Antiga, Adão ou a Criação; Noé ou o Dilúvio; a Vocação de Abraão, ou o início da Aliança entre Deus e os homens; Moisés e a Lei Escrita; a tomada de Tróia; Salomão e a fundação do Templo; Rômulo, ou a fundação de Roma; Ciro, ou o Povo de Deus libertado do cativo da Babilônia; Cipião, ou Cartago vencida; o Nascimento de Jesus Cristo; Constantino, ou a paz da Igreja; Carlos Magno, ou o estabelecimento do novo Império (BOSSUET 1691, 6).

144. Para Bossuet, Moisés era o mais antigo dos historiadores, ele escreveu sendo o “mais sublime filósofo” e o mais “sábio legislador”. E para efeito ilustrativo, ele apresentou, em forma condensada, o modelo de pensamento que, conclui-se aqui, ser o dinamismo do *agenciamento das origens*:

(eee) (Moisés) Pôs este fundamento tanto em sua História, quanto, em sua doutrina e suas Leis. Após ele nos fazer ver que todos os homens inseridos em um só homem, e sua mulher tirada dele; a concórdia dos casamentos, da sociedade e do gênero humano estabeleceu-se sobre este fundamento; a perfeição e o poder do homem carrega a

imagem de Deus em sua totalidade; seu império sobre os animais; sua inocência e sua felicidade no Paraíso, cuja memória é conservada na Idade de Ouro dos Poetas³. O preceito divino dado a nossos primeiros pais, a malícia do espírito tentador, e sua aparição sob a forma de serpente; a queda de Adão e de Eva, funesta a toda a sua posteridade; o primeiro homem justamente puniu todos os seus filhos, e o gênero humano maldito de Deus; a primeira promessa da redenção e a vitória futura dos homens sobre o Demônio que lhes perdeu (BOSSUET 1691,8-9).

145. De fato, apesar de utilizar o sentido cristão de história, os autores eruditos, como Bossuet, não escreveram mitologias a esmo. Seus escritos estavam sempre referenciados na documentação do tempo em que se propunham analisar. Por exemplo, em Bossuet há referências a Heródoto, um dos autores que tomou maior autoridade por ocasião da crítica à Bíblia. Ele reconhecia a autoridade dos antigos mesmo quando usados em desacordo ao texto sagrado. A “seriedade” com que resolvia escrever a história pode ser pensada nesta passagem:

(fff) Pois em seguida, a suposição de Heródoto parece a mais exata, é preciso colocar em seu tempo, 514 anos antes de Roma, e do tempo de Débora, Nino filho de Bel, e a fundação do primeiro Império dos Assírios (BOSSUET 1691, 23).

146. Entretanto, a comparação com os autores sagrados era inevitável, diminuindo o valor deste autor, fazendo dele um mero historiador grego com o defeito de não reconhecer quinze séculos da história hebraica:

³ Referência a Hesíodo, nota do tradutor.

(ggg) ...quando Heródoto, que os autores profanos chamam de pai da História, começou a escrever. Assim, os últimos autores da História Santa se encontraram com o primeiro autor da História grega; e quando ele começa a escrever sobre o Povo de Deus, ele o toma somente a partir de Abraão, eliminando já quinze séculos. Heródoto não teve cuidado com a história dos judeus que nos deixou (BOSSUET 1691, 66).

147. Outra face importante deste trabalho de Bossuet, que produziu a forma do político por meio da História consistia em Roma. Apesar de não colocá-la como destaque central em sua introdução, Roma (Império e Cidade) funcionava como uma espécie de arquétipo inconsciente de sua obra, ao lado a História Sagrada. Ao falar de sua origem, ele inscreveu sua importância universal:

(hhh) Esta cidade que deveria ser a mestra do Universo, e em seguida a sede principal da Religião, foi fundada ao final do terceiro ano da VI Olimpíada, 430 anos após a queda de Tróia, da qual os romanos acreditavam que seus ancestrais eram seus fugitivos; 753 anos antes de Jesus Cristo. Rômulo se alimenta com alguns pastores, sempre está em exercícios de guerra, consagra esta cidade ao deus da guerra, que lhe chama de seu pai (BOSSUET 1691, 35).

148. Enfim, Bossuet continuou sua história até os dias de Carlos Magno. Sua narrativa expressava e associava a monarquia francesa à continuidade do poder temporal de Roma e aos cuidados da Igreja Romana. Sua História visava legitimar a monarquia absoluta segundo a ordem do tempo, do progresso e da vontade de Deus.

149. A união da História dos reis franceses e dos heróis (como Joana d’Arc) com a História da Antigüidade (GOULEMONT 1996, 175) foi um projeto que atrelou duas fortes tendências de pesquisa da história e da memória nacional.

150. De um lado, a História medieval, epopéia francesa iniciada pelos francos, cujos símbolos, entre outros, eram a Língua Francesa (FUMAROLI 1997: 4658-4679; CHEVALIER 1997, 3385-3418) e Carlos Magno (MORRISSEY 1997: 4392-4398).

151. Marc Fumaroli observou que a língua francesa tornou-se uma questão de identidade jurídica após as Frondes, sob Louis XIV. Ademais, a instituição que se desdobrou sobre a língua francesa fôra Port-Royal. Chevalier concordava com Fumaroli que, a partir de Louis XIV, o francês tendenciou a se tornar a língua universal.

152. Também havia o símbolo da Gália ou a Gália Romana, cuja origem troiana a cercava de glória (GUENÉE 1997, 742-743). A França franca e troiana, enfim, seria a expressão mais virtuosa da cultura grega. Por outro lado, o caminho dos romanistas era o que unia a mitologia original da civilização da *Eneida* com a glória da fé cristã. Toda história se referenciava nas origens. A França era a herdeira de Jerusalém/Roma e de Tróia.

153. A História monárquica e católica teve, a partir do século XVII, a sua vitalidade renovada. Para Etienne Thuau (1966), o cardeal Richelieu era um político cuja propaganda de Estado era uma característica bem definida (cf. CARMONA 1985). Sob sua autoridade, a reforma do mosteiro de Saint-Maur o transformou em uma oficina de história.

154. A História Nacional foi tão cara aos inícios do Absolutismo que se tornou, para além de uma propaganda literária ou erudita deste modelo político, uma verdadeira forma de poder. Foi pela História que Richelieu e August Colbert limitaram os direitos da nobreza. O espaço em que isto se deu foi a criação da diplomática, de Jean Mabillon (*De re diplomática*). A partir disto, coube à história o modelo da burocracia jurídica.

155. Por meio da comparação e análise de reincidências referenciais foi possível esta metodologia histórico-jurídica. A documentação era destinada a uma taxilogia (cf. Capítulo 03), caso não fosse classificável não obtinha o diploma de legítima. A ciência clássica aristotélica ou a ciência de Galileu Galilei não eram os norteadores desta metodologia. Os documentos não remetiam às causalidades, sua referência era a ordem, ou melhor, a ordem do mundo. Esta proposição de pesquisa opõe-se ao argumento de Georges Gusdorf (1983) e se apóia nos trabalhos de Georges Canguilhem (1955) e Michel Foucault (1999).

156. A ordem e a propaganda política dependiam da História. Para Orest Ranum (1980, 143), as pensões e as gratificações do monarca aos eruditos justificava a importância do uso da história. A ideia de herança encontrava seu duplo, a História e o Direito. A História porque se podia narrar a relação do sujeito-herdeiro e do objeto-herdável. O Direito porque legitimava e naturalizava a definição de direito por meio da narrativa.

157. Por vezes oculto, o herdeiro era sempre o verdadeiro sujeito da história. Cabia, portanto, às novas “invenções” monárquicas pronunciar o direito do herdeiro, como por exemplo, a criação da *Academie des Inscriptions et*

Belles-Lettres (1663) e o *Cabinet des Chartes* (1761). Nestes lugares se encontravam os grandes nomes da política e da História (MOMIGLIANO 1983, 247).

158. Sobre o *Cabinet de Chartes*, Kriyztof Pomian (1997: 4026-4037), especialista em museologia e arquivística, preferiu o termo *Trésor de Chartes* quando se referia ao trabalho de Pierre Dupuy e Théodore Godefroy. Neste texto encontra-se um desdobramento maior da importância dos arquivos para a “memória nacional”⁴. Os trabalhos de Dupuy e Godefroy estavam longe de ser apenas de organização de documentos “velhos”. Eles mesmos criavam, arquivos como o registro das cerimônias reais, que segundo Marie-Lan Nguyen (1999), tornavam-se fontes do direito.

159. Bossuet, portanto, respondia aos historiadores críticos da história sagrada a partir de um lugar privilegiado. Protegido pela monarquia e pela fé católica defendia, uma história universal, mas também os direitos do monarca francês, herdeiro dos direitos históricos. No entanto, percebe-se em seu texto uma preocupação sempre constante com as mudanças ocorridas na hierarquia da documentação clássica, em especial quando tratava de Heródoto.

⁴ Alguns arquivos do Cabinet de Chartes ou Trésor de Chartes estão disponíveis na internet no seguinte endereço: http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/chan/chan/fonds/cadre_intro_fonds_SA.htm

2.4 – *As Origens como Forma do direito*

160. Bossuet era um historiador monárquico e Pelloutier era um historiador anti-absolutista. Mas o que isto quer dizer, que em suas histórias eles publicavam suas respectivas ideologias políticas e religiosas? Caso a resposta fosse afirmativa, ter-se-ia que pensar, pelo menos, a possibilidade de uma história não ideológica, do contrário, afirmar que uma história era ideológica consistiria em um truísmo. Por outro lado, teria que se pensar o próprio conceito de ideologia. Para evitar toda a tradição circunscrita a este conceito, ela é concebida aqui como um “outro” à verdade.

161. Isto quer dizer que em momento algum, Bossuet ou Pelloutier escreveram um texto tão parcial que cometeram abusos, no sentido de esconder fontes ou ignorá-las. Cada um dos autores estava em meio a uma ordem discursiva. Somente segundo uma “ordem discursa” seria possível escrever a “verdade” (FOUCAULT 1996).

162. A História está num espaço privilegiado, em meio às ordens discursivas ocidentais, porque é capaz de legitimar o direito e também é realizada segundo a ordem jurídica. Direito e História, no ocidente moderno, são duplos de uma mesma experiência racional (BLOCH. 2001: 125-128; FOUCAULT 1999: 60-61; 168-169; 204-205; 211; LYOTARD 2000: 16).

163. O passado original torna-se o ponto primordial para a reflexão sobre o presente e o futuro; o discurso sobre o passado idealizado proporciona, para o

campo político, a legitimação da forma institucionalizada de poder ou a crítica a esta forma para a oposição.

164. Em meio a jogos políticos, a historiografia moderna foi um poderoso meio estratégico de interesses por três razões extremamente enraizadas: 1) pela “capacidade” de determinar a autenticidade de documentos antigos (Diplomática), que é a possibilidade que a História tem de criar as próprias fontes; 2) pela atividade de interpretação destas mesmas fontes; 3) pela apresentação dos frutos dos elementos anteriores numa narrativa, capaz de evidenciar modelos ideais representados por: civilizações, acontecimentos ou personagens “históricos”.

165. Pode-se dizer que o trabalho do historiador moderno era dizer o que “pertence” ao passado e como “pertence” ao passado. A partir disso pode-se afirmar que historiografia da modernidade tem sido estrategicamente política:

(iii) Narrar a história, a história dos reis, dos poderosos, dos soberanos, e de suas vitórias (ou, eventualmente de suas derrotas provisórias), trata-se de vincular juridicamente os homens ao poder (FOUCAULT 1999: 76).

166. Um exemplo disso foi a idéia monumental (LE GOFF 2003, 525-526) de “Direito Romano”. O “Direito Romano” para o espaço da memória seria à fundação da lei escrita racional e para o espaço da história seria a experiência jurídica autêntica, uma prova de ordem e civilização:

(jjj) Os juristas que a (romanística) praticavam não poderiam ver nisto outra coisa que não o direito romano atual. Ilusão necessária, porque o direito é um discurso onde o verbo é imediatamente eficaz. Ele é o verdadeiro nome, porque designa ou qualifica, mas, sobretudo porque realiza. Para se impor como tal, um direito contruído sobre a referência romana não poderia ser outro que o romano: direito de uma mesma e imperecível cidade *jus civile*. Em um modo de produção jurídico, pois a forma é erudita e especulativa – e não, como hoje, regulamentada e legal – a ficção apenas a que o passado está presente era uma ficção absolutamente necessária. Uma ficção sem a qual o direito, privado de eficácia, não teria valor de direito (YAN 1989: 139-152)

167. Pode-se dizer que, a partir da Renascença, houve uma busca pela “verdadeira” originalidade jurídica, para além do que foi representado no “*Corpus Juris Civilis*”. A necessidade de procurar o espírito jurídico original da civilização e de dar uma mesma interpretação, na sua elaboração primeira, como era na Antigüidade, de certo modo mística, para, então, poder estabelecer o mesmo modelo civilizatório da Roma “gloriosa”, “eterna” e “justa”, tornou-se uma obsessão na modernidade (KRIEGEL 1986, 145).

168. Jean Frédéric Schaub orientou a leitura do poder político na modernidade por meio de 3 questões fundamentais, a saber: 1) a relação entre o poder e o “sagrado” – memória coletiva do passado imperial romano associado à emergência da Igreja Católica; 2) os sistemas diversificados de oposições – romanos *versus* celtas ou romanos *versus* francos; 3) a atenção ao campo simbólico que permeia o exercício da autoridade (1997: 155-156).

169. Estas questões têm permitido pensar o espaço jurídico associado ao espaço histórico da seguinte de forma, respectivamente: 1) o direito divino e místico, fundado nas origens da França; 2) a oposição nas afirmações sobre originalidade do direito, tanto no que se refere às origens troianas ou quanto às origens germânicas da França, que será apresentado posteriormente; 3) rituais para afirmar tais considerações, como, por exemplo: a academização e publicação da História escrita e a sua aplicação artística.

170. Ademais, estes três aspectos, por estarem ligados imediatamente à dimensão cultural, trazem à superfície o problema filosófico do direito conceitual: ou ele é fruto de um processo racional, com um movimento constantemente progressivo, ou ele é fruto de processos culturais e sua gestão nada mais seria que o emergir normativo de uma dada experiência social? (1997: 172).

171. Segundo Michel Villey (1975) e Blandine Kriegel (1996), foram as questões do Direito Romano, no início da modernidade, que criaram as condições jurídicas para existência dos Estados Modernos. Entretanto, tais questões não surgiram em meios jurídicos, foram forjadas, sobretudo, no meio historiográfico. Quer dizer, que foram os estudos clássicos o meio para se dizer o Estado. Isto só seria possível se considerasse que

(kkk) em um modo extremamente sensibilizado ao passado, onde as tradições e os costumes, por uma longa e constante uniformidade, tornam-se princípios e se transformam em direito à vontade de reconstituir, sempre, as origens é constante (GRELL 1993, 246).

172. O direito imperial do Sacro Império Germânico foi legitimado pelas leituras do Direito Imperial Romano, por meio da interpretação do conceito de “*Dominus Universalis*” (KRIEGEL 1986, 97), realizado pelos compiladores de Justiniano da Escola de Bolonha. O projeto estratégico político desta escola era o de procurar, segundo Kriegel, restituir o “direito romano original” em proveito do Império de Henri V:

(III) As seguintes proposições determinam com maior precisão o vigor do Direito romano na Alemanha:

(mmm) O Direito romano vige na Alemanha não como Direito comum absoluto, mas apenas como Direito comum subsidiário, isto é, não exclui as disposições em sentido contrário do Direito particular, mas, se aplica somente quando não se lhe opõem disposições do Direito particular.

(nnn) O Direito romano vige na forma da codificação de Justiniano, e pela via do ensinamento da escola de Bolonha; somente sob essa forma foi recebido. Maiores detalhes nos parágrafos que seguem.

(ooo) O Direito romano foi recebido como um todo; portanto não é necessário justificar sua aplicabilidade relativamente a cada norma singular; cada norma nele contida deve considerar-se como aplicável, enquanto não existam argumentos contra sua aplicabilidade.

(ppp) Direito romano não vige na Alemanha sem modificações. De três fontes vêm as modificações com que vige: o Direito canônico, as leis imperiais alemãs, o Direito público consuetudinário alemão. - Os institutos jurídicos autônomos, que não decorrem dessas fontes de Direito, não dizem respeito à exposição do Direito das Pandectas, encontrando seu lugar em outras disciplinas.

(qqq) A dissolução do Império alemão não alterou o vigor do Direito romano na Alemanha. (WINDSCHEID 1902, 01)

173. A tática política era fazer com que todo o direito regionalizado, ou melhor, os costumes locais sucumbissem ao direito escrito e “universal”, desde que este direito escrito fosse tão tradicional quanto o costume, ou melhor, que fosse mais antigo que o próprio costume, mais glorioso e, especialmente, mais civilizado, como foi outrora o Direito Romano:

(rrr) Na lei romana, vivem a razão de ser da unidade jurídica emanada da eqüidade natural, que deveria dominar os costumes particulares, pois, na medida que era fundada sobre a razão humana, encontrava-se superior aos costumes. Ela era a razão escrita (...) era a encarnação da lei viva, a guardiã da legislação, o chefe espiritual do pensamento jurídico (1986: 97).

174. A busca pelo fortalecimento da Monarquia Francesa frente ao Sacro Império Germânico levou, com efeito, a constituição de duas práticas de resistência ao pensamento da Escola de Bolonha. As táticas de oposição foram: 1) a restrição do ensinamento do Direito Romano interpretado por esta escola à Savoie, Dauphiné e Provence, fazendo, também, “com que o lado direito do Reno não reconhecesse o poder do Imperador”; 2) a limitação total do ensinamento do Direito Romano, em solo francês, obtido por Philippe Auguste pela bula “*Super Specula*”, do papa Honório III, confirmado em 1579, pela Ordenança de Blois e em 1609 por Herni IV. Foi somente sob o reinado de Luís XIV que “reapareceu” o ensino do Direito Romano.

175. A vontade de reivindicar o direito de soberania para o monarca francês necessitou de várias apropriações do Direito Romano, aliançada com outras peculiaridades da história da França. A exemplo: 1) o conceito de “*imperator in suo regno*”, de Charles Grassailles (PORTÚS 2003, 03), cuja originalidade estava em estabelecer um poder imperial na França sobre a herança de Carlos Magno; 2) a afirmação “*Princeps in suo regno*”, de Guillaume Durand; 3) a eqüidade entre o serviço do rei e o serviço do imperador, de Bonifácio VIII; 4) a doutrina que asseverava que “*O Rei é Imperador em seu reinado*”, dos Legistas Reais, em 1302; 5) a utilização das “*regalia*”, suscitada a partir do Direito Romano Imperial, que possibilitou a doutrina do poder público inovador, a saber ‘a doutrina da soberania’ (KRIEGEL 1986, 100-102).

176. Em geral, pode-se afirmar que a “nacionalização” da soberania francesa provocou a modernização tanto do Direito quanto da História. Para compreender o movimento modernizante destas duas disciplinas, faz-se oportuno citar três atividades: compilação dos costumes, publicação dos costumes e codificação dos costumes. Também deve-se destacar três “lugares” ou instâncias cênicas, a saber: a “*École de Bourges*”, as “*Missions Scientifiques*” e o “*Cabinet de Chartes*”.

177. A Monarquia Francesa precisava impor outra experiência jurídica original, por isso manifestou interesse em buscá-la no próprio solo francês, em meio aos usos comuns de direito, aos hábitos sociais de justiça, ou melhor, aos costumes. A redação do costume popular obteve, entre os séculos XIII e XIV,

seus principais frutos: o “*Conseil à un Ami*”, 1251 (Pierre de Fontains); os “*Coutumes de Beauvoisis*”, 1280; as “*Ordenances de Montils-les-tours*”, 1553.

178. As pesquisas por um “direito nacional na história das instituições e nos trabalhos dos próprios juristas”, foram realizadas pelos discípulos de Cujas; o conselho de Charles du Moulin, que propunha recorrer ao direito romano em último lugar; a “*Institution du droict François*” de Kriegel de Bertrand d’Argentrez e Guy Coquile, que vertia o Direito Romano apenas com uma autoridade moral e doutrinaria, sem autoridade de prescrição (1986: 112).

179. No que se refere à publicação, forma de manifestar a legitimação popular, observa-se sob Charles VII, “*Coutumes de Bourgogne*”; sob Louis XII, “*Coutumes d’Auvergne*”; sob Charles VIII, “*Coutumes du Nivernais*”; também, Cujas publicou as “*Grandes Ordenances Juridificatrices de Villers-Cottorêts e de Moulins*”, Blois, a partir de 1505, todos os costumes do centro e do norte da França.

180. Em relação à codificação, forma de manifestar a interpretação unívoca do costume, até o século XVIII apareceram três códigos parciais: de Henri III, que na verdade eram todas as “*Ordenances de 1599*”; de Michel de Marillac, “*Code Michau*”; e sob Louis XIV o “*Code Louis*”;

181. Os lugares em que se possibilitou a fusão dos estudos sobre o direito antigo com o costume regional foram centrais na modernização da História e do Direito: por causa da crítica à Antigüidade (*École de Bourges*), da organização e da pesquisa material (*Missions scientifiques*) e, enfim, da interpretação

institucional e erudita a partir da organização documental (*Cabinet de Chartres*).

Em relação ao funcionamento destas três instâncias, Kriegel resumiu:

(sss) A Historiografia e a História do Direito nos séculos XVI, XVII e a primeira parte do XVIII, procuraram outro aspecto da história, não aquela das civilizações e dos hábitos, nem aquela da economia das sociedades, mas da abordagem antes de tudo da constituição da diplomática e da diplomacia, o desenvolvimento dos direitos e das dignidades, a colocação e a reforma dos códigos, em resumo, o estado do Direito e o Estado de Direito. Como todo saber empírico, a história não foi somente uma disciplina hipotética-dedutiva, ela deveria dar conta dos traços abundantes que restam e se expõem à sua interpretação: As fontes documentais. À época Clássica, estas fontes manifestam um lugar desconcertante, reiterativo e volumoso da história e do direito (KRIEGEL 1988: 190).

182. A “École de Bourges”, que trabalhava com uma espécie de humanismo filológico, que apesar de, por vezes, crítico à monarquia, contrapunha a historiografia francesa com a historiografia alemã, o que significava objetar, respectivamente, as noções de Império e Monarquia. No interior desta escola surgiu um grupo de estudiosos conhecidos como o “*mos gallicus*” (BARROS 2005, 19-44). O desejo destes doutos era de encontrar o originário Direito Romano, o direito clássico que permitiu a fundação do Império.

183. Dentre estes eruditos de “Ecole de Bourges”, destacaram-se: 1) Lourenço Valla, por ser um dos primeiros a denunciar as compilações tardias, heterogêneas e vítimas da intervenção de Triboniano sobre o “*Corpus Juris Civilis*”. Em sua crítica, rejeitou a legitimidade das *Institutas* e do *Digesto*. 2) André Alciat, por alegar o conceito de *merum imperium*, porquanto procurava

limitar o poder monárquico, deslegitimando o direito de vida e morte sobre os súditos, fazendo-o apenas administrativo e jurídico; Hugues Doneau, pela apresentação do Código Civil; 3) François Hotman, em razão de seu “Antitribonien” (análise do *Corpus Juris Civilis*), cujo objetivo foi mostrar a impossibilidade de transplantar o Direito Romano de sua cultura para a cultura francesa; 4) François Boudoin, por partilhar do mesmo ponto de vista de Hotman, para ele a França precisava de um direito realmente francês e não um “mosaico do Direito Romano” (KRIEGEL 1986: 102-108; 1996: 190-197).

184. O trabalho do “*mos gallicus*” luta pela “originalidade”, ainda que por sob críticas, permitiu a produção da História por certo tipo de “empirismo”, que se configurava por tentar relacionar o direito escrito com uma sociedade operante. Posteriormente se revelou, sobretudo, pelas “*missions scientifiques*” que:

(ttt) obedecem esta sede de acumulação primitiva de materiais históricos, de traços, de fontes documentárias que corresponde à arte da taxionomia e do catálogo da história natural das fontes. Paixão do “thesaurus” e dos enciclopedistas, sede de cotejo e de coleção, correspondem a época pela dinâmica da ciência histórica. Elas permitem a constituição dos museus, dos “dépôts d’actes”, das coleções de manuscritos, das bibliotecas, características da época clássica (KRIEGEL 1988, 197).

185. Entre estas “*missions scientifiques*” destacavam-se as organizações de arquivos, as publicações e a busca por antigüidades. Em relação à organização de arquivos, merece destaque: as de Dupuy, Théodore Godefroy e

Jacques Godefroy, que reuniram, em volumes, os manuscritos da Biblioteca do Rei; as de Denis Godefroy, que editou, em 1583, o “*Corpus Juris Civilis*”, ele pesquisou e guardou os arquivos na “*Chambre des Comptes*”, de Lille; a de Mabillon, que estabeleceu a “Diplomática”; a criação do *Archives du Contrôle Général des Finances*, em 1691; a criação: dos *Archives de la Guerre*, em 1701; dos “*Archives Universitaires*”, em 1704; do “*Dépôt du Chatélet*”, 1707; do “*Dépot du Parlement*”, em 1707; dos “*Archives Municipales*”, em 1743.

186. Além da formação e organização de Arquivos, as publicações legislativas foram um outro aspecto das “*Missions Scientifiques*”, a saber, “*Ordonnances des rois de France*”, por Pontchartrain; “*Recueil des Ordonnances des Rois de France*”, “*Historiens de la Gaule*” e “*Gallia Christiana*”, por Aguessau; “*Recueil de tous les titres, diplomes et imprimés*”, por Machault de Arnouville. Um último aspecto foi o grande número de viagens e de coleções particulares de cultura material da Antigüidade, que Krzysztof Pomian (1992) escreveu sob o nome de *anticomania*.

187. A terceira instituição modernizadora do Direito e da História foi o “*Cabinet de Chartes*”, do século XVIII, que se tornou o principal espaço para reelaboração do direito fundado na história pela monarquia absoluta, a partir de Louis XIV. Para Kriegel, esta instituição tinha três funções: administrativa, histórica e jurídica. Função Administrativa porque organizava os “*dépôts d’actes*” e arquivos. Função histórica porque reunia as pesquisas do Mosteiro de Saint-Maur e da *Académie des Inscriptions e Belles-Lettres* (NICOLET 2001) e oferecia publicações. Função Jurídica porque procurava codificar, sob a

monarquia, toda a expressão do direito antigo e dos costumes, em especial quando sob a direção de Jacob-Nicola Moreau (KRIEGEL 1993: 201).

188. Pode dizer-se, com Henri Durantou, que a monarquia, com seu aparato historiográfico, apoiava suas teses políticas, invocando o passado nacional e se esforçando para fundar suas reivindicações modernas sobre pretendidos “direitos históricos” (1975: 285). Entretanto, esta mesma constituição documentária e livresca da realeza até o início do século XVII permitiu, aos adversários do Absolutismo, obter os instrumentos necessários à sua crítica, como era o caso de Boulainvilliers.

CAPÍTULO III

Boulainvilliers: o passado e o presente

3.1 – *Por uma História da Ciência Histórica*

189. Ao se fazer a história da ciência, ou da produção do conhecimento no século XVIII obrigatoriamente deve-se observar as diferenças entre as abordagens de Georges Gusdorf (1983) e a de Georges Canguilhem. (1955). Para Gusdorf, a história da ciência se daria pelos clássicos motivos da filosofia: desejo do saber, curiosidade, teorias pré-existentes. No entanto, para Canguilhem, a história da ciência se daria pela relação da formação do conhecimento com a cultura determinada, o que significa dizer, que não haveria uma unidade histórica do pensamento.

190. Ao partir do pressuposto de que a história não tem uma lei, uma ordem, uma homogeneidade evolutiva, pode-se, então, afirmar que a história é heterogênea. Inserindo, então, a heterogeneidade na formação do conhecimento “pré” ou científico, tem-se, portanto, que se direcionar o campo de pesquisa para relações outras que não a continuidade. Ao afastar-se da continuidade, produz-se a especificidade, que neste caso, significa uma “identidade” própria do objeto a ser pesquisado.

191. Ao se falar da História erudita, que era realizada na especificidade própria da cultura do século XVIII, pode-se identificar o substrato cristão – *agenciamento das origens* – e o valor das viagens e das crônicas delas resultantes. O papel dos cronistas em meio a epistemologia

estudada estava envolvido profundamente por aquilo que Foucault definiu como “domínio do olhar”:

(uuu) O espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, da vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis. O olho torna-se o depositário e a fonte da clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que ele só recebe à medida que lhe deu à luz; abrindo-se sobre a verdade de uma primeira abertura: flexão que marca, a partir do mundo da clareza clássica, a passagem do ‘Iluminismo’ para o século XIX (FOUCAULT 1977, p. XI-XII).

192. Foucault (1999) tematizava que a formação do conceito de homem e substrato das ciências modernas do “homem” deu-se principalmente pela existência da “História Natural”, que seria, no século XVIII, a classificação dos seres naturais. O primeiro passo para esta classificação dos seres, sob o domínio do olhar, era naturalizar, tornar intrínseco a todos os seres a história, uma espécie de “pan-historização”: tudo tem história.

193. Algo que pertencia aos reis e à providência divina tornava-se “natural à natureza”. O que apresenta, primeiramente, esta “pan-historização” foram os seguintes textos: Pierre Pierre (1518-1564). *L'histoire de la nature des oyseaux, avec leurs descriptions et naïfs portraits retirez du naturel, escrite en sept livres. chez Guillaume Cavellat, devant le collège de Cambray, à l'enseigne de la Poulle grasse.* Paris 1555; Ulisse

Aldrovandi (1522-1605?). *De quadrupedibus solidipedibus volumen integrum, Ioannes Cornelivs Vterverivs... collegit et recensuit... Marcvs Antonivs Bernia in lucem restituit... Cum indice copiosissimo. Superiorum permissv. Cum privilegio S. Caes. Maiestatis. Bononiae: apud N. Thebaldinum, 1639; Jonston. História naturalis de quadripedibus. Amsterdam, 1657.*

(vvv) Até Aldrovandi, a História era o tecido inextrincável e perfeitamente unitário daquilo que se vê das coisas e de todos os signos que foram nelas descobertos ou nela depositados: fazer a história de uma planta ou de um animal era tanto dizer quais são seus elementos ou seus órgãos, quanto as semelhanças que se lhe podem encontrar, as virtudes que se lhe atribuem, as lendas e as histórias com que se misturou, os brasões onde figura, os medicamentos que se fabricam com sua substância, os alimentos que ele fornece, o que os antigos relatam dele, o que os viajantes dele podem dizer. A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda a rede semântica que o ligava ao mundo. (FOUCAULT 1999, 176-177)

194. Ao final do século XVII, havia um rompimento entre as palavras e as coisas. Representar não era mais dizer o ser, como na Renascença. Representar seria encontrar a forma semântica ideal para o ser. Portanto, destingue-se na era classicista o universo das palavras e o universo das coisas, para então encontrar na ordem das palavras a melhor representação para ordem das coisas. Representar tornou-se pesquisa da

maneira ideal de se dizer as coisas e das coisas serem ditas, por meio da prática de ver. A História seria retomada pelo olhar.

195. Diferente de Gusdorf que via a ciência moderna como produto quase que causado pelo avanço da geometria, para Foucault:

(www) A instauração, na idade clássica, de uma ciência natural não é o efeito direto ou indireto de transferência de uma racionalidade formada alhures (a propósito da geometria ou da mecânica). É uma formação distinta, tendo sua arqueologia própria, ainda que ligada (mas segundo o modo da correlação e da simultaneidade) à teoria geral dos signos e ao projeto de máthesis universal (FOUCAULT 1999: 178-179).

196. Se para Foucault, tudo entrou para o domínio da História, a História por sua vez não deixou de receber, como uma dobra de si, sua transformação. A História entrou para o regime do olhar:

(xxx) A velha palavra história muda então de valor e reencontra talvez uma de suas significações arcaicas. Em todo caso, se é verdade que o historiador, no pensamento grego, foi realmente aquele que vê e que narra a partir de seu olhar, nem sempre foi assim em nossa cultura (...) (FOUCAULT 1999: 179)..

(yyy) Até meados do século XVII, o historiador tinha por tarefa estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos (...). Sua existência se definia menos pelo olhar que pela repetição, por uma palavra segunda que pronunciava de novo tantas palavras ensurdecidas. A idade clássica, confere à história um

sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Compreende-se que, nessa “purificação”, a primeira forma de história que se constitui tenha sido as histórias da natureza (FOUCAULT 1999: 179).

197. Por isso, para esta História que nasceu no século XVIII, a documentação abrangia novas formas, somadas aos textos e arquivos, apareciam herbários, coleções e jardins.

(zzz) O lugar da história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns.

198. Enfim, Foucault resumiu o aspecto que se encontrava este processo de uma nova história ao final do século XVIII:

(aaaa) A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam, no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é o mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos. E é nesse tempo classificado, nesse devir quadriculado e espacializado que os historiadores do século XIX se

empenhão em escrever enfim “verdadeira” (...)
(FOUCAULT 1999: 180-181).

199. Se o critério epistemológico era ser visto e colocado no mundo das representações, por meio das palavras, então, abriu-se outro espaço, o da classificação. O conhecimento não apenas nominava, mas classificava e ordenava. Esta classificação se daria segundo uma estrutura de caracteres, considerados pelo contínuo e a catástrofe, e sob discussão a respeito da evolução das espécies. Para tanto, foi necessário criar compêndios e narrativas repletas de descrições e imagens. No Anexo 08, sobre a História Natural, pode-se observar estas disposições. Portanto, assim como era feito na história natural, fez-se com a história dos homens. No Anexo 08 encontra-se uma comparação entre o botânico Tournefort e o antiquário Anne-Claude-Philippe Caylus. Eles dispuseram o resultado de suas pesquisas da mesma maneira⁵. No entanto, pode-se ter uma noção da necessidade de descrição e classificação de todos os seres. O anexo 05 apresenta a mesma conceituação classificatória em Lafitau. Uma segunda análise sobre o trabalho de Lafitau, comparando-o com o Anexo 8 permite pensar a profundidade da relação cultural da taxionomia. Apesar da importância desta discussão e destas imagens, elas estão dispostas apenas de modo ilustrativo, sem contudo deixarem de orientar a leitura desta pesquisa. Contudo, um projeto científico que considerasse apenas as imagens seria de grande valia.

⁵ Este anexo conta nem com 1% de todas as imagens que foram pesquisadas, observadas.

200.

3.2 – A História Antiga e a História Natural

201. Partindo do pressuposto de que houve no pensamento dito classicista, do final do século XVII até fins do século XVIII, a necessidade de se associar o mundo das coisas vistas com o mundo da representação, por meio da linguagem ou da articulação de palavras e sinais. Havia, também, por um lado a descrição do simples, do ser individual (*mathésis* – FOUCAULT 1999: 99-105) e, por outro lado, havia a necessidade de compor uma ordem (*Taxiomia* – FOUCAULT 1999: 99-105).

202. A literatura anti-absolutista de Pelloutier e Boulainvilliers trata destas questões de visibilidade e de classificação. O duplo taxionomia-tempo, em que a multiplicidade se dava no espaço e no tempo (FOUCAULT 1999: 210), apontava para a idéia que havia uma continuidade dos seres e dos fatos, ao mesmo tempo que havia uma ruptura entre o presente e o passado. A classificação, portanto, agenciava presente e passado.

203. Se o “*agenciamento das origens*” apontava para classificação e sua ordem jurídica, então, ele só poderia ser exercido segundo a ordem mesma de visibilidade. Ver era a necessidade para as leituras. Nesta perspectiva, se entende a rejeição da erudição pela filosofia da história, que, necessariamente, não apenas foi nomeada por Voltaire, mas,

inaugurada, ainda no século XVII, por Boulainvilliers. Para a erudição o fundamental seria o texto escrito, enquanto que para filosofia da história, o fundamento seria o que se via no presente. Eis a tentativa de Lafitau de compreender o passado por meio do que se descrevia no presente. A sua taxionomia agenciava presente e passado.

204. Segundo Laurent Olivier:

(bbbb) A tentativa que se esboça com Caylus, Jussieu, Lafitau ou Mahudel repousa sobre um postulado: todo o objeto antigo, fabricado em uma matéria, segundo uma técnica, ou em formas análogas àquelas dos objetos atuais utilizados por populações primitivas, teria o mesmo uso no passado. Em todos os casos, compara-se produções técnicas, que são ligadas a estados de evolução das populações humanas através de um estado superior que constituiria a civilização (2005: 43).

205. Passado e presente eram colocados em um mesmo processo epistemológico. Nos Anexos 5 e 8, pode-se facilmente ver a pertinência entre a História Antiga e a História Natural, ou seja, a introdução do ver em meio à formação do conhecimento. Por exemplo, os textos a partir deste período exigiram a análise comparativa com o auxílio de desenhos.

206. Ao apontar para anticomania do século XVIII, Annie-France Laurens (1994) poderia ser analisado por meio desta relação epistemológica. Seria a anticomania uma necessidade de se ver e de se

experimentar o passado mesmo que desligado do processo de produção de conhecimento antigo?

207. A resposta em Kriegel parece ser afirmativa:

(cccc) O número destes amantes colecionadores é dileitante, procuravam antes que entender a sua ciência descobrir os seus segredos esperava-se menos encontrar a realidade passada que capturar os poderes secretos de uma sabedoria inefável. Então, “as antiguidades” cessaram de pertencer aos eruditos ou aos professores dos colégios para tornar-se um bem comum dos pesquisadores de tesouros e aos amantes de símbolos (KRIEGEL 1988, 254).

208. Sem delongas, partir-se-á nos próximo tópico para uma leitura sobre a relação passado e presente e a classificação das raças em Boulainvilliers. Diferente dos historiadores monárquicos e católicos cuja relação era de continuidade, o anti-absolutismo trabalhou com a relação entre ruptura/continuidade. A história da “luta das raças”, viabiliza-se bem como exemplo. Por certo, toma-se ainda o *agenciamento das origens* com a ferramenta analítica. Esta ferramenta, é mais específica em relação à História.

3.3 - O passado e o presente em Boulainvilliers

209. O trabalho dos historiadores e dos juristas a partir de Richelieu era legitimar a monarquia absoluta, legitimação como pertencimento a uma norma, e que este trabalho não era uma tarefa simples, pois tinha que aliançar tradições históricas medievais e antigas. Em especial, francos e romanos, o absolutismo encontrou adversários que se utilizaram também deste mesmo processo de cultura política, ou seja, a história referenciada pelo “*agenciamento das origens*”.

210. A utilização do “*agenciamento das origens*” pelo gládio anti-absolutista tem sido conhecido pelo embate entre os germanistas e romanistas. A importância desta disputa está além das determinações exemplares de jogos identitários de representação, que seriam um destacado modelo histórico para este tipo de estudo. O que chama atenção são os desdobramentos epistemológicos, que para o mundo moderno influenciaram diretamente, teorias racistas e a História (FOUCAULT 1999; POLIAKOV 1974; DEVYVER 1975; ARENDT 1999).

211. A Monarquia francesa, chefiando o Estado Nacional, precisava enfrentar um adversário interno, não apenas “simbólico” e externo como os protestantes, mas instituído, que era o caso da nobreza frente ao

absolutismo. Diego Venturino, especialista em Boulainvilliers, o germanista com maior destaque na primeira metade do século (sem desconsiderar a importância de Montesquieu e Gabriel Bonnot de Mably), resumiu os problemas da relação entre Monarquia e nobreza da seguinte forma: no século XVI, o problema de usurpação de títulos de nobreza como forma de evasão fiscal, de François I e seus sucessores imediatos multiplicaram éditos contra os usurpadores, mas com resultados medíocres (VENTURINI 1999, 227).

212. No início do século XVII, foi a nobreza que insistiu na autenticação dos verdadeiros nobres e a penalização dos usurpadores. Vencendo a Fronde, Mazarin e Colbert não apenas ameaçavam os usurpadores como os procuravam. Em pleno século XVII, não mais a pedido da nobreza, mas com a auto nomeação da monarquia como a única instituição com o direito de nobilitar (VENTURINI 1999,228).

213. Nobilitar não significava apenas declarar a nobreza de alguém e sua correspondente isenção de impostos, mas também anunciar a descendência franca que, até então, havia originado e legitimado a própria monarquia. Havia nas *“recherches de noblesse”* uma inversão história e jurídica. Ao rei, a partir disso, pertencia o primado político.

214. As *“recherches de noblesse”*, que se iniciaram em 1655 para a formulação do catálogo das famílias nobres, instituíram que todas as famílias, que almejavam seus privilégios, deveriam provar aos

genealogistas e aos juristas a sua nobreza por meio de documentação histórica. Esta atitude burocrática-histórica em relação às origens da nobreza sucumbiu dois princípios básicos desta mesma nobreza, a reputação e a tradição oral. Elas foram aniquiladas pela necessidade do documento escrito, pois o oral não se podia tanger ou ver segundo a ordem do domínio do olhar.

215. Devido às dificuldades burocráticas e financeiras nas províncias, não chegou a termo o catálogo de todos os nobres da França. Mesmo assim, muitas famílias perderam o título e outras foram empobrecidas em busca da documentação necessária.

216. Portanto, as “*recherches de noblesse*” foram uma política eficaz para imposição do absolutismo, elas tinham três processos ou condições políticas: um lugar, uma prática e uma teoria. O lugar era o “Armorial”, criado pelo decreto real de novembro 1696, e a prática era a pesquisa documental e a Diplomática, cuja teoria era o direito original. Assim foi necessário, para a nobreza, combater a monarquia em um campo de batalha novo. Não era mais que o princípio aristocrático *versus* o princípio monárquico. Ao final do século XVII a luta era pelos privilégios da monarquia:

(dddd) Com o estabelecimento do absolutismo a nobreza acabou por perder poder para Luís XIV após a fronde parlamentar (1653). “A lembrança da fronde parlamentar parisiense não foi esquecida nem o perigo

que representariam os 40.000 oficiais de justiça, polícia e finanças do reinado, susceptíveis de sustentar os parlamentares”. (GRELL 1993, 245)

217. Olivier Tholozan defendia a idéia que o normando Conde de Boulainvilliers, próximo à regência do início do século XVIII, foi um hábil anti-absolutista, pois, enfrentou o problema que seu grupo social estava vivenciando, por meio de um sistema de pensamento diferenciado. Justamente por isso que o romanista Claude de Nicolet criticou a posição de Le Roy Ladurie (1991), que o via como obscuro. Seu sistema de pensamento era jurídico-social-político-histórico. Agenciava do que “via” ao que representava historicamente.

218. Muitos trabalhos consolidaram o tema de pesquisa: a respeito de imposição do Absolutismo como, os de Robert MANDROU (1977) e Yves-Marie BERCÈ (1992). Além desses existem outros que trataram de temas específicos, como é o caso do anti-absolutismo.

219. Em relação à presença do pensamento anti-absolutista de Boulainvilliers no século XVIII, mas, como uma visão que o colocava como retrógrado frente ao progresso iluminista, pode-se citar: Pierre HAZARD (1935) Henri CARRÉ (1911) Roland MOUSNIER (1993). Há, também, uma discussão a respeito do racismo em suas obras, que o imputou uma condição epistemológica nova a partir dos anos 1970, tomado como precursor do Racismo de Estado, esta foi a leitura de Foucault (2002) de Leon Poliakov (1974) e André Devyver (1975). Somente no final do século

XX, em especial, pelo romanista Claude Nicolet, que se têm uma visão não bilologizante da Lutas de raças.

220. O trabalho de Boulainvilliers consistiu numa descrição do Estado francês a partir dos dados burocráticos da monarquia francesa. Para tanto, questionava a ação absolutista que teoricamente era incapaz de estabelecer uma garantia histórica a bem do próprio Estado. Neste aspecto, recorreu à diferença social – os três estados – e a suas origens. As origens associadas a uma compreensão do presente eram a chave de legitimação das idéias de Boulainvilliers, uma taxionomia social da França, presente e passado dispostos sob o olhar:

(eeee) Esperando encontrar na história “verdades experimentais que possam ser aplicadas ao nosso estado presente” (BOULAINVILLIERS 1727, 86).

221. Diferente de Bossuet, Boulainvilliers pensava que a história não era apenas útil ao monarca, mas também ao público, e as cronologias exatas não eram interessantes, eis dois princípios de sua “nova história” que objetivava a descrição do reinado:

(ffff) Mas formar um novo plano de nossa história, em um tempo diverso dos ilustres escritores⁶ que se esforçam para lhe dar uma exata precisão a respeito da Cronologia, e de embelezar estas “flores” que nos fazem admirar as Obras dos Historiadores Gregos e Romanos,

⁶ Referência feita à Pére Daniel (1649-1728 - jesuíta de Port-Royal), Perè Mézeray (1610—1683 – Academie Française), Géraud de Cordemoy (1620-1684) que foi substituído por Jacques Bossuet (nota do tradutor).

talvez, com justiça seja olhada como temerário pela dificuldade de fornecer estas duas partes em meu projeto. Contudo, como na composição de uma obra, seu método e suas idéias, que formam características, que de alguma forma independem da matéria, e segundo o qual ele pode ser mais ou menos útil ao público, eu creio que uma História da França que proponha antes o gênio dos príncipes e do governo da nação do que aquela dos eventos, a maior parte conhecidos, assim, teria a vantagem da singularidade e aquela da utilidade, sobretudo à cabeça da descrição do reinado (BOULANVILLIERS 1727, II-IV).

222. Singularidade em oposição à utilidade. Mais do que criar uma obra estética, Boulainvilliers propunha fazer uma história útil. Sua utilidade derivava do seu grupo social, a nobreza, e a manutenção do Estado. Esta era a face mais social de seu trabalho, criar uma consciência do grupo social da nobreza – que significava ser nobre – (VENTURINO 1999, 236) por meio dos direitos históricos provenientes da Idade Média cuja, origem estava nos germânicos francos. Os resultados esperados seriam imediatamente a utilização do *Suum cuique Tribuere*, do direito romano, que implicaria numa formalização dos privilégios tributários a partir da codificação e não da via oral ou do costume e, posteriormente, uma nova configuração da ação da nobreza dentro do governo monárquico, que era a transferência de atribuições administrativas que eram distribuídas ao terceiro estado pela a nobreza.

223. A coluna dorsal do projeto de Boulainvilliers era o direito de conquista proveniente da “luta de raças”. O mesmo conceito que configuraria a historiografia revolucionária a partir do Abade Sieyès, que ao definir o Terceiro Estado historicamente em relação aos outros contrapunha diretamente o pensamento de Boulainvilliers, almejando aos nobres seu “retorno às florestas da Franconia”. (SIEYÈS 1789, Capítulo II: 2º §), tal idéia esta presente também em Augustin Thierry e Amedée Thierry.

(gggg) Enfim, se eu fosse tu, faria os senhores democratas em geral notarem que melhor fariam se eles próprios se familiarizassem com a literatura burguesa antes de se permitirem ladrar contra o que é o seu contrário. Esses senhores deveriam, por exemplo, estudar as obras históricas de Thierry, Guizot, John Wade, etc., e adquirir algumas luzes sobre a ‘história das classes no passado’” (Karl Marx e Friedrich Engel 1959, T III: 79).

224. A luta de raças teria, na argumentação de Foucault, dois desdobramentos epistemológicos que, a partir do século XIX, se configurariam na “Esquerda” e na “Direita” de maneira diferente.

225. Para a “Esquerda” dialética a luta de raças se configuraria na luta de classes, enquanto que para a “Direita” a configuração seria o “racismo de Estado”, ou as práticas de defesa da sociedade contra os seus inimigos internos, a luta dos normais contra os anormais. Assim, na história marxista, o tema da defesa social liberal e o Nazismo teriam uma mesma

raiz, a saber, a apropriação revolucionária do tema da “luta de raças”, que pertencia ao agenciamento do *agenciamento das origens*.

226. Ao descrever o Estado francês e a condição da nobreza francesa, Boulainvilliers, na obra “*L’Etat de France*”, utilizou-se do *agenciamento das origens* para legitimar suas afirmações. O tema do antigo governo era basilar em relação a sua ação política:

(hhhh) Eu acredito, pois, que uma história metódica e abreviada do antigo Governo da nação francesa precederia, utilmente, o detalhe, onde as memórias das províncias se encontram preenchidas. Porque a ordem comum exige este arranjo, coloca diante dos olhos dos príncipes um lápis de desenho que conduz aos seus predecessores, ao gênio dos reis e dos povos de séculos em séculos. Ainda não foi traçado com bastante vivacidade pelos nossos historiadores, os quais estão bastante contentes em nos dar uma sucessão de fatos militares e de guerras pouco interessantes à nossa situação presente. Ao invés de nos mostrar as regras do governo, que nos fazem conhecer como tem sido o sustento do Estado durante o longo curso de gerações e as quais podem ser nossos recursos nas desgraças que nos atinge (BOULAINVILLIERS 1727, IX-X).

227. Este retorno ao antigo governo seria realizado por uma história que percebesse os problemas e que não fora cega aos defeitos do Estado e da monarquia, uma história moral que denunciasses o despotismo. Eis o presente e o passado agenciados

(iii) ... não é possível a um homem sincero e que ama a sua pátria passar em silêncio aos defeitos essenciais, que se encontram nas escolhas dos Intendentes e nas suas administrações (BOULAINVILLIERS 1727, XII).

(jjjj) Embora não seja o seu único defeito, devo dizer que freqüentemente sou obrigado a censurar alguns sentimentos e expressões que alguns destes intendentes, que fazem por profissão de não reconhecer outro princípio de governo que o puro despotismo do príncipe e dos seus ministros, e uma obediência cega da parte de seus temas (BOULAINVILLIERS 1727, 13-14).

228. Deste modo, como “arauto da verdade” (1727, XVIII), via no absolutismo a tirania, e na História escrita, uma adulação da tirania sem humanidade (1727, XIV), pois esta esquecia a miséria do povo (1727, XIV) com obras em diversos tomos inúteis (1727, XIII). Ainda na página XVIII, ele tomou na imoralidade da história apologética dos monarquistas um tema caro ao germanismo, em especial a Pelloutier, que era a liberdade. Em Pelloutier, era ontológica e se configurava pela liberdade de culto, enquanto que em Boulainvilliers a liberdade era dada pelo direito, que abrangia até a propriedade.

(kkkk) (os eruditos) suprimem com crueldade até os nomes da liberdade das pessoas e da propriedade dos bens. Eu tenho não mais que uma grande pena retida pelo zelo contra os opressores da pátria e vis adutores do poder tirânico, ainda mais criminosos que eu os tinha dito se considerar como corruptores da

***justiça natural do príncipe em tenra idade onde os
consulta (BOULAINVILLIERS 1727, XIII).***

229. O objetivo do trabalho de Boulainvilliers era gestar um novo modelo de História. Não era mais o monarca o centro, mas as regras e a teoria do governo da sociedade (1727, XXI) que deveriam se tornar uma ciência pública (XXI), para que não se gastasse os recursos do Estado apenas com o monarca, e sim com os seus criadores (XXII). Para isto ele evocou o passado. Assim, o *agenciamento das origens* pôde funcionar legitimando sua concepção sócio-política.

***(VIII) dos termos razoáveis, mas porque haveria
uma cegueira em rejeitar no regime de uma monarquia
os costumes que a mantiveram durante treze séculos.
Para substituir por outros que nada facilita que o poder
despótico mais conveniente ao gênio dos persas, dos
turcos e de outros povos orientais, do que a nossa
constituição (BOULAINVILLIERS 1727, XXIV).***

230. Para Boulainvilliers, um mesmo direito não caberia a todas as nações. O duplo cultura-direito seria a fonte de compreensão da sua luta de raças:

***(mmmm) Assim, é evidente que todo o tipo de lei não é
boa para todas as nações; pois aquelas de Atenas ou da
Lacedemônia que são reconhecidas como chefes de
obras do espírito humano seriam monstros em nosso
Governo, e nos usos ao contrário seriam insuportáveis
para a Inglaterra e para a Polônia: nós não podemos, ao***

que parece, escolher a regra de governo sob a qual nós vivemos... (BOULAINVILLIERS 1727, XXV).

231. Seria, portanto, o direito original de cada cultura o objetivo da História. Saber como se origina os sistemas jurídicos de Estado explicaria o presente ou seria a história o espaço empírico de idéias políticas. O sistema jurídico mudaria historicamente segundo o desejo dos governantes ou pela força das idéias populares.

(nnnn) Eu não temo, por conseguinte, lembrar por meio da história, nos usos presentes a sua verdadeira origem; descobrir os princípios do direito comum a uma nação; e examinar com ordem o que mudou na continuidade do tempo, a justiça desta mudança, quando o há desejo em parte ou com a força das idéias populares quando é necessário, reportar-se as diferentes características dos homens, que viveram na extensão de um grande número de séculos (BOULAINVILLIERS 1727, XXII-XXIII).

232. Em seguida, Boulainvilliers explicou que os padres historiadores usavam da ignorância do príncipe e do povo para talhar um modelo jurídico para França, diferente de sua origem (XXIX-XXX). Inventavam uma história desassociada do presente e, justamente, esta associação consistia no mérito de seu trabalho (XXXI).

233. Portanto, qual seria a origem do direito francês? Para Boulainvilliers, eram os francos em seu duplo cultura-direito. Eles eram provenientes da região entre o Reno e Verser até o Rio Elba

(BOULAINVILLIERS 1727, 01-02). Era um povo naturalmente voltado à guerra, devido ao rigoroso clima e à esterilidade de suas terras e aos ataques dos sármatas. iam sempre para o ocidente desolando os países por onde passavam (1727, 03).

234. Os francos eram incapazes de produzir trabalho doméstico, tinham gosto pela curiosidade. Suas empresas eram realizadas em milícias, após a escolha do comandante e de seus oficiais (1727, 03). Uma descrição parecida com os capítulos VIII, XIX e X do segundo tomo de Pelloutier. Era importante notar a idéia de escolha dos comandantes pela milícia. O sistema político guerreiro germânico era o ponto de fuga para os germanistas.

235. Outro ponto de convergência entre Pelloutier e Boulainvilliers consistia em uma ação teórica, em forma de discurso, cuja idéia era de que os francos viviam a guerrear constantemente com Roma:

(oooo) Eles faziam quase sempre guerra contra os romanos com vantagem (BOULAINVILLIERS 1727, 03)

(pppp) Inimigos das Nações estrangeiras, (os celtas), se dizem, sobretudo dos gregos e dos romanos, que desejavam a sua liberdade, eles os olhavam raramente com bons olhos. Desde que eles saíram da barbárie, perderam este olhar orgulhoso e terrível ao qual se reconheceria outra vez (PELLOUTIER 1771, TOMO II, 19).

236. A oposição à Roma era um critério epistemológico, não apenas ilustrativo. A consistência desta oposição era a tenacidade do anti-absolutismo. Por isso, não era estranho que a origem da França de Boulainvilliers se encontrasse nas políticas dos últimos imperadores de Roma:

(qqqq) A política dos últimos imperadores romanos, que, para garantir suas províncias das incursões bárbaras de fora, fez-lhe opor os interiores. Assim, o exército do império era quase todo composto⁷, as grandes despesas civis e militares estavam entre suas mãos. Quando os imperadores se precaveram ainda em transportar numerosas populações sobre suas fronteiras, abandonando seus habitantes naturais. Eles encorajavam os novos hóspedes, eles lhes forneciam víveres e gados para se alimentarem e cultivarem suas novas terras e não esqueceram nada para mantê-los em seus lugares; julgaram que, se eles poderiam se anexar como uma nova pátria (BOULAINVILLIERS 1727, 4).

237. A povoação e a assistência das fronteiras provinciais, com povos não romanos, tinham como objetivo a defesa do império. O povoamento bárbaro defenderia a província dos outros bárbaros. Em especial, o espaço foi cedido aos francos em 358 da era Cristã.

(rrrr) Os Francos eram um povo jovem, e saíram da Germânia ou das nações que dela saíram, para virem habitar nos limites do Império; e que em relação em serem voluntários, seja por causa de disposição natural

⁷ (de romanos e não romanos)

ou a liberdade de seu humor, eles deram a todos os nomes de Loeti, alegres (BOULAINVILLIERS 1727, 7).

238. Muitos outros povos como os *Saliens Gallicans* e os *Letes* se confundiam nas fronteiras. Entretanto, os chefes destas povoações recebiam dos romanos os títulos de duques e reis. Na narrativa de Boulainvilliers tudo estava bem até surgir a ingratidão dos romanos.

239. Foi o projeto do general Estilicom, sob Valentiano, que chamou todos os bárbaros para a ruína do império (1727, 12). O que aconteceu, segundo a narrativa de Boulainvilliers, foi que para impedir a passagem dos vândalos que eram conduzidos por Godegesile, morto em 406 dC (1727, 12).

(ssss) Mas os romanos reconheceram mal este grande serviço, quando Ronspadial, rei dos Anglos aliados de Godegesile, viera vingar sua morte com um exército formidável. Ele ataca os francos da Germânia com tanta violência que os obriga a abandonar seu país para se retirarem para as florestas e para os pântanos, ou para as terras dos Ripuaires. Pois, os Romanos julgaram que este aumento para as terras para cá do Reno os faria refluir em volta do coração de suas províncias. Não quiseram ouvir nem seus planos nem suas razões (BOULAINVILLIERS 1727, 12);

240. Ademais, caçaram os francos fugitivos que restaram para além do Reno, que aumentaram o número dos Ripuaires. Esta união era contrária aos interesses dos romanos. Mas as características políticas dos francos

se revelavam as melhores condições para mudar a relação com os romanos. No trecho a seguir, não apenas notas-se esta afirmação, mas a identificação entre francos e franceses:

(tttt) A simplicidade dos franceses não os impedia durante todo este tempo de se conduzir com política e prudência, o interesse então suplantava as luzes do espírito e da educação. Nascidos em um país desgraçado pela natureza, do qual eles mesmos não encontravam nenhum repouso, eles viam com ardor a abundância e a tranqüilidade que reinavam do outro lado do Reno (BOULAINVILLIERS 1727, 14);

241. O que não permitia a estes francos passarem o Reno era sua pouca quantidade, e o medo de sacrificar seus maiores bens:

(uuuu) Eles não sacrificariam (...) nem mesmo a uma pequena porção de sua liberdade, pois eles conservam suas leis e sua linguagem e, sobretudo, o direito de escolher os seus chefes (BOULAINVILLIERS 1727, 13).

242. Na fraqueza do Império Romano se revelava a fortaleza dos francos. Não apenas fortaleza física ou guerreira, mas, sobretudo, pelo modelo de governo. Quando Roma se entregou nas mãos de um homem, pôde por ele ser abandonada

(vvvv) Enfim, quando estes mesmos franceses vêem o Império Romano abalado em todas as partes, Roma abandonada por seu Príncipe, tomada e retomada pelos godos, as barreiras forçadas em todas as fronteiras, os

borguinhons e em seguida os hunos. Estas extremidades se fazem apreender justamente por se ver cedo o despojamento destes países felizes que se possuía sob a proteção dos romanos (BOULAINVILLIERS 1727, 14).

243. Um outro tema presente em Boulainvilliers era o questão das injúrias antigas. Em dois momentos ele apareceu em seu texto: na vingança dos anglos (1727, 12) e na narrativa dos despojos da vitória sobre Átila. Os francos ajudaram os romanos a vencerem Átila e, no entanto, na hora de dividirem os despojos, os romanos ficaram com a melhor parte dos bens (1727, 14):

(www) Assim, renovaram a respeito da lembrança das antigas injúrias sem atender a novos pretextos, ele se tornaram inimigos daqueles que defendiam anteriormente. Creio dever observar ao tocante da origem da primeira fortuna da Nação Francesa (BOULAINVILLIERS 1727, 15).

244. Estes francos ou franceses de Boulainvilliers tinham sua origem mais longínqua, para explicitá-la ele evocou o vulgo e três autores, César, Tácito e Gregório de Tours.

(xxxx) Primeiramente, se surpreende ao ler nossos antigos autores, de encontrá-los prevenidos de uma quimera tão vã que é encontrar a origem da Nação Francesa na Frígia e nas ruínas de Tróia, sem que se pudesse alegar nenhum fundamento, e não se quer estender até a Ásia em que Gregório de Tours disse que

em seu tempo muitos acreditavam que os franceses saíram da Panónia (BOULAINVILLIERS 1727, 15-16).

(yyyy) Com efeito, é evidente que os diferentes povos que são tomados pelo nome de francos ou franceses, como aqueles de uma sociedade de aliança, são antigos na Germânia, que foram conhecidos por Tácito e alguns por Júlio César (BOULAINVILLIERS 1727, 16).

245. Boulainvilliers via na característica germânica uma origem muito mais precisa para os francos. A semelhança dos germanos de Tácito era o fundamento suficiente de sua origem. Deste modo, pôde afirmar:

(zzzz) A monarquia francesa não deve tomar a época de seu estabelecimento nas Gálias, e sim, tomar a rigor da letra, no reino de Clóvis no ano 481. (BOULAINVILLIERS 1727, 16).

246. A França, portanto, surgia paralela às Gálias e o estabelecimento da monarquia se dava sob Clóvis, rei e general (1727, 18). Um jovem com todas as qualidades de um herói bárbaro (1727, 19). Sucedeu Childeric, seu pai, como rei do Ripuaires e dos francos da Gália Belga, e foi eleito general dos Saliens (1727,18). Seu espírito guerreiro organizou as rotas de comércio com Roma (1727, 19), interrompido pelos Visigodos e Borguinhons. Fundou o reinado da França se aproveitando das circunstâncias (1727, 19).

247. Esta expressão *Clovis profita en habile homme de ces circonstances...* presente no documento se ordenou com outras idéias, que era a ausência da Providência divina, o oposto de Bossuet. Para Boulainvillier, o rei era um homem de circunstâncias. Segundo Bossuet, Clóvis foi um rei que saboreou a providência divina e por ela tornou-se um rei cristão.

(aaaaa) Os Romanos acabam por perder as Gálias para as vitórias de Clóvis, filho de Childeric. Ele ganha também sobre os alemães a Batalha de Tolbiac, pela promessa que fez de abraçar a religião cristã, a qual Clotilde, sua mulher, não cessava de trazê-la (BOSSUET 1691, 147).

(bbbbb) Se por um lado se vê um prodígio na Batalha de Tolbiac, vê-se por outro que Clovis não se torna melhor, e que sua catolicidade o faz somente para ser recebido como mestre dos gauleses (BOULAINVILLIERS 1727, 20).

248. A importância de Boulainvilliers sobre as teorias da história deve ser memorável. Sua luta política se estabeleceu nas bases das mudanças na forma de compreender e produzir conhecimento. Dessa maneira, configurou junto com Pelloutier o anti-absolutismo legitimado pela História. Esta pesquisa foi produzida com o intuito de pensar o anti-absolutismo historiográfico.

3.4 – O anti-absolutismo

249. A função deste último tópico é comparar as análises da obra de Simon Pelloutier, “*Histoire de Celtes*”, e de Henri de Boulainvilliers, “*Histoire de l’Ancien gouvernement de la France*”.

250. A primeira característica do anti-absolutismo legitimado pela história era a sua participação no germanismo. Se o Absolutismo tinha suas “raízes históricas romanizadas”, a sua oposição tinha como princípio o mundo germano e sua luta contra os romanos.

251. Ao se falar do germanismo no século XVIII, seu espaço empírico era Tácito e os grupos sociais não privilegiados pelo Absolutismo, um agenciamento de passado e presente, que com o *agenciamento das origens* produzia uma promessa para o futuro. Por dois motivos Tácito fundamentava as pretensões anti-germanistas: o primeiro porque Tácito esteve em meio aos germanos (domínio do olhar) e o segundo porque fora um crítico político em seu universo, um crítico da tirania, pelo menos assim que era lido segundo a especificidade do objeto estudado (MOMIGLIANO 2004,157).

252. No artigo supracitado, Momigliano apontou para o tacitismo, um importante fenômeno no século XVIII. O tacitismo seria, sobretudo, uma leitura moderna (2004; 1947) e não apenas restrito ao século XVIII. No entanto, deve-

se considerar a grande relevância de Tácito para século XVIII, em especial, devido ao grande número de publicações de suas obras (Anexo 07). Para Giuseppe Toffani (1921), o tacitismo iniciou-se entre final do século XVI e primeira metade do século XVII, e que ele seria uma espécie de maquiavelismo, que e daria uma razão cristã aos Estados Europeus. Estaria configurada esta afirmação pelos italianos Virgílio Malvezzi (1595 -1654) e Traiano Boccalini (1553-1613) e o alemão Hermann Coring (1606-1681). Também, Richelieu teria o vivenciado (THUAU 1966).

253. Para Pelloutier e Boulainvilliers, segundo esta pesquisa, encontra-se na Germânia o texto mais importante para sua elaboração do mundo germano (celta e franco). Tácito deixou de ser uma autoridade para a o Absolutismo, sua leitura era inversa, era, sobretudo, anti-maquiavelista (STEGMANN 1969).

254. Os problemas de se encontrar as passagens de Tácito nas obras de Boulainvilliers podem ser resumidos em: falta de citação direta ou a presença de citação indireta. Sua tentativa era não produzir grossos volumes de história, mas, sim, uma análise simples e útil. No entanto, diretamente, pode-se observar:

(cccc) Com efeito, era evidente que os diferentes povos, que tomaram o nome de francos ou franceses, como a de uma sociedade de aliança, são antigos na Germânia, e foram conhecidos por Tácito e outros por Júlio César (BOULAINVILLIERS 1721, 17).

(dddd) Os franceses, por outro lado, seus reis elegiam outros chefes para conduzi-los à guerra; assim os usaram os Saliens Gallicans a respeito da guerra de Clóvis, e eles os escolheram indiretamente, ou na família real, ou em uma outra, se juntaram e isto pelo valor da capacidade na arte da guerra, e pela reputação que gozava pessoalmente. (Reges ex nobilitate, Duces ex virtute sumuntur: nec Regibus infinita nec libera potestas, et Duces exemplo potiùs quàm imperio proesunt. Diz Tácito de todos os Germamos) (BOULAINVILLIERS 1721, 28-29).

255. A referência em latim, usada para definir os Francos do século V, conferiu a seguinte passagem da Germânia (VII) de Tácito do século II:

(eeee) Reges ex nobilitate, duces ex virtute sumunt. Nec regibus infinita aut libera potestas: et duces exemplo potius, quam imperio, si prompti, si conspicui, si ante aciem agant, admiratione praesunt. Ceterum neque animadvertere neque vincere, ne verberare quidem, nisi sacerdotibus permissum; non quasi in poenam, nec ducis jussu, sed velut deo imperante, quem adesse bellantibus credunt: effigiesque et signa quaedam, detracta lucis, in proelium ferunt. Quodque praecipuum fortitudinis incitamentum est, non casus nec fortuita conglobatio turmam aut cuneum facit, sed familiae et propinquitates, et in proximo pignora, unde feminarum ululatus audiri, unde vagitus infantium: hi cuique sanctissimi testes, hi maximi laudatores. Ad matres, ad conjuges vulnera ferunt; nec illae numerare, aut exigere plagas pavent; cibosque et hortamina pugnantibus gestant.

(ffff) Na escolha dos seus reis, decidem segundo o nascimento; e segundo a bravura na dos chefes de guerra. Mas os reis não gozam dum poder discricionário e sem limites; quando aos chefes, comandam muito mais pelo exemplo do que pela autoridade e, se são intrépidos, se se

distinguem, se marcham na primeira fila, a admiração, a admiração garante-lhes a obediência. De resto, punir com a morte, pôr a ferros, castigar com o chicote, só é permitido aos sacerdotes; mesmo assim, não a título de castigo e por ordem dum superior, mas em execução duma ordem do deus que eles julgam presidir às batalhas.

256. Não é difícil imaginar o uso político anti-absolutista de uma passagem como esta. Outrossim, também Pelloutier referenciou Tácito diretamente, mas de maneira “*ad nauseam*”, centenas de citações técnicas e referências ilustrativas:

(ggggg) Pode-se, pois, fazer algo bastante aprofundado sobre os historiadores que escreveram desde as expedições das quais venho falar. Os países Celtas eram abertos em seu tempo: viajava-se aí livremente; de modo que eles estavam ao alcance de receber boas memórias. Júlio César, por exemplo, merece muita fé quando fala das Gálias, onde tinha residido por dez anos; mas não diz quase nada sobre os germanos que me prova que estava mal informado. Plínio o Velho, ao contrário, e Tácito, são os que melhor conhecem a Germânia. Eles fizeram aí (Plínio Hist. Nat IV cap (4 p477-478), um e outro, uma longa estadia (PELLOUTIER 1740, LII).

257. Pode se dizer que houve o anti-absolutismo legitimado pela história, mas que também s houve também um anti-absolutismo que era armado, como era o caso de Gilles du Hamel (1635-1674) (MALETTKE 1999, 25), tem algumas características muito próprias: uso da história; uso do “povo” ou como sujeito da história; análise ilustrativa que unem o mundo presente com o mundo passado; utilização de rupturas (idéia de queda do *agenciamento das origens*); idéia de

restauração do passado original (*agenciamento das origens*); oposição explícita ao campo simbólico que se refere ao passado e a continuação do Império Romano; participação no tacitismo histórico; exaltação da virtude da liberdade.

258. Em Boulainvilliers, o uso da história a partir do sistema de luta de raças criou uma situação de conflito pelo exercício e posse do poder, o direito de conquista, que não cabia a um governante ou a um homem, mas sim a uma raça, um povo, não submetido em critérios biológicos, mas culturais, legitimava a dominação. No caso, os francos venceram os gauleses e os romanos, devido à honra e ao sistema político parlamentar. Os gauleses foram derrotados, pois dependiam dos romanos em tudo. E os romanos foram derrotados porque anexaram ao seu exército soldados que não lutavam por serem romanos, mas como mercenários bárbaros. A conclusão de Boulainvilliers foi muito simples, os nobres eram a raça franca vitoriosa, que elegeram e ajudaram o governo monárquico a administrar o reinado pela honra. O Terceiro Estado eram os gauleses vencidos, que buscavam tomar o poder, sua presença na administração real era a imposição de mercenários na criação e na manutenção do sistema burocrático.

259. No caso de Pelloutier, a história era o campo de batalha, ele pode eleger o povo celta como origem de todo universo “verdadeiramente” europeu, unindo a sua visão do mundo protestante com a religião celta – um exemplo específico foi a *Eglise du Desert*. cujo culto era feito como o dos celtas, fora de templos e em plena floresta (WOLFF 2001; CARBONNIER-BURKARD 1998),

como a descrição incansável da religião dos celtas de Pelloutier no Tomo III de *Histoire des celtes*. Para ele, a retomada do princípio original da não associação da monarquia ao mundo romano e a liberdade em que foi caracterizada pelos “fundadores” da Europa. Liberdade de pensar e de culto.

260. Portanto, o protestatismo de Pelloutier e a reação nobilitaria de Boulainvilliers estão em suas obras históricas, produzindo o anti-absolutismo monárquico. Cada um em sua dimensão mas com fatores em comum.

CONCLUSÃO

261. Este trabalho de pesquisa versou sobre o o estatuto da Antigüidade frente às formas de experiências do político no Mundo Moderno. Foi uma dobra disciplinar, História Antiga e História Moderna em uma mesma elaboração. A questão inicial proposta foi: como historiadores que não participavam da hegemonia política formavam seu pensamento político?

262. O espaço político analisado foi o anti-absolutismo (legitimado pela História). de dois autores que correspondem, respectivamente, a dois grupos prejudicados pela emergência, no final do século XVII, do reinado de Luís XIV, a saber, nobres e protestantes. Os autores são Henri de Boulainvilliers e Simon Pelloutier.

263. Simon Pelloutier escreveu uma das fontes principais deste trabalho: *Histoire des Celtes, et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois* (1740). Para este autor, a origem da França como de toda a Europa é celto-germânica, em oposição ao mundo Romano. Ao discursar isto, elabora imagem que representa no mundo celta a sua cultura protestante. Politicamente, significou uma oposição entre o mundo celta, que para ele era aristocrático e livre, contra o mundo romano, absolutista e escravizador da população.

264. Henri de Boulainvilliers é o autor da segunda fonte analisada: *Histoire de l'ancien gouvernement de la France* (1727). Para este, a origem da França é franco-germanica, o que significava politicamente uma oposição entre o

absolutismo monárquico e a aristocracia nobilitaria. Ademais, seu pensamento oferece as bases do pensamento social a partir do conceito de luta de raças.

265. O que faz com que estas obras sejam consideradas anti-absolutistas é o fato de pertencerem à mesma formação discursiva da propaganda historiográfica da monarquia absolutista e à inversão de seus elementos. A historiografia monárquica tentava legitimar suas pretensões absolutistas a partir de alguns fatores: da escrita da história, da origem no Império Romano, da noção de continuidade histórica e da religião católica.

266. Os anti-absolutistas invertem estes elementos, para eles se mantém o uso da escrita da história, da origem germânica que é contrária ao Império Romano, da noção de ruptura histórica e da crítica ao catolicismo.

267. Esta ordem discursiva e a inversão de elementos permitiram, a partir das fontes analisadas, a criação do conceito de *agenciamento das origens*. Este conceito consiste em uma ferramenta analítica para estabelecer uma compreensão da formação do conhecimento formal em meio à cultura moderna do século XVIII.

268. Associam-se ao agenciamento das origens os seguintes elementos: a teologia da história cristã e a taxilogia científica. Para a teologia cristã, a história começa por uma origem boa e perfeita, após vem a queda e, enfim, a restauração daquela origem. Assim, os autores compõem a história procurando sempre pela origem daquilo que pretendem analisar, podendo ser o mundo romano ou germânico, conforme o posicionamento político. Inserem uma queda,

invasões bárbaras ou colonização imperial, por exemplo. Enfim, traçam o perfil da restauração que, efetivamente, é a ação política almejada.

269. A taxiologia procurava ordenar as palavras e as coisas segundo a pesquisa empírica, para tudo havia uma ordem pré-estabelecida e, assim, era possível compreender o mundo segundo o olhar sobre tudo. A História necessitou, para constituir as origens, do estabelecimento do domínio do olhar. Ela encontrou, nos povos americanos, a imagem dos homens originais e seus povos primeiros. Assim, a História encontrou nas crônicas de viagem seu espaço empírico.

270. Portanto, tratou-se de uma pesquisa que procurou pela importância da Antigüidade para o estabelecimento do pensamento e das intuições modernos. Não foi apenas uma análise fenomenológica dos usos do passado, mas uma análise geneológica da inserção das condições de verdade e poder dentro de um sistema cultural.



BIBLIOGRAFIA e FONTES

BOULAINVILLIERS, Henri. Histoire de l'ancien gouvernement de la France: avec XIV lettres historiques sur les parlements où états généraux. Tome 1. La Haye & Amsterdam, 1727.

PELLOUTIER, Simon. Histoire des Celtes, et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois. Paris: A.-U. Coustellier, 1740. tomo I.

PELLOUTIER, Simon. Histoire des Celtes, et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois. Paris: A.-U. Coustellier, 1741. tomo II.

PELLOUTIER, Simon. Histoire des Celtes, et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois. Paris: A.-U. Coustellier, 1750. tomo II.

Acte royal. 1685, 22 octobre] Affiche. France. 1685. **Edit du Roy, de révocation de l'édit donné à Nantes en l'année 1598**. Fontainebleau, outubro. Rouen : 1685.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Discours sur Histoire Universelle**. Paris, S. Mabre-Cramoisy: 1691.

DEGRASSALIUS, Car. Regalium Franciae libri duo, jura omnia et dignitates Christianiss. Galliae regum continentes Carolo Degrassalio auctore. Item tractatus jura seu privilegia aliqua regni Franciae continens per Joan. Ferrault editus. - (Parisiis : Poncetius le Preux), 1545.

DURAND, Guillaume. **Speculum judiciale domini**. 1547.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Tradução Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988.

FORMEY, Samuel. Éloge de Monsieur Pelloutier. **Histoire de l'Académie Royale des Sciences et des Belles-Lettres de Berlin 1757**. Berlin: Haude et Spener, 1759).

HAAG, Emile. **La France protestante**. 2e éd. Paris: Bibliothèque publique du protestantisme, 1873-1882. Tomo 3.

HOEFER, JCF. Nouvelle biographie universelle: depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours. Paris: Firmin Didot frères, 1852-1866. Tomo 46.

LAFITAU, Joseph-François Moeurs des sauvages américains, comparées aux mœurs des premiers temps. Paris: Saugrain l'aîné, 1724.

Le Moyne DES ESSARTS, N.T. **Les Siècles littéraires de la France**. Tomo 6 1800.

MICROFILME ABF I 818 110-122 (Bibliothèque Nationale de France).

MICROFILME DBA I 939 48-76 (Bibliothèque Nationale de France).

PELLOUTIER, Simon. Dissertation sur l'origine des Romains. In **Histoire de l'Académie Royale des Sciences et des Belles-Lettres de Berlin**. Berlin: Haude et Spener, 1753 (1753)

PELLOUTIER, Simon. **Histoire des Celtes et particulièrement des Gaulois et des Germains, depuis les temps fabuleux, jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois**. Nouvelle édition, revue, corrigée et augmentée... par M. de Chiniac. Paris : Gauguery, 1770-1771.

SIMON, Richard. **Histoire critique du vieux Testament**. Paris, 1680.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARCAYA, Oscar Godoy. **Liberalismo, Ilustración y Dignidad del Hombre**. In Estúdios Públicos. Chile: nº 45, 1992.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AURÉLIO, Diogo Pires. Introdução. In: ESPINOSA, baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Tradução Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988. [pp. 9-107].

BARONAS, Roberto Leiser. **Efeito de Sentido de Pertencimento à Análise de Discurso**. In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Simpósio 3. Porto Alegre: UFRS, 2005. [pp. 1-14].

BARROS, Alberto Ribeiro de. **Direito nacional e Estado moderno**. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política 6, 1/2005, pp. 19-44.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BERCÈ, Yves-Marie. Nouvelle histoire de la France moderne. La naissance dramatique de l'absolutisme. 1598-1661. Points: Seuil, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zaha, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Ferdinand. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinburg e

Tereza Cristina Silveira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução de Klauss Gerhardt e Roneide Majer São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CANGUILHEM, Gorges. La formation du concept de reflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles. Paris: Univ. de France, 1955.

CARBONNIER-BURKARD, Marianne et Patrick Cabanel. **Une histoire des protestants en France, XVIe-XXe siècles**. Paris: DDB, 1998.

CARMONA, Michel. **La France de Richelieu**. Bruxelles: Complexe, 1985.

CARRÉ, Henri. «Le règne de Louis XV (1715-1774) in: LAVISSE, Ernest. **Histoire de France Illustrée depuis les origines jusque là révolution**. Paris: Hachete, 1926. Vol IX.

CHEVALIER, Jena-Claude. L' "Histoire de langue française" de Ferdinand Brunot. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. Volume 4. Pp. 3385-3418..

DABDAB TRABULSI, José Antonio. **Religion grecque et politique française au XIXe siècle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____. **La - cité grecque - positiviste. Anatomie d'un modèle historiographique**. Paris: L'Harmattan, 2001.

_____. **Gibbon e a religião. Notas à margem do Declínio e queda (origens e vitória do cristianismo)**. Clássica, São Paulo, v. 9/10, 1997.

_____. Gibbon, o paganismo e o cristianismo. In: **LPH - Revista de História (UFOP)**. Ouro Preto/MG, v. 9, 1999.

_____. Liberdade, igualdade, antiguidade. O mundo clássico e a revolução francesa. Revista de História e Cultura da Antigüidade. **Phoinix**. Rio de Janeiro, 1998b.

_____. Cidade Antiga e Ideologia Moderna: acerca de alguns aspectos da visão dos positivistas sobre cidade grega antiga. In: **Varia História**. Belo Horizonte, v. 28, 2004

DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.

DENINA, Carlo (1731-1813). **La Prusse littéraire sous Frédéric II**. Genova : Slatkine Reprints, 1968.

DEZOBRY, Charles et BACHELET, Théodore. **Dictionnaire général de biographie et d'histoire, de mythologie, de géographie ancienne et moderne**. 5ª edição. Paris : Dézobry, E. Magdeleine et Cie, 1857-1861. Tomo 2.

DUCHET, Michèle. Monde Civilisé et monde sauvage au siècle des Lumières, les fondements de l'anthropologie des Philosophes. In: **Au Siècles des Lumières**. École Pratique des Hautes Études (SORBONNE) – Institut d'Histoire Universelle de l'Académie des Sciences de l'URSS. Paris/Moscou, SEVPEN, 1970. [pp.8-29]

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo, Mercuryo, 1992

ELÍAS DE TEJADA, Francisco. **Notas para una teoría del Estado según nuestros autores clásicos**. Sevilla: Editora Tradicionalista, 1937.

FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna**. Tradução de Waldéa. Barcellos et alli. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FORTE, Bruno. **Teologia da História**. Paulus: São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. **As Palavras e as Coisas uma Arqueologia das Ciências Humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da Sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUMAROLI, Marc. La Génie de la Langue Française. in: NORA, Pierre. **Les Lieux de Memoire**. Paris, Quarto/Gallimard, 1997. volume 3. p.4658-4679.

FUNARI, Pedro Paulo. O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no Alto Império Romano: as evidências do azeite bético na Bretanha. In: **Phoenix**. Rio de Janeiro, 6, 295-311, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

GOULEMONT, Jean Marie. **Le regne de l'histoire : discours historiques et revolutions, XVIIe-XVIIIe**. Paris: A. Michel, 1996.

GRELL, Chantal. **Histoire intellectuelle et culturelle de la France du Grand Siècle, 1654–1715**. Paris, Nathan: 1997.

_____. **L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des Lumières**. Paris: Presses universitaires de France, 1993.

GREENFELD, Liah. **Nacionalismo: cinco caminhos para a modernidade**. Mem Martins, Europa-América, 1998.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. In: **Politéia: História e Sociedade**. UESB, Nº 3, 2003.

GUENÉE, Bernard. Les “Grandes Chroniques de France”. Le Roman aux roys 1274-1518. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. Volume 4. p. 739-758.

GUSDORF, Georges. Les sciences humaines et la pensée occidentale. Paris: Payot, 1983.

HARTOG, François. **Regime de historicidade**. (Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>); KVHAA *Konferenser* 37: 95-113 Stockholm 1996.

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience Européenne**. Paris: Boivin et cie., 1935.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcanti. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Parte I.

HINGLEY, Richard. **Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa**. Tradução

de Fábio Hering. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). **Repensando o Mundo Antigo**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002. Coleção Textos

HOBBSBAWM, Eric. **A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito, realidade**. Lisboa: Terramar, 2004.

JONES, E. L., **O Milagre Europeu. Contexto, economia e geopolítica da história da Europa e da Ásia**. Lisboa Gradiva, 2002.

KRIEGEL, Blandine. **Les Académies de l'histoire. Les Historiens et la monarchie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

_____. **Les chemins de l'État**. Paris: Calmann-Lévy, 1986.

_____. **Les historiens et la monarchie**. Paris: PUF, 1988. 4 vol

LAURENS A. F. e POMIAN, K. L'Anticomanie. La Collection d'Antiquites aux 18e et 19e Siecles. In: **Journal of Roman Studies**, Vol. 84, 1994 (1994), p. 300.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. L'ancien régime de Louis XIII à Louis XV. 1610-1770. Paris, Hachette, 1991.

LEFEBVRE, Georges. **La Naissance de l'historiographie**. Paris: Flammarion, 1971.

LEMAY, Edna. Naissance de l'anthropologie sociale en France: Jean-Nicolas Démeunier et l'étudo des usages et coutumes au XVIIIe siècle. In: **Au Siècles des Lumières**. École Pratique des Hautes Études (SORBONNE) – Institut d'Histoire Universelle de l'Academie des Sciences de l' URSS. Paris/Moscou: SEVPEN, 1970. p. 29-40.

LYOTARD, Jean-François. **Peregrinações**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

MAGALHAES, Carlos Augusto Teixeira. Formação do Estado Cidadania e Identidade Nacional. Comentário sobre a formação do Estado moderno e a construção da Europa. In: **Enfoques**. Rio de Janeiro, vol. 01 n°. 01, 2002.

MAJZOUB, Milene Chavez Goffar. **Juízos de Deus e justiça real no direito carolíngio: estudo sobre a aplicação dos ordálios à época de Carlos Magno (768-814)**. Dissertação de Mestrado – História – UNICAMP, Campinas: 2005.

MALETTKE, Klaus. Noblesse et Pouvoir. In : GRELL, CHANTAL. **Le second ordre : l'idéal nobiliaire: hommage à Ellery Schalk**. Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.

MANDROU, Robert. **L'Europe absolutiste. Raison et raison d'État (1649–1775)**. Paris : Fayard, 1977.

MARAVALL, José Antonio: **Teoría española del Estado en el siglo XVII**. Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1954.

MEINECKE, Friedrich. **Idea de la Razón de Estado**. Madrid 1959;

MITRE, Emilio. **Historia y pensamiento histórico**. Estudio y antología. Madrid: Cátedra, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

_____. The First Political Commentary on Tacitus (in Papers Presented to N.H. Baynes) **The Journal of Roman Studies**, Vol. 37, Parts 1 and 2. (1947), pp. 91-101.

MORRISSEY, Robert Charlemagne. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Memoire**. Paris, Quarto/Gallimard, 1997. volume 3 [4392-4398].

MOUSNIER, Roland e LABROUSSE, Ernest. **Le XVIIIe siècle – Revolution Intellectuelle, technique et politique – 1715 -1815**. Paris, Par Histoire, 1954.

NGUYEN, Marie-Lan. **Les grands maîtres des cérémonies et le service des Cérémonies à l'époque moderne, 1585–1792**. Tese sob Orientação de Lucien Bély. Université Paris-IV Sorbonne, 1999.

NICOLET, Claude. **Des Belles-lettres a l'érudition. L'Antiquité Gréco-Romaine a l'Académie au XVIIIe Siècle**. Extrait des Comptes rendus de l'Académie des Inscriptionset Belles-Lettres. fasc. IV, nov.-déc. 2001

_____. Boulainvilliers et la question de l'héritage national. Resumo. In:

Colloque: **La Normandie constitutionnelle: berceau des droits du citoyen?**
Realizado Centre Culturel International de Cerisy-la-Salle. Realizado em Cerisy-la-Salle em 01 a 06 junho de 2006.

OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa. Trad. Glaydson José da Silva. In: **Repensando o Mundo Antigo.** Textos Didáticos. Campinas, IFCH/UNICAMP: 2005. nº 49. P. 35-62.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso - uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

POMIAN, Krzyztof. Les archives. Du trésor de Chartes au Caran. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Memoire.** Paris : Quarto/Gallimard, 1997. Volume 3. p 3999-4067.

PORTÚS, Pablo M. Orduna. **El Hombre Honesto e El Arte de Agradar. A La corte de Nicolar Faret.** Tradução Ambrosio de Salazar Tese de graduação. 2003. disponível em:

<http://www.arqueomurcia.com/index.php?a=pablomorduna&PHPSESSID=16a937de137bfaa0059fd9971814f138>

RANUM, Orest. Artisans of Glory: Writers and Historical Thought in Seventeenth-Century France. University of North Carolina Press, Chapel Hill: 1980.

SCHAUB, Jean-Frédéric, «Le Temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime Français». **Quaderni Fiorentini per la Storia del Diritto.** Roma 25,1996. p. 127-181.

SCHAUB, Jean-Frédéric. A História Política nos Annales ESC. Mutações e Reformulações. In: **Penélope.** Lisboa: nº 14, 1994.

SCHULZE, Hagen. **Estado e Nação na História da Europa.** Lisboa, Ed. Presença, 1997

SILVA, Glaydson José da . Imaginar, forjar, e utilizar a Antigüidade: representações dos gauleses e construção da identidade nacional na França, de Pétain a Le Pen. In: **Boletim do CPA.** UNICAMP – IFCH. Campinas, v. 18, p. 245-265, 2004b.

_____. O aparato ideológico sobre o estudo da Antigüidade na França de

1940 a 1944, ou, a construção do mundo antigo gaulês, romano e galo-romano sob Vichy por meio da cultura material e da tradição textual. **Boletim do CPA**. UNICAMP – IFCH. Campinas, v. 18, p. 198-207, 2004

SILVA, Glaydson José da. O Preâmbulo da Constituição Européia: origens e heranças - Algumas considerações em torno das reivindicações identitárias. In: **Revista Aulas**. V. 01, p. 01-16, 2006.

SMITH, A. D. **A Identidade Nacional**. Lisboa, Gradiva, 1999.

SMITH, A. D. **Nações e Nacionalismo Numa Era Global**. Lisboa, Celta, 1999b.

STEGMANN, A., "Le Tacitisme: Programme pour un nouvel essai de définition". In **Il Pensiero Politico**. 2 n° 3, 1969. [pp. 445-458].

THUAU, Etienne., **Raison d'État et pensée politique à l'époque de Richelieu**. Paris: Armand Colin, 1966.

TOFFANIN, Giuseppe. **Machiavelli e il tacitismo**. Papua: Draghi, 1921.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Tradição da democracia grega. In: _____. **Os gregos, os historiadores a democracia. O grande desvio**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VILLEY, Michel. **A formation de la pensée juridique moderne**. 4ª edição. Paris: Montchrestien, 1975.

WINDSCHEID, Bernardo. **Diritto delle Pandette**. Tradução Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa. Torino, Editrice Torinese, 1902. v. I, t. I. Disponível em:

http://www.tex.pro.br/wwwroot/38de020802/direitodaspandectas.htm#_ftn1

WOLFF, Phillipe. **Histoire des protestants en France: de la Reforme à Revolution**. Toulouse: Privat, 2001.

WOORTMANN, Klaas. O selvagem na "gesta Dei": história e alteridade no pensamento medieval. **Revista Brasileira de História**. Julio/Dezembro. 2005, vol.25, no.50, p.259-314.

YAN, Thomas. Usages modernes du droit romain. In: **Mesure**. Paris: Librairie

José Corti, 1989, n°01.

ZAWADZKI, Paul. Quatre hypothèses comparatives France-Pologne sur la violence antisémite au XXe siècle. In: **Cultures & Conflits** n°9-10 (1993) pp. 123-137.



ANEXOS

Anexo 01- Debate na Academia

Este debate é apresentado pela seguinte cronologia:

1722 Pouilly, Dissertation sur l'incertitude des quatre premier siècles de l'histoire de Rome.

1723 Sallier, Discours sur les premiers monuments historique des Romains.

1724 Sallier, Second discours sur la certitude de l'histoire de quatre premiere siècle, ou réflexions générales sur un traité que se trouve parmi les "Ouvres morales" de Plutarque sous ce titre, "Parallèle des Grecs et des Romains", faussement atribuíbué à Plutarque.

1724 Pouilly, Nouveaux essays de critique sur la fidélité de l'histoire.

1725 Sallier, Troisième discours sur la certitude de l'histoire des quatre premiers siècles de Rome.

1725 Pouilly, Reflexions critiques sur le caractère des quelques hitoriens grecs, comparés avec les historiens romains. (GRELL 1993, 54)

Anexo 02

Dados biográficos foram citados a partir das seguintes fontes:

Le Moyne DES ESSARTS. Les Siècles littéraires de la France, 1800. Tomo 6

HOEFER, JCF. Nouvelle biographie universell: depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours. Paris: Firmin Didot frères, 1852-1866, tomo 46.

DEZOBRY, Charles et BACHELET, Théodore. Dictionnaire général de biographie et d'histoire, de mythologie, de géographie ancienne et moderne. Paris : Dézobry, E. Magdeleine et Cie, 1857-1861. 5ª edição. Tomo 2.

DENINA, Carlo. La Prusse littéraire sous Frédéric II. Genève : Slatkine reprints, 1968.

FORMEY, Samuel. Éloge de Monsieur Pelloutier. Histoire de l'Académie Royale des Sciences et des Belles-Lettres de Berlin 1757. Berlin: Haude et Spener, 1759.

MICROFILME ABF I 818 110-122 (Bibliothèque Nationale de France).

MICROFILME DBA I 939 48-76 (Bibliothèque Nationale de France).

Outras referências podem ser encontradas em língua alemã, que, no entanto, não estão dispostas na dissertação:

DUNKEL, Johann Gottlob Wilhelm. Historisch-kritische Nachrichten von verstorbenen Gelehrten und deren Schriften. Johann Gottlob Wilhelm Dunkel. Hildesheim: G. Olms, 1968.

JÖCHER, Christian Gottlieb. Allgemeines Gelehrten-Lexicon, darinne die Gelehrten aller Stände... welche vom Anfange der Welt bis auf ieszige Zeit gelebt und sich der gelehrten Welt bekannt gemacht... herausgegeben von Christian Gottlieb Jöcher. Leipzig : J. F. Gleditsch, 1750-1751

<p><i>(jjjj) Sua maneira de se vestir parecia muito com a dos Medas: eles carregavam uma túnica que lhes descia até os calcanhares (PELLOUTIER 1740, 24).</i></p>	<p><i>(kkkkk) Suas vestes eram (Tácito Germ 17) justas ao corpo com uma reserva para o Sagun, espécie de manto curto que colocavam presos ao corpo por um anel, e que mal descia até aos machados. (PELLOUTIER 1740, 24).</i></p>
<p>Arco e Flecha</p>	
<p><i>(lllll) O Arco e a flecha eram suas armas, mas eles se serviam; também de uma lança forte e longa (Tácito Hist. I, Valério Franco Argon VII) que eles apoiavam contra os joelhos para empurrar e revidar seu inimigo mais forte (PELLOUTIER 1740, 24-25).</i></p>	<p><i>(mmmmm) No lugar do arco e flecha, eles portavam enormes escudos e lanças (Tácito Germânia cap 6) pois eles se serviam para combater de perto e de longe (PELLOUTIER 1740, 25)</i></p>
<p>Mulheres</p>	

<p><i>(nnnnn) Eles desposavam muitas mulheres, que os acompanhavam à guerra, e mesmo ao combate: entre eles não se casavam enquanto que os inimigos do país não fossem mortos (PELLOUTIER 1740, 25).</i></p>	<p><i>(ooooo) A poligamia era desconhecida entre eles, suas mulheres os serviam na guerra, (...) ordinariamente, quando iam com as próprias mãos contra o inimigo e os desviavam (PELLOUTIER 1740, 26).</i></p>
--	---

Anexo 04

Cronologia Universal de Bossuet

Ano do mundo CRONOLOGIA UNIVERSAL

Ano antes de
Cristo

História judaico-cristã História pagã

Primeira Época: Adão ou da Criação	01	Criação do homem	4004
	129	Adão e Eva; Caim e Abel	3875
	987	Henoc, descendência de Set	3017
	1536	Noé	2468

Segunda Época: Noé e o Dilúvio	1656	Dilúvio	2348
	1656-1727	Fim do Dilúvio e separação dos homens	Nemrod o primeiro conquistador e a Torre de Babel 2348-2247
	1771		Caldeus e a astrologia 2233

Terceira Época: a vocação de Abraão	2083	O Chamado de Abraão	Rei Argos o 1º rei conhecido dos gregos 1921
	2245	Jacó recebe a benção de seu pai Issac	1759
	2276	José no Egito	1728
	2287	José é preso	1717
	2289	Libertação de José	1715
	2298	José se torna conselheiro do Rei	1706
	2315	Morte de Jacó e reconhecimento de Judá	1608
	2433	Nascimento de Moisés	1571
	2448	Moisés é tratado como filho do Faraó	Muitos egípcios se estabeleceram em lugares gregos: Colônia de Cecrops, 12 vilas no reinado de

		Atenas	
		Depois chegou o dilúvio de Deucalião na Tessália que foi confundido pelos gregos com o dilúvio universal.	
	2473	Cádimo filho de Agenor transporta para a Grécia uma colônia de fenícios	1531

		Êxodo	
	2513	O tempo da lei escrita que se diferencia do tempo da lei da natureza e pelas tradições. Fim da tirania egípcia início do sacerdócio de Aarão.	1492
Quarta Época: Tempo da lei escrita	2552	Consagração de Eleazar como pontífice	1452
	2553	Josué e a chegada à terra prometida	1452
	2559	Josué a conquista da Terra Santa	1445
	2599	Conquistas de Otoniel Tirania de Chusan rei da Mesopotâmia.	1405
	2737	514 anos antes de Roma e nos tempos de Débora. Fundação do primeiro império dos Sírios. Heródoto não indica o fim deste império e suas conquistas.	1267

	2752	Após Abimalec os famosos combates de Hércules Tefeu rei de Atenas, vila de 12 bourgs de Cecrops. Dá uma melhor forma de governo aos atenienses. Jefté aumenta o império assírio até Tróia	1272
--	------	---	------

Quinta época. A queda de tróia.	2820	Ruína de Tróia aconteceu 308 anos da saída do Egito e 1164 anos após o dilúvio. Época dos poetas e dos heróis Tempos fabulosos	1184
	2887-2909	Sansão, Eli Samuel Atenienses aboliram o seu reinado	1177-1095
	2949	Colônias gregas em toda a Ásia menor	1055
	2970	Rei Davi derruba Golias	1034
	2992	Governo do rei Salomão	1012

Sexta época: Rei Salomão e o templo	3000	488 anos depois da saída do Egito 1000 anos antes de Jesus Cristo Salomão constrói o melhor edifício uma das maravilhas do governo de Salomão	180 anos após a queda de Tróia 250 anos da fundação de Roma	1005
	3029	Separação das tribos, luta entre o reinado de Israel e o de Judá		975
	3033		Os egípcios eram poderosos o grande conquistador Sesóstris	971
	3120		Licurgo dá as suas leis para Lacédemonia.	884

		os jogos olímpicos instituídos por Hércules são, depois de muito tempo, reinstituídos.	
	3228	A Itália era ainda quase toda selvagem, com reis latinos da posteridade de Enéias.	776
	3233	Jonas profeta em Nínive Phull era rei da assíria Phull rei de Nívive	771

Sétima Época: Fundação de Roma	3250	Cidade que deveria ser a mestra do Universo	Fundada 3º ano da VI olimpíada 430 após a queda de Roma	754
	06		Pela moleza de Sardanapale cai o império assírio Os medas, povo belicoso, governados por Arbácio, desprezaram seus discursos por ser afeminado.	748
	07	Reinado de Níveve foi fundado por Thilgath ou Theglath filho de Falasar.	Arbácio ou Orbácio, de livra os Medas da Anarquia. O reinado de Nínive e o reinado da Babilônia.	
	39	Os reis de Israel que não procuraram ajuda divina e por isso caíram nas mãos do ninivitas	Morte de Rômulo que introduziu o fundamento da religião e a das leis romanas	715
	40		Colonos de Corinto fundaram Siracusa, Crotona, Tarento	714
	44	Ezequias o mais piedoso dos reis após Davi governa em Judá. Com a morte de Ezequias o povo se esquece de Deus e cai em mão de Senaquerib.		710
			Os Cuthéens chamados posteriormente de samaritanos foram morar na Samaria.	

83	Roma e governada pelo seu 3º rei, Túlio Hostílio, famoso pelo combate dos Horácios e dos Curiácios. Alba foi vencida.	671
84	Inicia-se uma bela disciplina que tornará Roma a mestra do universo. Reinado do Egito sofre muitas divisões. Fechado aos estrangeiros mantém comércio com a Grécia	670
97	Nabucodonosor vence Arphaxad rei dos Medas. O povo de Israel que fez penitência voltou a sua terra.	657
111	Holofernes conquista a Ásia menor Phraorte subjuga a Pérsia.	643
113	Anco Marcio continua a fazer de seus inimigos seus súditos	641
130	Nabucodonosor torna-se mais terrível que seu pai	624
144	Jerusalém é tomada sob avisos de três profetas o principal era Jeremias os outros eram Jeconias e Sedecias.	610
160	Sólon e os 7 sábios deram as leis à Atenas e estabeleceram a liberdade sob a justiça Tarquínio subjogou parte da toscana.	594
176	Os gauleses conduzidos por Bellovese, ocuparam a Itália e todos a cerca do Po. Segovese irmão de Bellovese estabeleceu-se na germânia	578
188	Sérvio Túlio divide a cidade de Roma em várias classes para regrá-la como uma família.	566
194	Nabucodonosor enriquece seu império com os espólios de Jerusalém e do Oriente. Psístrato usurpa o trono de Atenas	560

Oitava Época: Cyro e os judeus estabelecidos	218	218 anos após da fundação de Roma. 536 anos antes de cristo 70 anos do cativo da Babilônia	Ciro funda o império Persa, príncipe escolhido por Deus para ser o libertador de seu povo e restaurador de seu Templo.	536
	221	Diferenças irreconciliáveis entre Jerusalém e a Samaria	Sérvio Túlio concebe colocar a republica em Roma. Desapareceu em meio aos seus pensamentos de sua filha e pelo comando de Tarquínio o Soberbo, seu genro. O império persa crescia até províncias da Ásia inferior, Sírias e da Arábia Os Egípcios se enciumavam de suas leis.	533
	242		No tempo de Dário começa a liberdade de Roma e de Atenas e a grande glória da Grécia	523
	244		Harmondio e Aristogiton livram seus países da de Hiparco e de Psítrato Hípias se solta dos braços de Dário, ele se encontra disposto a conquistar a Grécia.	510
	245		O reinado de Roma é banido e o império consular é estabelecido seguindo os princípios de Sérvio Túlio.	509
	247		Os romanos vencem de maneira prodigiosa os reis de Clusien, que lutam pela honra dos reis romanos.	507
	261		Ciúme popular contra a liberdade dos patrícios. Aparecem os tribunos para defender o povo dos cônsules	493
	146		Vitória da Marathona	490
	275		Atenas e Esparta vencem Xerches	479
	287	Neemias reconstrói as muralhas de Jerusalém como Daniel havia previsto.		454
		Elias soberano pontífice anima o povo com o exemplo.		
	302		Para evitar a divisão de Roma, os romanos vão à Grécia, conhecida pelas leis do que pelas vitórias para ter exemplo de leis para a república, pois toda a lei era de origem dos reis.	

303		A lei mais apropriada à sua república era a lei ateniense.	451
304		10 Magistrados Absolutos sob o nome de Décenvirs, redigiram as Leis das XII Tábuas, o fundamento do direito romano.	450
305	Esdras doutor das leis e Neemias restabelecem em toda a Judéia a lei mosaica: Afastaram todas as esposas estrangeiras; organizaram e revisaram os textos sagrados (livro de Crônicas);	Heródoto começa a escrever no mesmo tempo que Esdras.	449
363		Roma caiu na desobediência. Um pouco depois os gauleses tomaram Roma na famosa batalha de Aille.	391
395		Os gauleses foram mestres dos romanos durante 7 meses	
418		Reinado da Macedônia começa com Felipe. Ele governou a Grécia a partir da vitória na batalha de Queroneia, torna-se sobre Atenas e seus aliados o poder absoluto.	359
419		Felipe foi assassinado	336
412	Os judeus se submetem a Alexandre.	Alexandre começa suas conquistas	335
428		Morte de Alexandre e divisão do império, Pérdicas, Ptolomeu, Antígono, Seleuco, Lisímaco e Antipatro s	327
442		O espírito grego se espalha por toda Ásia Menor	312
471 (75)		Gauleses aterrorizam os romanos.	283
475		Os romanos marcham contra a macedônia e fundam uma colônia	
476	A religião judaica começa a ser conhecida entre os gregos e	Gauleses atacam a Macedônia.	279
477	Sob Ptolomeu as escrituras são traduzidas para o grego (versão dos 70).	Pirro procurando um reinado ataca a Itália e é vencido pelos romanos	278
494		Ptolomeu filho de Lagus se estabelece no Egito	277
		Início das Guerras Púnicas pela conquista do mar	260

	552	Os romanos vencem os gauleses e os cartagineses	202
Nona Época: Scions ou Cartago vencida	552	Os cartagineses são vencidos pelos romanos	202
	593	Contra os reis sírios os romanos tornam-se protetores dos Judeus	161
	587	Profanação do templo de Garazim por Antíoco	167
	608	Cartago é tomada: III Guerra Púnica	146
	612	Inicia-se a o principado de Asmoneu, novo reinado sobre o povo de Deus.	142
		Por um lado, a face da república parecia bela por causa das suas conquistas, por outro lado, era desfigurada pela ambição de seus cidadãos.	
	633	Os mais ilustres eram os mais perniciosos, contra eles os dois Gracos.	121
		Tiberio e Caio grandes homens lutaram contra os privilégios da nobreza e foram assassinados injustamente.	
	663	A República enfrenta uma revolta universal. Fronteiras, internamente e contra os gladiadores.	91
	691	Para garantir a eficácia de Pompeu na Ásia, Cícero defende Roma pela eloquência de Catilina e do melhor da nobreza romana.	63
	696	Pompeu torna-se senhor do Senado. Julio César conquista a maior de todas as conquistas, a Gália.	58
	706	César vence Pompeu seu rival nas forças da república, pareceu por um momento por todo o universo, como mestre de Roma e de todo Império.	47
	723	César Otaviano torna-se o imperador pela vitória na batalha de Ácio	31
753	Todo o Universo vive em paz sob seu poder		

Décima Época: o nascimento de Jesus e as últimas idades do mundo	Ano do mundo 4000	Nasce Jesus Pontífice, Rei e Profeta.	Paz de Augusto, desabrochar das artes como Virgílio e Horácio	
		Morte de Herodes		8
		Jesus se faz batizar por João Batista e a manifestação da Trindade		30
		Jesus é morto e ressuscita		33
			Calígula espalha sua louca crueldade pelo universo e Quéreas livra o mundo deste monstro	37
		Concílio de Jerusalém, onde São Pedro fala em nome do Espírito Santo e da Igreja sobre a lei, Paulo e Barnabé levam as decisões para as outras Igrejas.		50
			O estúpido imperador Cláudio adota Nero, cujo governo não é menos funesto, algo da República.	54
			Nero começa a sua guerra contra os judeus e a perseguição contra os cristãos.	62/63
		Em Roma, Nero mata Paulo e Pedro.		67
		A perseguição se renova.	A paz retorna com Vespasiano .	70
		São João sobrevive ao óleo fervente da ilha de Patmos e escreve o <i>Apocalipse</i> . Desde deste tempo os cristãos sempre foram perseguidos, tanto pelos maus com pelos bons imperadores.	Com Domiciano, Nero revive,	93
		Perseguição se tornou universal e sangrenta.		95
		Santo Inácio de Antioquia foi exposto as bestas		107
			O grande imperador Trajano foi sucedido por Adriano, uma mescla do bem e do mal, tempos vantajosos para a República.	117
		Marco Aurélio mata São Justino filósofo e defensor da igreja.	Bom caráter do filósofo e rei Marco Aurélio	161
	São Policarpo bispo de Esmirna é morto		167	

	Uma legião cristã consegue chuva para saciar a sede do exercito de Marco Aurélio na Germânia.	174
	A igreja galicana mostra sua glória	201
		215
	A igreja ainda nascente se estabelece em toda a terra, do Egito à Germânia.	233
	Concílio de Antioquia	273

Décima Primeira Época: Constantino, e a paz da Igreja.	Constantino proclama o Édito de Milão	313	
	O Imperador Juliano e a nova perseguição	357	
	Teodósio o imperador preferido da Igreja e do Império	386	
	Teodósio escuta o Doutor Santo Ambrósio,		
	São Jerônimo que se utilizou de escritores santos e profanos compõe em Hebreu a versão da bíblia sob o nome de Vulgata	390	
		No Ocidente se encontrava uma inundação de bárbaros. Honório parecia perto da ruína.	409
		Perdeu-se a Gália.	
		Os Godos se estabeleceram na Espanha.	415
		Os Francos não se esqueceram de fazer novos esforços para usar às Gálias, eles levaram ao reinado Pharamond filho de Marcomir.	420
		A Monarquia da França, a mais antiga a mais nobre de todas, começa com ele.	
	Condenação do pelagismo. Tantas heresias surgem neste Século que o tornou um século infeliz para o cristianismo. Entretanto, é bem defendido pelos grandes homens como São Jerônimo e Santo Agostinho.	417	

	O império não mais se estende como o cristianismo, ele é atacado por vários inimigos e enfraquecido pelos ciúmes dos generais.	427
A igreja sofria maus infinitos pela violência de Arianos, coroando uma infinidade de mártires.		429
Concílio de Éfeso e a declaração da Maternidade divina de Maria.		431
Concílio de Calcedônia e a declaração da chefia do papa sobre o Concílio e o respeito às decisões por parte do Imperador Marciano.	As Gálias começam a reconhecer os francos. Meroveu foi mais sólido no estabelecimento.	450
O papa São Leão é mais respeitado pelas tropas romanas que Aécio. Ele é respeitado pelo rei bárbaro e pagão e salva Roma da pilhagem.	Ao mesmo tempo os Anglois, povos saxões, acupam a Grã-Bretanha.	452
Roma está nas mãos dos Bárbaros, apenas São Leão impede de sofrer a todo fogo e a todo sangue.	Tudo se estraga no Ocidente. Vêm-se aqui muitos imperadores se elevarem e caírem.	454- 455
	Não se pode mais defender as Gálias contra Meroveu e contra seus filhos Childeric.	457
	O último e incontinente imperador do ocidente, Rômulo Augusto, foi deposto por Odoacre rei dos Herules.	476
Clovis abraça a fé cristã. Foi batizado em Reims por São Remi.	Os Romanos perderam as Gálias pelas vitórias de Clóvis. Ele venceu os alemães na batalha de Tolbiac.	495
	A vitória dos ostrogotos o impediu de tomar os Pirineus. No fim do seu reinado marchou com a glória de seus começos.	506
	Os quatro filhos não cessaram de combater um contra os outros.	510
	Justiniano compila o Direito Romano e é restaura a religião.	527
Expansão do cristianismo na Europa e a ação de São Gregório.		600
Mohamed se erige projeta entre os Sarracenos.		622
	Carlos Martel reprime a expansão islâmica na Europa.	715

	Carlos Martel ganha a famosa batalha de Tours.	725
	Pepino foi olhado como Protetor do Povo Romano e da Igreja Romana. Algo não mais visto nos imperadores pela sua fraqueza e confusão.	755
	Carlos Magno filho de Pepino mostra coragem e piedade.	772
	Carlos Magno subjugou os Saxões, reprimiu os Sarracenos, destruiu as heresias, protegeu os papas, atraiu ao cristianismo nações infiéis, restabeleceu as ciências e a disciplina eclesiástica. Fez ressentir, pela doutrina dos concílios na França, Itália, Espanha, Inglaterra e na Germânia os efeitos da piedade e justiça.	796

Anexo 05 - Quadros e Figuras de Lafitau

**Explicação dos quadros e figuras contidos no
segundo tomo e no primeiro tomo.**

LAFITAU, Joseph-François, Moeurs des sauvages américains, comparées aux mœurs des premiers temps / par le P. Lafitau ... ; ouvrage enrichi de figures en taille-douce ; tome second. A Paris : Chez Saugrain l'aîné ... : Charles Estienne Hochereau ..., 1724.

Quadro 01



(ppppp) Este quadro nos mostra de fato as primeiras vestimentas do homem e seus ornamentos, que deram lugar as fábulas Satíricas e a idéia simbólica que se tinha. As três primeiras figuras, a do meio representa uma Ísis ornada por despojos de Touros com seus chifres e suas orelhas (...) Aos seus lados estão um Júpiter Amon⁸ (1) e um Lisímaco⁹ (3), com dois chifres anexados como se lhe fossem inerentes (...). Nas figuras da segunda fila vemos dois Sáticos (5) tal quais os representam os antigos monumentos. Elas estão entre a figura de um antigo germano (4) (...) e de um americano (6) tal qual eles são vestidos quando vão para a guerra. As figuras da 3ª fila nos mostram uma continuação das idéias dos primeiros tempos nos enfeites do capacete dos duques da Bretanha (7) (...). O medalhão do meio representa um príncipe da da Maison de France, combatendo em um torneio contra o Duque da Bretanha, e um e outro com capacete e seu brasão.

⁸ Rei da Líbia (Nota do Tradutor).

⁹ Rei da Macedônia (nota do Tradutor).

Quadro 02

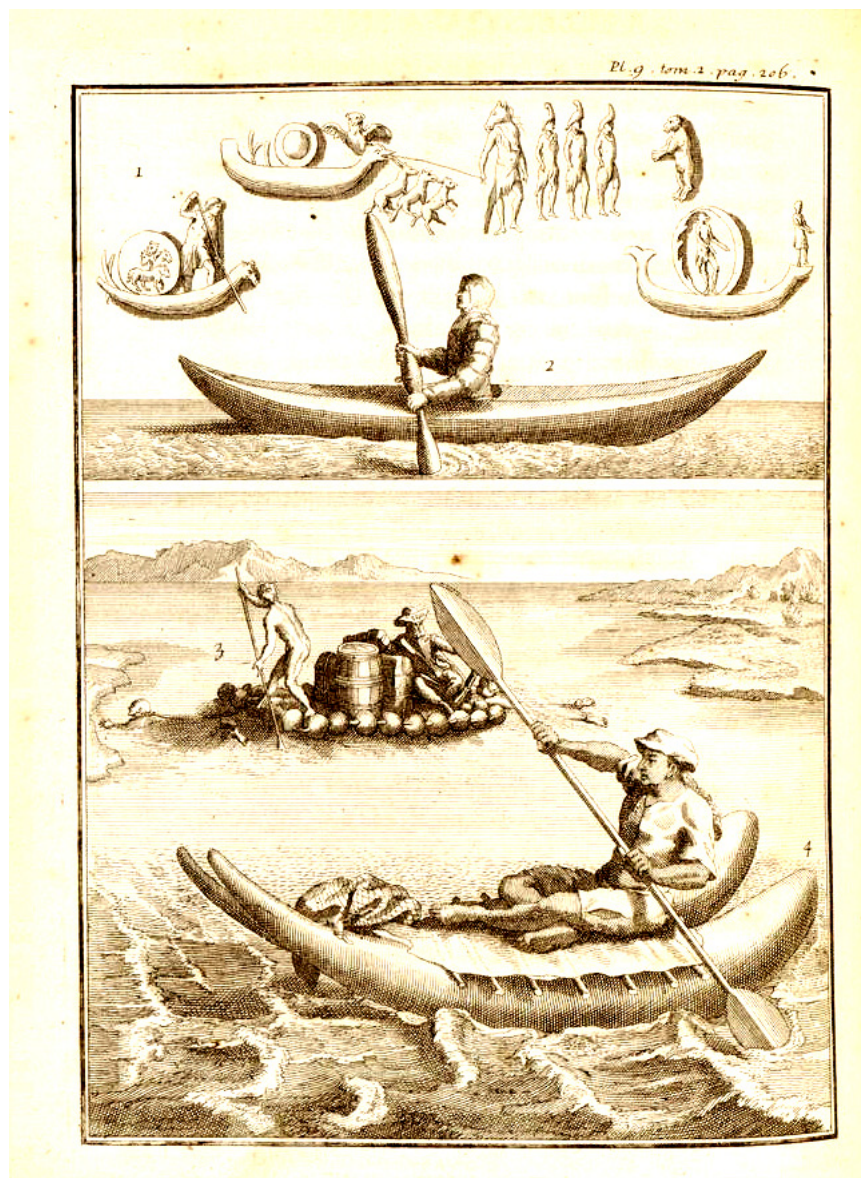


(qqqqq) Vê-se aqui um detalhe das vestimentas e dos ornamentos dos selvagens. (1 e 2) Figuras dos selvagens das Nações Iroqueses¹⁰ e Uros vestidos à moderna, homem e mulher. (3 e 4) figuras dos mesmo vestido à antiga. (5) colar dos antigos ao qual é pedurado e se nomeia de Bulla entre os romanos (...). (6) Colar dos selvagens ao qual é anexado uma grande peça de porcelana, paralelo à Bulla dos Romanos. (7) Colar dos antigos, paralelo aos que os selvagens usam e que parece ter a mesma matéria (...). (8) Brasselete de porcelana trabalhada em pequenos cilindros. (9) Caracóis dos caribenhos ou selvagens meridionais. (10) Saco para pétun¹¹ dos selvagens setentrionais. (11 e 12) As duas partes dos calçados de couro que as mulheres caribenhas das Antilhas colocam sob e sobre a gordura das pernas, e são para elas uma marca de ingenuidade e liberdade.

¹⁰ Nordeste da América do Norte. (Nota do Tradutor).

¹¹ Tabaco (Nota do Tradutor).

Quadro 09



(rrrrr)

(sssss) O primeiro tema que este quadro apresenta é uma canoa dos esquimós, tal que eu descrevi na página 205. Acima são gravados alguns monumentos do antigo Egito, onde se vê pequenos barcos de papel, paralelo àqueles das cascas os quais se serve os selvagens (Montefaucon, 150). O tem abaixo permite ver uma jangada de cabaças (courges) fechadas...

LAFITAU, Joseph-François, Moeurs des sauvages américains, comparées aux mœurs des premiers temps / par le P. Lafitau ... ; ouvrage enrichi de figures en taille-douce ; tome premier. A Paris : Chez Saugrain l'aîné ... : Charles Estienne Hochereau ..., 1724.

Quadro 1¹²



¹² As explicações dadas serão ilustrativas e não traduzidas.

(ttttt) Na figura 1, fábula da origem dos homens entre os iroqueses a tartaruga está sob os pés do homem original; na figura 2, Harpocrates tem a tartaruga sob os pés; na figura 3, Vênus está sobre ela; na figura 4, no hieróglifo a tartaruga, segundo o Padre Kirker, significa a terra; na figura 5, Vishnu está metamorfoseado em tartaruga¹³; na figura 6, o dragão está com casco de tartaruga.

¹³ Chamado, hoje, apenas de Kurma.

As referências bibliográficas mais utilizadas como fonte de imagens são:

Antigüidades Chinesas e hindus:

Kircher, Athanasius *China monumentis qua sacris qua profanis, nec non variis naturae et artis spectaculis, aliarumque rerum memorabilium argumentis illustrata*. Publication : Antverpiae : apud J. a Meurs, 1667

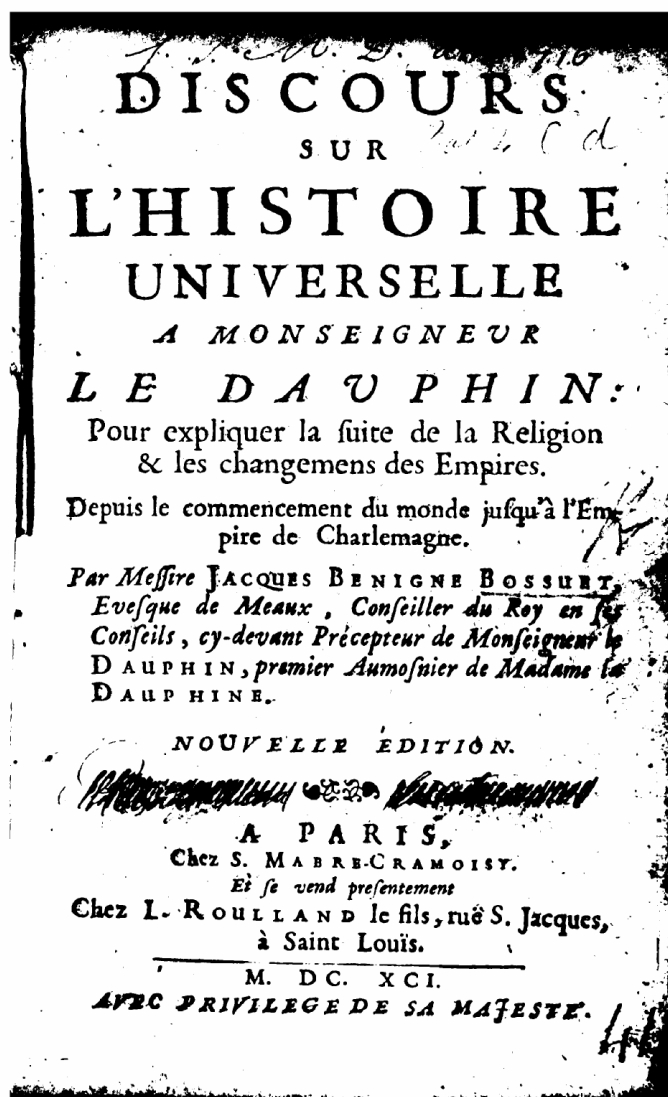
Antigüidades Romanas

La Chausse, Michel-Ange, de. *Le grand Cabinet romain, ou recueil d'antiquitez romaines... que l'on trouve à Rome, avec les explications de Michel-Ange de La Chausse.*

Montfaucon, Bernard de. *L'Antiquité expliquée et représentée en figures, ouvrage français et latin... divisé en 5 tomes, par Dom. Bernard de Montfaucon.* Paris : par la Compagnie des libraires, 1716.

Anexo 06

Primeira página da Edição de 1691 – do Discours
Sur L'Histoire Universelle¹⁴

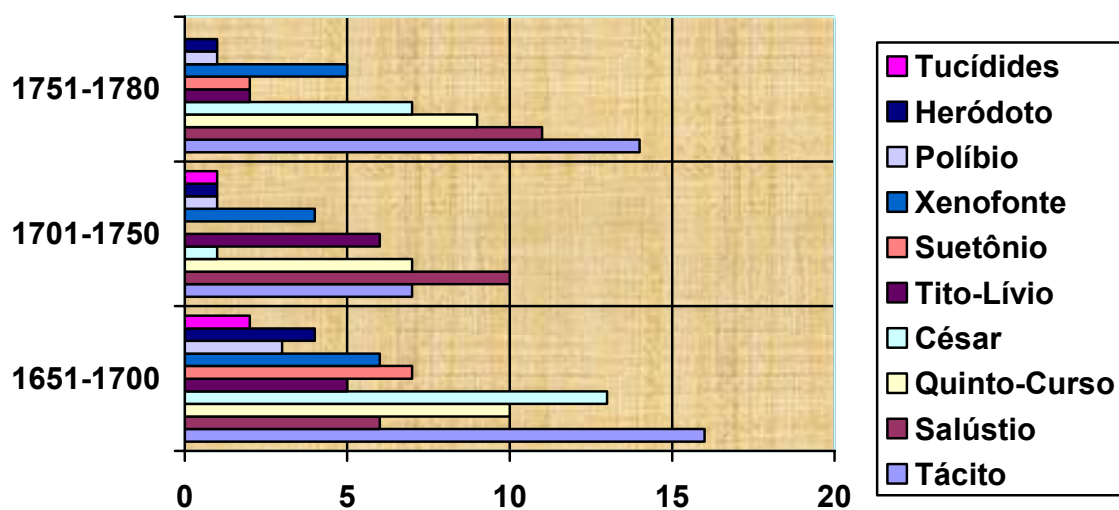


¹⁴ Cortesia da Bibliothèque Nationale de France.

Anexo 07

Número de edições de autores da Antigüidade¹⁵

	1651-1700	1701-1750	1751-1789	
TÁCITO	16	7	14	37
SALÚSTIO	6	10	11	27
QUINTO-CURSO	10	7	9	26
CÉSAR	13	1	7	21
TITO-LÍVIO	5	6	2	13
SUETÔNIO	7		2	9
XENOFONTE	6	4	5	15
HERÓDOTO	4	1	1	6
TUCÍDIDES	2	1		3

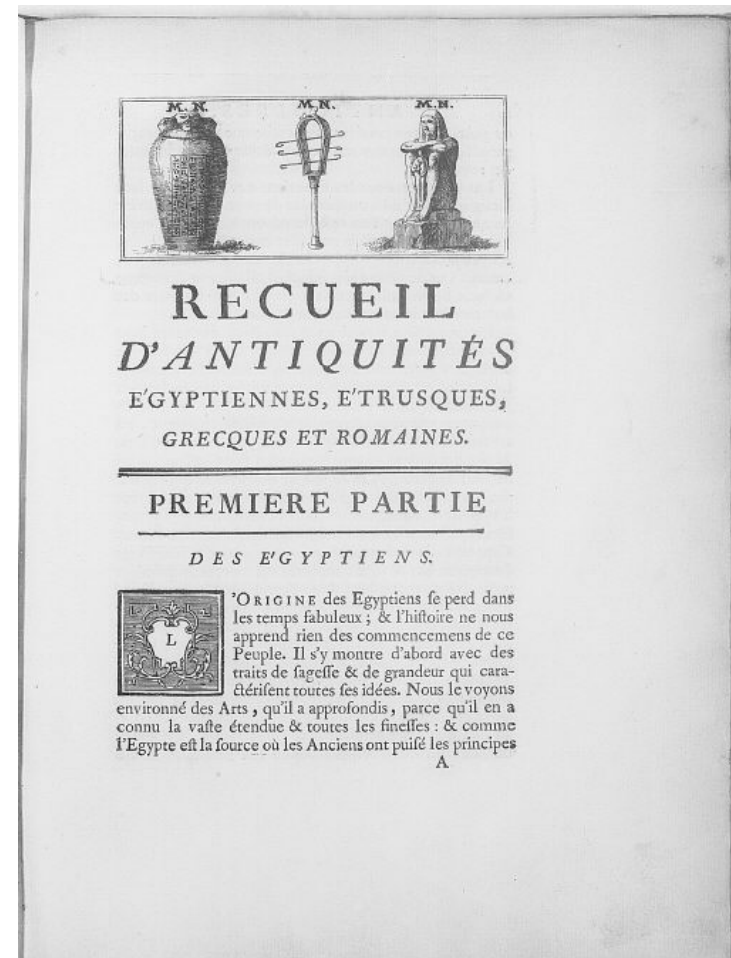
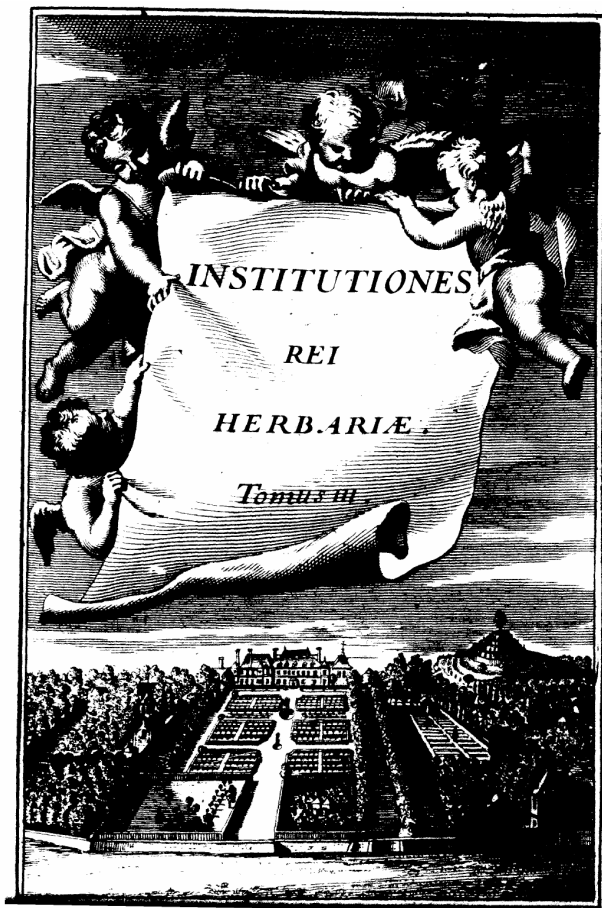


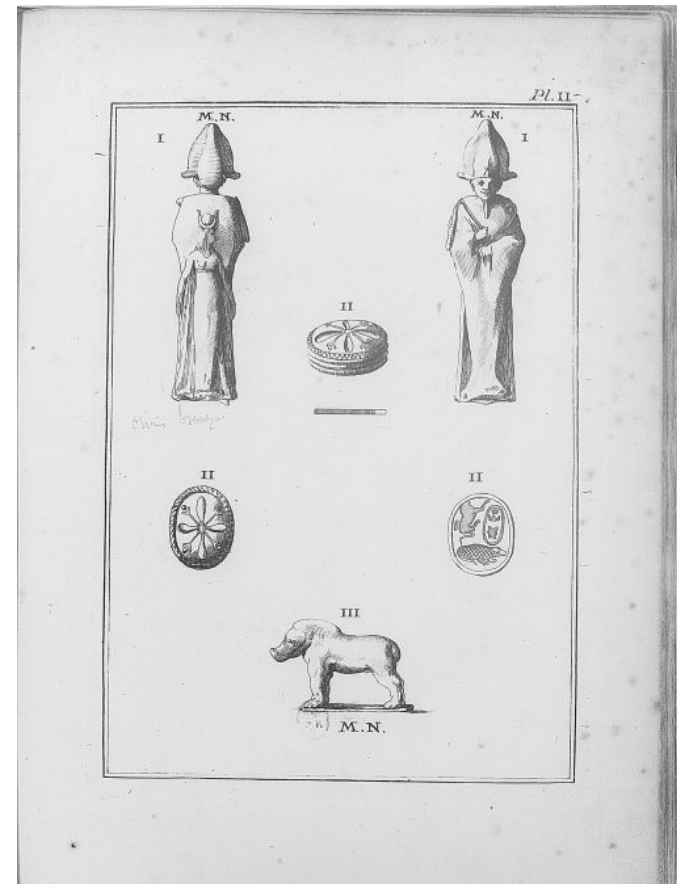
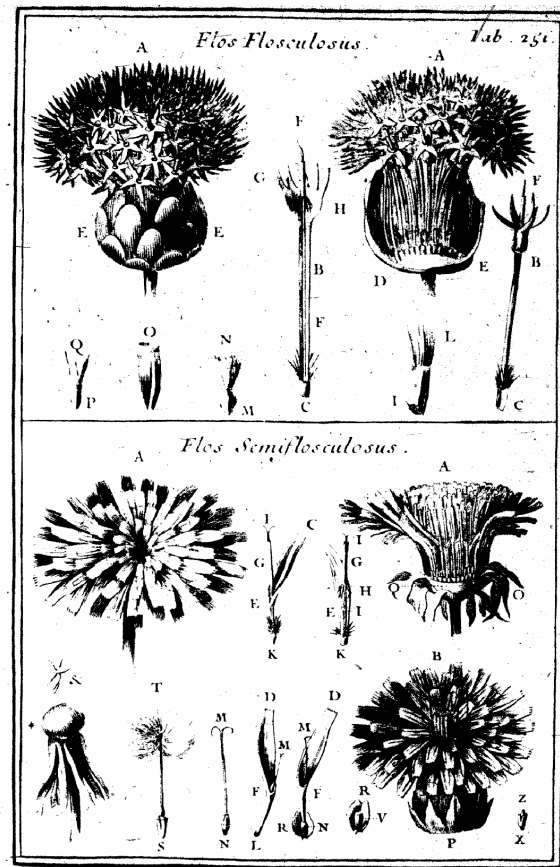
¹⁵ (GRELL 1993)

*Anexo 08 - Quadro comparativo da taxionomia da História Natural
e das Antiguidades*

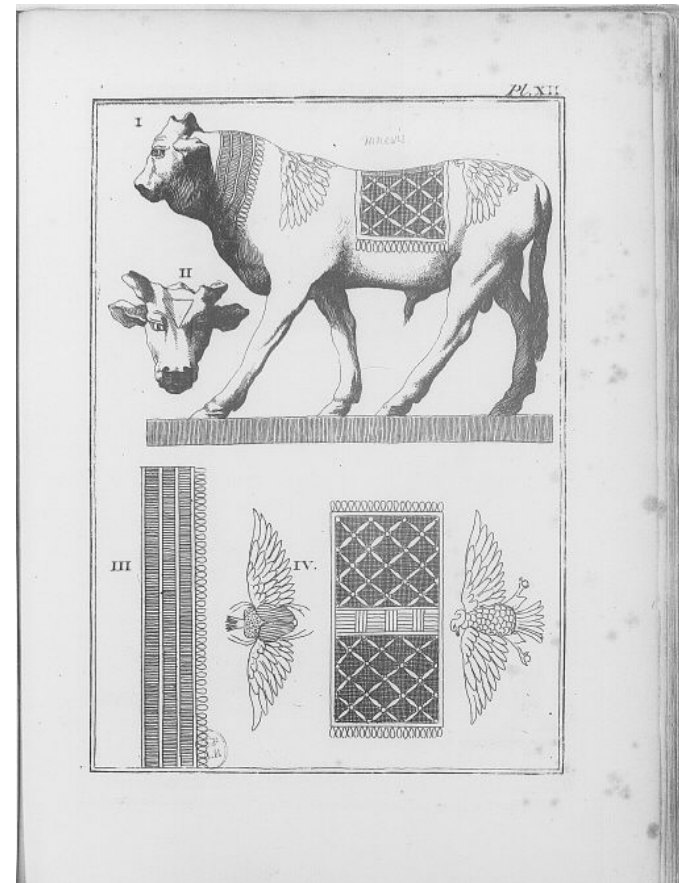
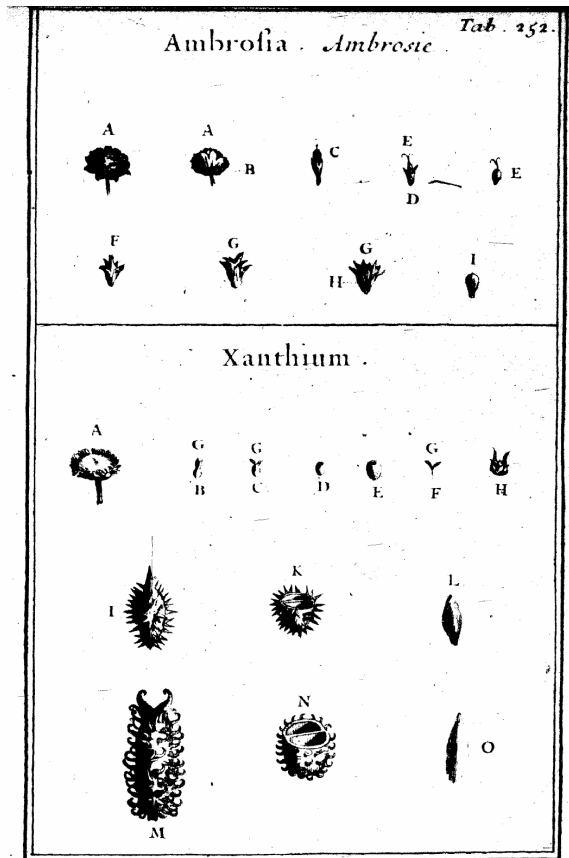
Pitton Tournefort,... Institutiones rei herbariae Tomus III / ed. tertia appendicibus aucta ab Antonio de Jussieu. Paris, Tertia 1719..

Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grecques et romaines"/ Comte ed Caylus, Paris, Desaint et Saillant, 1752-1757, 7 volumes.

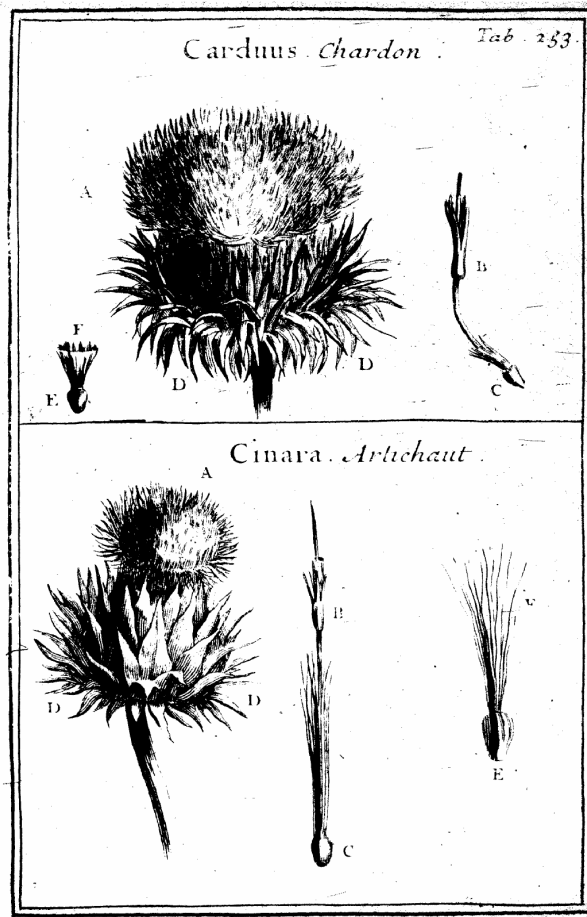




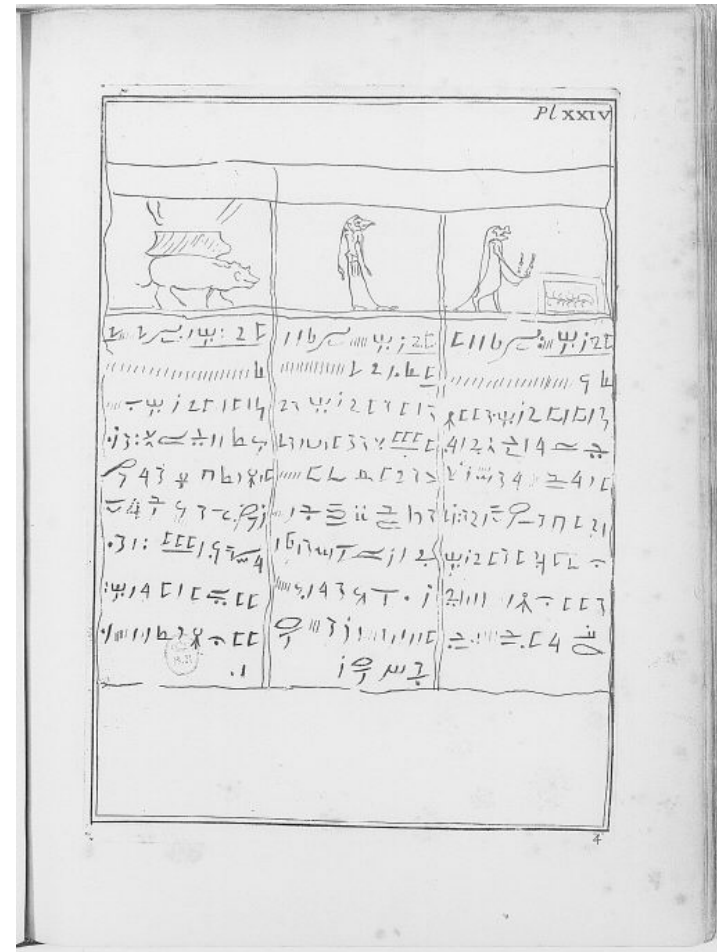
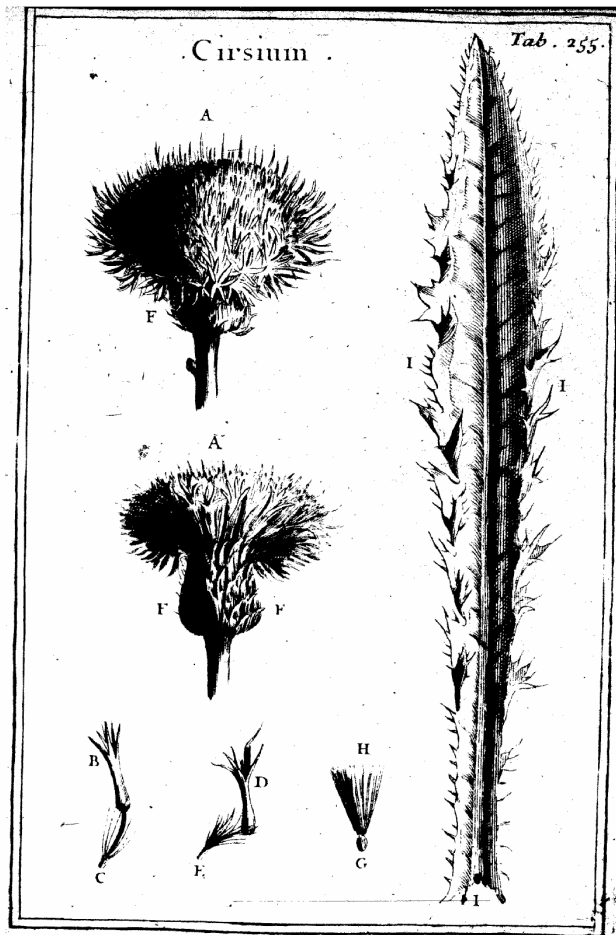
8 : [Volume I. Pl.II après p.76 : n°1 : Osiris de bronze. N°2 : amulette. N°3 : petit hippopotame de bronze



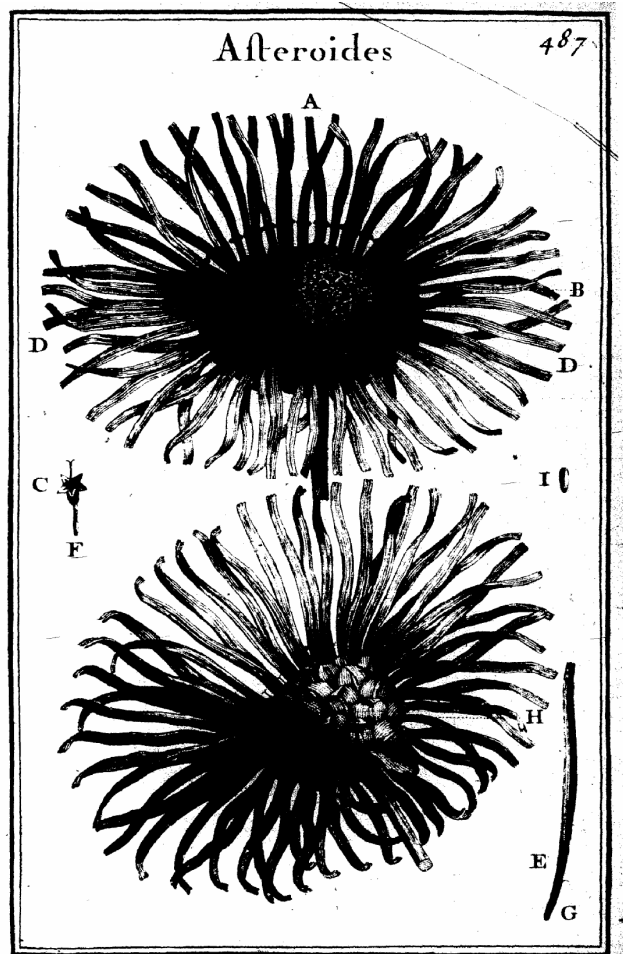
[Volume I. Pl.XII après p.76 : n°1 à 4 : statue d'Apis et détails .]



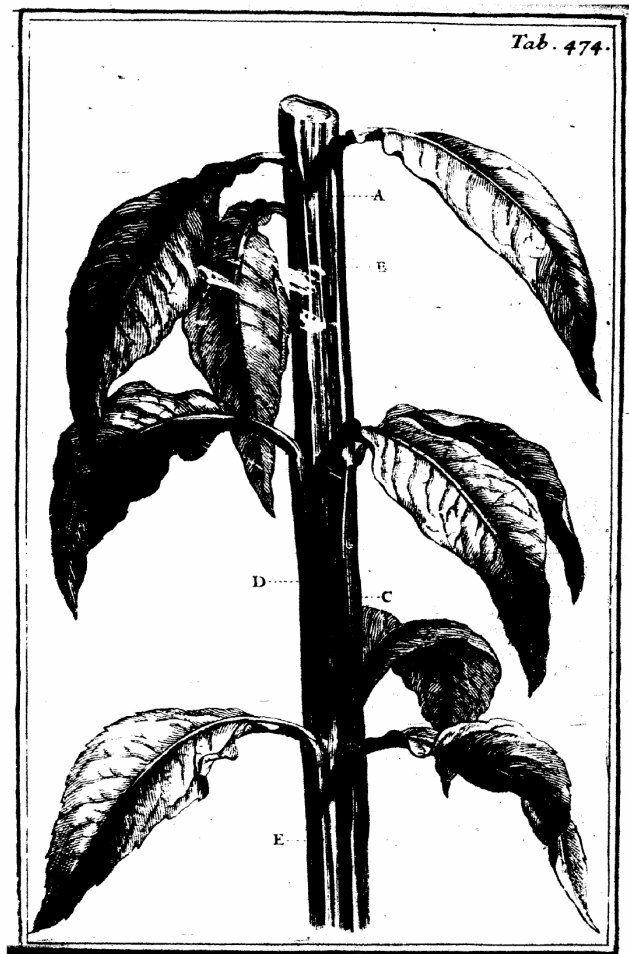
[Volume I. Pl. XX après p. 76 : n°1 à 5 : autels grecs dessinés par M. L'Abbé Fourmont au cours de son voyage au Levant.]



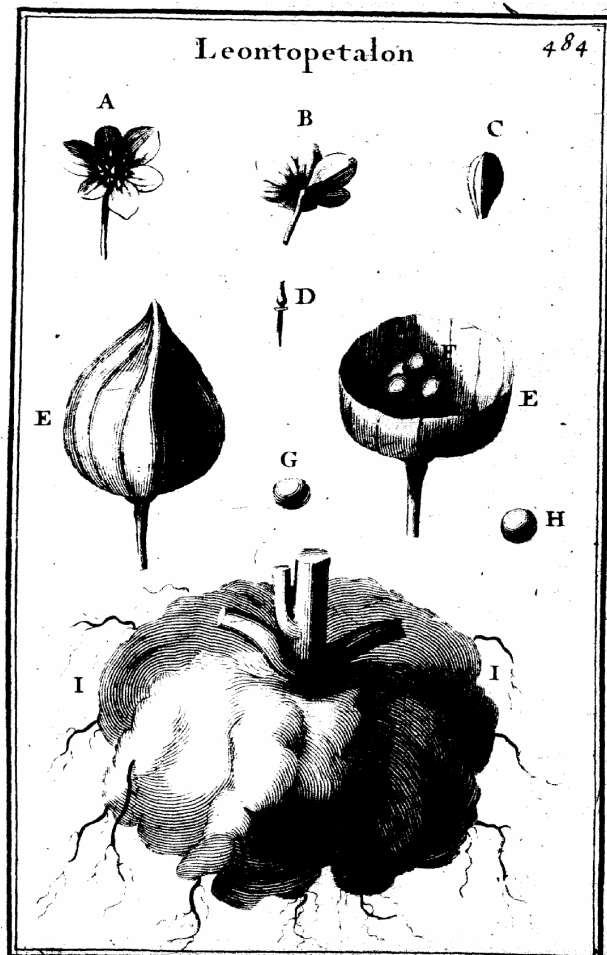
[Volume I. Pl. XXIV après p.76 : fragment d'un morceau de toile (ayant peut-être servi à envelopper une momie, ou étant un calendrier) et portant des hiéroglyphes.]



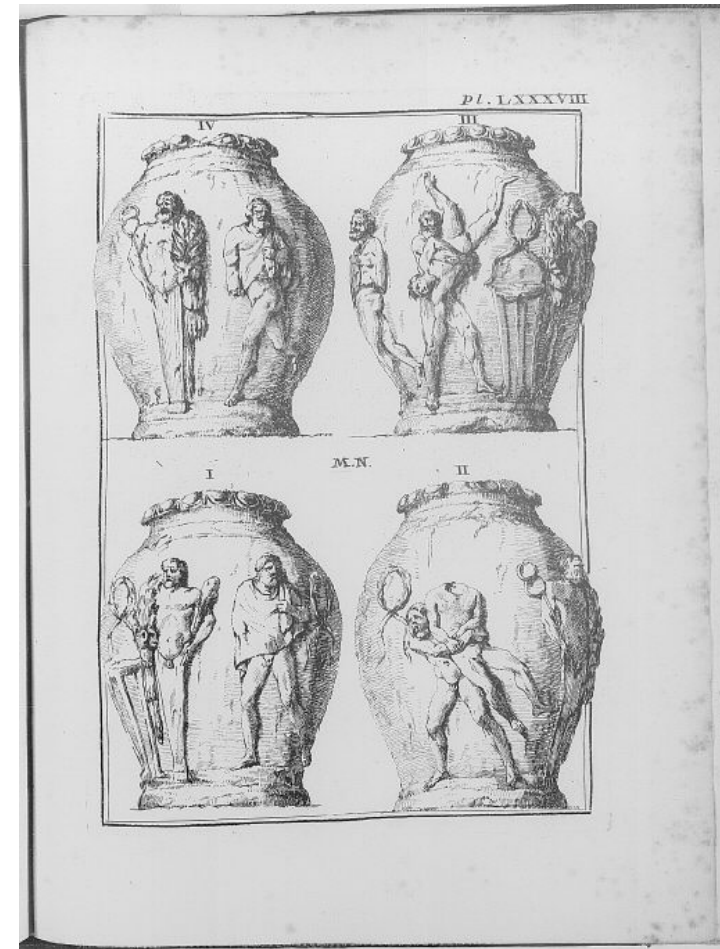
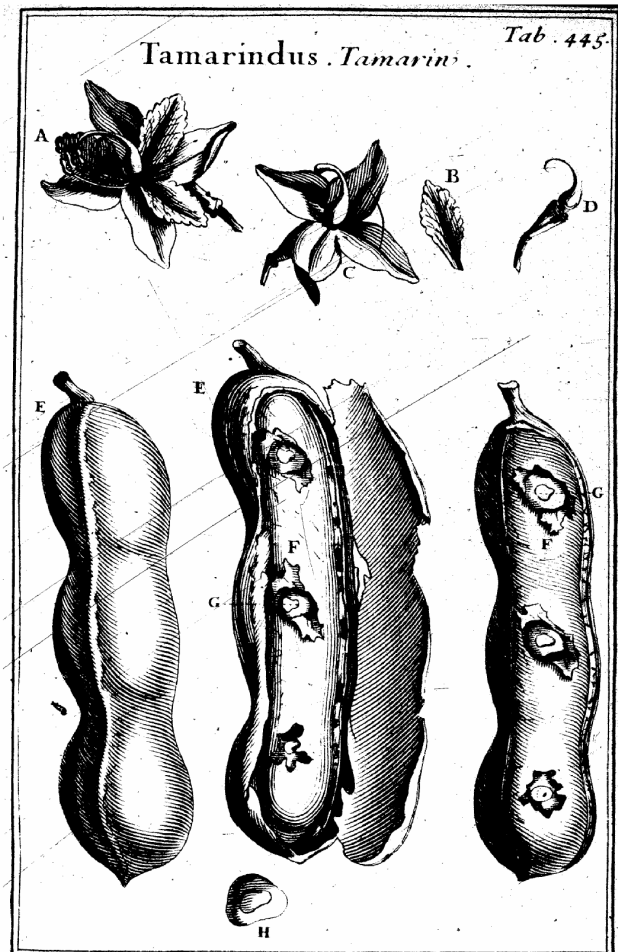
Volume I. Pl. XXVIII après p.156 : n°1 : diivnité étrusque en bronze. N°2 : figure étrusque en bronze. N°3 : agathe noire gravée d'une scène de supplice?]



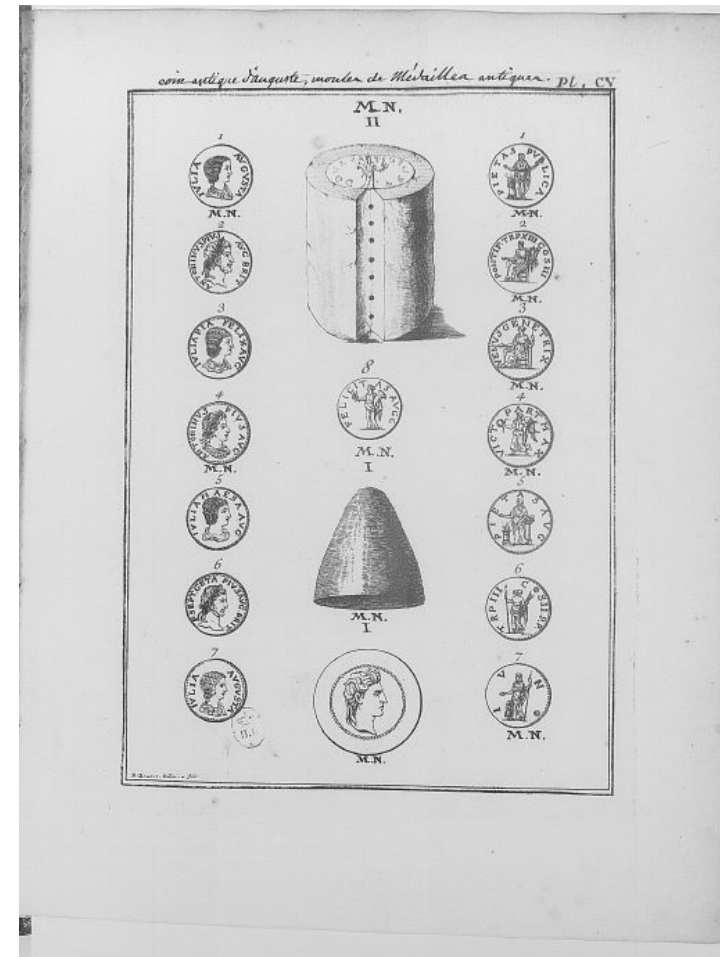
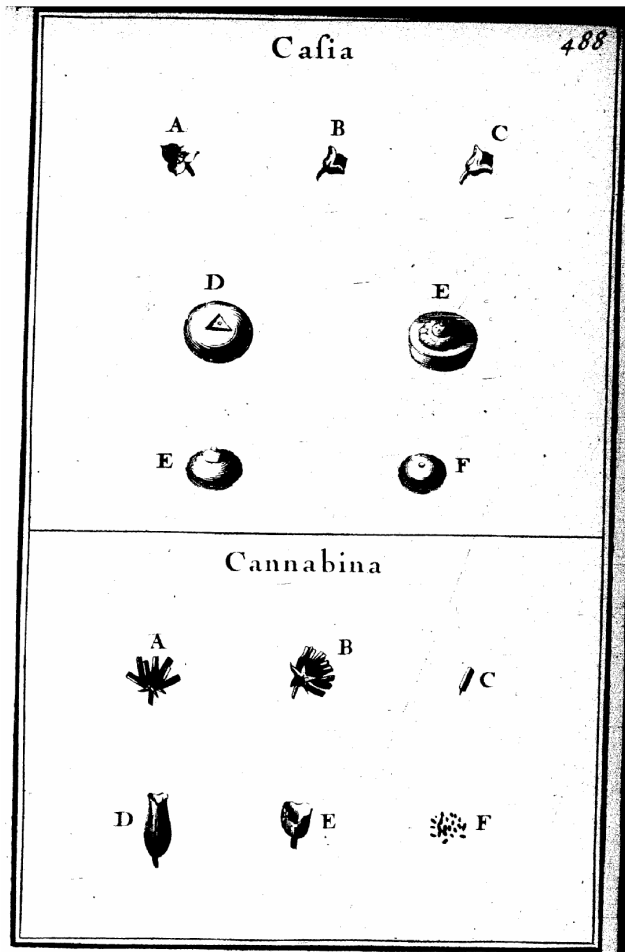
[Volume I. Pl. LXVIII après p.310 : n°1 : statue d'Antinoüs en bronze.
N°2 : buste d'Apollon. N°3 : buste de philosophe.]



Volume I. Pl.LXXVII après p.310 : n° 5 et 6 : têtes en terre cuite trouvées en Egypte.



[Volume I. PI.LXXXVIII après p.310 : vase de bronze trouvé à Sистерon avec figures en bas-relief représentant des lutteurs.]



[Volume I. Pl.CV après p.310 : n°1 : coin de médaille conique en bronze (ou sceau), trouvé à Nîmes. N°2 : moule de médailles.]